



Universidades Lusíada

Marques, Raquel Sofia Rodrigues

NATO : que futuro? : os desafios à Marinha portuguesa

<http://hdl.handle.net/11067/2878>

Metadados

Data de Publicação	2012
Resumo	A NATO é um exemplo “vivo” de uma Organização Internacional de sucesso. Apesar de, ao longo da sua existência, se ouvirem ecos apregoando o desaparecimento da sua razão de ser, com o desaparecimento da ameaça soviética, a verdade é que as constantes mudanças no sistema internacional apenas vieram reforçar a necessidade, não só da sua continuidade, mas também a sua adaptação e desenvolvimento para melhor combater as novas ameaças e riscos que a zona Norte do Atlântico enfrenta. Assim, no âmbito...
Palavras Chave	Relações Internacionais, NATO, Segurança Nacional, Marinha, Portugal, Política Internacional
Tipo	masterThesis
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULP-FD] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-12-26T06:44:55Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA DO PORTO

FACULDADE DE DIREITO

MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

NATO: QUE FUTURO?

OS DESAFIOS À MARINHA PORTUGUESA

Raquel Sofia Rodrigues Marques

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre

Orientador: Prof. Doutor Fernando de Sousa

PORTO 2012

AGRADECIMENTOS

Resta-me, por imperativos de justiça, estender aqui os agradecimentos a todos os que, de alguma forma, ajudaram à realização deste trabalho.

Terminada, assim, a Tese de Mestrado, agradeço, em primeiro lugar, ao Prof. Doutor Fernando de Sousa, Presidente do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), e orientador desta tese, pela motivação e pelos crescentes desafios estimulantes na realização deste projecto. Aqui fica registada a minha admiração e agradecimento.

Ao Capitão-de-Mar-e-Guerra Jorge Pereira Lourenço (*Special Operations HQ-Chief Staff*) e ao Sargento-Ajudante Sérgio Dias, pelo contributo e disponibilidade latentes ao longo da sua colaboração neste projecto, pois possibilitaram o acesso a documentos e conhecimentos de difícil acesso a civis, entre os quais o acesso à Biblioteca Central da Marinha e a preciosas obras.

Agradeço ainda ao Mestre Paulo Amorim, docente da Universidade Lusíada do Porto e investigador do CEPESE, pelo incansável apoio e total disponibilidade, desde o primeiro momento da projecção deste trabalho. O seu aconselhamento foi fundamental e de um contributo valioso. Às Doutoras Isabel Monteiro e Manuela Cardoso, directoras da Biblioteca e da Mediateca da Universidade Lusíada do Porto, pela disponibilidade demonstrada.

Aos familiares e amigos, pela paciência e compreensão demonstrada, um agradecimento especial.

Por último, o principal responsável pela realização deste projecto, e fonte inesgotável de inspiração e sabedoria, o Primeiro Sargento Orlando Marques, meu pai, a quem dedico este trabalho. É, sem dúvida, a minha maior referência.

A todos, obrigada!

ÍNDICE

RESUMO.....	vi
ABSTRACT	vii
PALAVRAS-CHAVE.....	viii
LISTA DE ABREVIATURAS.....	ix
INTRODUÇÃO	13
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL E A EVOLUÇÃO DA NATO	17
1.1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL	17
1.1.1. O ESTADO	17
1.1.2. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	19
1.1.3. A GUERRA	22
1.1.4. A CRISE	24
1.1.5. POLÍTICA.....	27
1.1.6. A ESTRATÉGIA	29
1.1.7. GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA	32
1.1.8. AMEAÇA E RISCO	34
1.1.9. SEGURANÇA E DEFESA.....	35
1.2. UM MUNDO EM MUDANÇA.....	38
1.2.1. A GLOBALIZAÇÃO: A ERA DA INFORMAÇÃO, NOVAS AMEAÇAS, E NOVOS DESAFIOS	42
1.2.2. A NATO: O LONGO PERCURSO.....	58
2. OS DESAFIOS DA NATO	64
2.1. NATO – UE	68
2.2. <i>SMART DEFENCE</i>	73
2.3. QUE CAMINHO SEGUIR?	75

3. OS DESAFIOS PARA A MARINHA PORTUGUESA	80
3.1. ESTRUTURA DAS FORÇAS ARMADAS E DA MARINHA	80
3.2. A ARMADA PORTUGUESA.....	81
3.3. AS AMEAÇAS E OS DESAFIOS	86
3.3.1. EXPRESSÕES POLÍTICA, ECONÓMICA, SECURITÁRIA E	87
SÓCIO-CULTURAL.....	87
3.3.2. UMA MARINHA EQUILIBRADA, OPTIMIZADA E DE DUPLO USO – SMART DEFENCE DOMÉSTICO.....	98
3.4. A NATO E A MARINHA PORTUGUESA.....	102
CONCLUSÃO.....	105
FONTES E BIBLIOGRAFIA	109

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

FIGURA N.º 1 - Pirâmide de Beufre.....	31
FIGURA N.º 2 - Tipologia das Operações Militares na NATO.....	63
FIGURA N.º 3 - Estrutura orgânica da Marinha portuguesa.....	81
QUADRO N.º 1 - Áreas do território e dos espaços marítimos de Portugal (km²)	86
FIGURA N.º 4 - Áreas mais importantes do Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural.....	88
FIGURA N.º 5 - População portuguesa e de origem portuguesa residente no estrangeiro (número e percentagem)	89
FIGURA N.º 6 - Limites previsíveis para a plataforma continental portuguesa, conforme processo de alargamento submetido por Portugal à ONU em Maio 2009 ..	90
FIGURA N.º 7 - Importância do mar para Portugal	92

RESUMO

A NATO é um exemplo “vivo” de uma Organização Internacional de sucesso. Apesar de, ao longo da sua existência, se ouvirem ecos apregoando o desaparecimento da sua razão de ser, com o desaparecimento da ameaça soviética, a verdade é que as constantes mudanças no sistema internacional apenas vieram reforçar a necessidade, não só da sua continuidade, mas também a sua adaptação e desenvolvimento para melhor combater as novas ameaças e riscos que a zona Norte do Atlântico enfrenta.

Assim, no âmbito português, a Marinha apresenta-se como um dos ramos das Forças Armadas ao qual se colocam vários desafios, com os novos posicionamentos a sul do Atlântico, em matéria de segurança, a par do importante papel que, aliás sempre desempenhou, no seio da NATO, como resultado da sua vocação atlântica.

No presente século a inovação tecnológica e investigação científica representam um aspecto cada vez mais influente, não mais apenas pelo prestígio nacional, mas igualmente por estimularem o crescimento económico, sendo um indicador, inclusive, do mesmo. Aqui Portugal poderá ter uma palavra a dizer.

Por fim, a actual crise económica e financeira teve um severo impacto na NATO, provocando sérias discussões e reflexões ideológicas e doutrinárias, questionando-se, assim, sobre o futuro da Aliança.

Desta forma, através da análise de obras de grandes pensadores estratégicos sobre a temática, da recolha de informação actualizada junto das entidades em causa, a par da análise de dados estatísticos, se parte para, não só uma descrição breve da situação actual da NATO e da Marinha portuguesa, como também se tenta evidenciar algumas linhas gerais, sobre as quais a NATO se poderá orientar no futuro, e os desafios que, neste âmbito, a Marinha enfrenta.

ABSTRACT

NATO is a “live” example of an international organization succeeded. Although, throughout its existence, there are echoes proclaiming the demise of the raison d’etre of NATO, with the disappearance of the Soviet threat. The truth is that the constant changes in the international system only reinforced the need not only of continuity but also their adaptation and development to better combat the new threats and risks that the North Atlantic faces.

Thus, in Portugal, the Navy presents itself as one of the branches of the armed forces to which it is posed several challenges, with new positions on the south of the Atlantic, in security matters, alongside the important role which incidentally always played, within NATO, as a result of his Atlantic vocation.

In the present century, technological innovation and scientific research represent an aspect increasingly influential, not only by most national prestige, but also because they stimulate economic growth, which indicates even the same. Here Portugal could have a say.

Finally, the current economic and financial crisis had a severe impact on NATO, provoking a serious ideological and doctrinal discussion, questioning thus on the future of the Alliance.

So, through the analysis of works of great strategic thinkers on the subject, collecting updated information from the entities concerned, together with the analysis of statistical data, to be part of, not just a brief description of the current situation of NATO and Portuguese Navy, as well as trying to evidence some general guidelines about how NATO can orient themselves in the future, and the challenges that, in this context, the Navy faces.

PALAVRAS-CHAVE

NATO

Marinha Portuguesa

Segurança

Defesa

Ameaças

Crise Económica

Desafios

LISTA DE ABREVIATURAS

ADM – Armas de Destruição Massiva

AM – Academia da Marinha

AMN – Autoridade Marítima Nacional

BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China

CAN – Conselho do Atlântico Norte

CCF – Comando do Corpo de Fuzileiros

CCM – Comissão Cultural da Marinha

CEM – Chefes de Estado-Maior

CEMA – Chefe de Estado-Maior da Armada

CEME – Chefe de Estado-Maior do Exército

CEMFA – Chefe de Estado-Maior da Força Aérea

CEMGFA – Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas

CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CM – Comité Militar

CN – Comando Naval

CO – Operações de Combate (*Combat Operations*)

CRO – Operações de Resposta a Crises (*Crisis Response Operations*)

CRPM – Comandos Regionais de Polícia Marítima

CZM – Comandos de Zona Marítima

DGACCP – Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas

DGAM/CGPM – Direcção-Geral da Autoridade Marítima/ Comando-Geral da Polícia Marítima

DM – Departamentos Marítimos

EEIN – Espaço Estratégico de Interesse Nacional

EM – Estado-membro

EMA – Estado-Maior da Armada

EMEPC – Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental

EMGFA – Estado-Maior General das Forças Armadas

EN – Escola Naval

ESE – Estratégia de Segurança Europeia

EUA – Estados Unidos da América

FA – Forças Armadas

FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

FLOT - Flotilha

FMI – Fundo Monetário Internacional

FPLP – Frente Popular para a Libertação da Palestina

FRI – Força de Reacção Imediata

GERE – Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica

GPS – Sistema de Posicionamento Global (*Global Positioning System*)

IGM – Inspeção-Geral da Marinha

IH – Instituto Hidrográfico

IESM – Instituto de Estudos Superiores Militares

ISAF – Força Internacional de Assistência para a Segurança (*International Security Assistance Force*)

LDNFA – Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas

LOBOFA – Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas

MAD – Destruição Mútua Assegurada (*Mutually Assured Destruction*)

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte (*North Atlantic Treaty Organization*)

NRF – Força de Resposta da NATO (*NATO Response Force*)

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OEA – Organização dos Estados Americanos

OI – Organização Internacional

OIG – Organização Internacional Governamental

OII – Organização Internacional Intergovernamental

OLP – Organização para a Libertação da Palestina

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

OUA – Organização da Unidade Africana

PCSD – Política Comum de Segurança e Defesa

PECO – Países da Europa Central e Oriental

PED – Países Em Desenvolvimento

PESC – Política Externa de Segurança Comum

PESD – Política Europeia de Segurança e Defesa

PIB – Produto Interno Bruto

RMA – Revolução em Assuntos Militares (*Revolution in Military Affairs*)

SaeR – Sociedade de Análise de Empresas e de Risco

STANAVFORLANT – Força Naval Permanente do Atlântico (*Standing Naval Force Atlantic*)

SATO – Organização do Tratado do Atlântico Sul (*South Atlantic Treaty Organization*)

SD – *Smart Defence*

SDN – Sociedade das Nações

SI – Sistema Internacional

SNMG1 – Standing NATO Maritime Group One

SSF – Superintendência dos Serviços Financeiros

SSM – Superintendência dos Serviços de Material

SSP – Superintendência dos Serviços do Pessoal

SSTI – Superintendência dos Serviços de Tecnologias de Informação

TSF – Telegrafia Sem Fios

UE – União Europeia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (*United Nations Education, Science and Cultural Organization*)

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZEE – Zona Económica Exclusiva

INTRODUÇÃO

O presente estudo intitulado *NATO: que futuro? Os desafios para a Marinha portuguesa*, constitui a dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, a ser defendida na Universidade Lusíada do Porto.

A *North Atlantic Treaty Organization* é uma Organização regional responsável pela segurança e defesa dos seus Estados-membros. Com as sucessivas mudanças no contexto internacional de segurança, esta Aliança viu-se obrigada a readaptar-se e ajustar-se a este surgimento de novas ameaças e consequentes desafios.

O fim da ameaça soviética e os atentados do 11 de Setembro foram dos marcos mais importantes para esta Organização, pois configuraram sérias mudanças no seu interior, no que toca, principalmente, ao seu *modus operandi*. Foram igualmente, períodos de longas discussões, havendo sempre o lado daqueles que defendiam que a sucessão dos acontecimentos ditava o fim desta Aliança. Contudo, veio-se a afirmar a necessidade da manutenção da NATO, perante a incapacidade de qualquer Estado conseguir actuar no mundo sozinho - incluindo os Estados Unidos da América. Torna-se indispensável, num mundo marcadamente interdependente, a existência de uma Organização Internacional que garanta a segurança e defesa de Estados-membros.

Neste mundo interdependente, a vertente económica assumiu uma importância galopante. A crise económica actual constitui um dos desafios mais difíceis para a NATO, ao qual se dá destaque neste trabalho. Trata-se de uma questão que sempre foi referida, no que toca ao crescente diferencial de participação na NATO dos EUA e de Estados-membros da UE (União Europeia). Assim, se chega ao debate actual, sobre a continuidade da NATO, em que condições e de que forma as restrições económicas não irão comprometer a segurança e defesa dos Estados.

A escolha deste tema prende-se com actualidade e pertinência que a discussão sobre o futuro da NATO suscita. Isto porque se vivem tempos de fortes indefinições no que toca a questões de segurança, e se enfrenta um período económico bastante difícil, para a maioria dos Estados-membros da Aliança, nomeadamente, os europeus. Esta combinação tem levado a fortes críticas, e uma vez mais, questionar a razão de ser ou de continuidade desta Organização. A par disto, surge ainda um dos motes para esta discussão e reavaliação da Aliança, ou seja, o redireccionamento da política externa norte-americana para a Ásia e

África, exigindo um reforço militar e mais empenhamento económico europeu. Assim, aqui pretende-se, após breve análise de como a Aliança chegou ao que é hoje e o papel que desenvolveu, estabelecer, então, os desafios com os quais a NATO se depara, e como poderá responder no futuro. Desta forma, se concluirá se a NATO deixou de conseguir dar resposta aos desafios que se lhe colocam, ou se, por outro lado, são estes mesmos desafios que justificam e reforçam a sua continuidade, uma vez mais na história.

Por seu turno, a Marinha portuguesa aparece como um forte exemplo em Portugal, de uma Instituição à qual se colocam vários desafios, no seio da NATO, devendo-se fazer uma séria reflexão neste ramo das Forças Armadas, tendo-o como exemplo, de igual forma, para os restantes ramos. É precisamente para mostrar o que representou, representa e deverá representar a Marinha, no sentido de mostrar as valências portuguesas na área da segurança, no âmbito Atlântico, que se procedeu à escolha deste estudo de caso.

Portanto, perante estes factos, estabeleceu-se como objectivo principal deste trabalho a análise das ameaças e desafios actuais que se colocam à NATO - destacando-se aqui, a sua relação com a UE e as restrições económicas, tendo em conta os orçamentos da defesa de grande parte dos Estados-membros europeus - na tentativa de se melhor perceber o futuro da NATO, que será forçosamente ou marcado por um reforço do seu papel, ou, caso contrário, por uma forte crise existencial, dando razão àqueles que sempre apregoaram o seu fim após o desfecho da Guerra Fria.

A par deste objectivo principal, esta tese procura estudar ainda, como estudo de caso, o impacto na Marinha portuguesa, da “transformação” da NATO face à nova geopolítica atlântica.

Neste sentido, estabeleceu-se como questão de partida *qual o futuro da NATO no actual contexto internacional de (in)segurança e crise económica?*

Como questões prévias deste trabalho, destacam-se:

- Quais os conceitos inerentes à investigação desta temática, como a segurança, defesa, política, ordem internacional, globalização, entre outros, bem como a evolução da NATO?
- Que desafios e ameaças enfrenta a NATO, actualmente, num contexto de crise económica e de que forma a segurança do Atlântico não fica comprometida com face aos sucessivos cortes orçamentais na defesa dos Estados europeus a par do seu

menor envolvimento? NATO – UE, Concorrência ou Complementaridade? Como responderá a UE perante o ultimato norte-americano de maior envolvimento europeu?

- Quais os desafios que a evolução da NATO representa para a Marinha portuguesa?

No que toca à divisão da tese, optou-se por uma sistematização em três partes, seguindo a ordem lógica das questões prévias.

Assim, a primeira parte deste trabalho é dedicada a uma abordagem teórico-conceptual, no sentido de melhor se compreender o que se irá tratar, definindo-se conceitos-chave, bem como o contexto internacional e a evolução tridimensional da NATO (histórica, política e militar). Trata-se de um capítulo introdutório, mas indispensável a uma melhor percepção global da temática.

Numa segunda parte, abordam-se as principais ameaças e desafios com que a NATO se debate presentemente, bem como a sua relação com a UE. Desta forma, pretende-se definir então qual é esta relação, e a partir daqui, estabelecer qual o caminho que poderá ser seguido no futuro. Neste capítulo faz-se ainda uma breve referência à “smart defence”, no sentido de se entender parte do que se tem feito no caminho da melhor gestão económica e maior eficiência. Esta parte representa, pois, o mais importante contributo para a resposta à questão de partida.

Por último, o terceiro capítulo, que constitui o nosso estudo de caso, é dedicado à Marinha portuguesa, fazendo-se uma breve descrição da sua história e evolução até aos nossos dias, definindo-se, aqui, desafios que esta instituição enfrenta na nova arquitectura de segurança euro-atlântica. Assim, elucida-se a relação existente entre a NATO e a Marinha portuguesa, estabelecendo-se a sua importância recíproca, na actualidade. Importa referir, ainda, que também neste capítulo se toca a questão económica e o seu impacto neste ramo das Forças Armadas, como mais um importante desafio, talvez o mais importante, com o qual a Marinha se depara.

Quanto ao método e técnicas utilizados neste trabalho, adoptaram-se os habituais nas Ciências Humanas e Sociais - como as Relações Internacionais e a História - nomeadamente o explicativo, o interpretativo e o comparativo, mediante o recurso a procedimentos rigorosos, assentes na análise das mais variadas fontes utilizadas nas várias fases de investigação, entre as quais:

- *obras de referência e de consulta permanente*, tais como dicionários específicos nas áreas das ciências sociais e humanas e ciências militares. Para além da consulta de obras impressas, engloba-se aqui também os artigos e textos de obras consultados electronicamente;
- *publicações periódicas e em série contendo artigos científicos* relativos à segurança e defesa internacional; NATO e Marinha portuguesa ou a aspectos relacionados com este tema;
- *fontes legislativas nacionais*, através da consulta do sítio do Governo português que disponibiliza os programas governamentais;
- *dados estatísticos oficiais* pertinentes, quer da NATO quer do Ministério da Defesa Nacional português, de forma a dar verdade científica ao trabalho.

Encontraram-se algumas dificuldades no acesso a obras de âmbito militar, com restrições de consulta a civis, obrigando a um curto espaço de tempo de análise e, em alguns casos, consulta presencial. Igualmente, o facto de se estar a tratar de uma questão muito actual, faz com que existam factos que acontecem diariamente, sendo difícil não só o seu acompanhamento, mas também o tratamento de toda essa informação, correndo-se, assim, o risco, de deixar escapar sempre alguns dados que podem vir a tornar-se relevantes. Todavia, tentou-se, então, limitar este estudo, para não se tornar demasiado abrangente e ao mesmo tempo incompleto.

Tenta-se, portanto, ao longo deste trabalho, fazer a difícil reflexão sobre o futuro da NATO e da Marinha portuguesa pois, como o mundo tem testemunhado, a indefinição é uma constante e a única certeza com que se pode contar.

Contudo, não se esgotam aqui as reflexões sobre esta temática. Apenas se pretende que este trabalho seja o contributo para um futuro debate sobre esta questão, que tem influência directa nas vidas de cada um de nós, apesar do seu frequente esquecimento.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL E A EVOLUÇÃO DA NATO

“É a teoria que decide o que podemos observar”.

Albert Einstein

1.1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

Antes de se passar à discussão e análise da problemática em causa, propriamente dita, importa pois, fazer-se uma breve análise conceptual para de uma forma mais simples se compreender o que mais à frente se irá discutir.

Muitos são os conceitos que caberiam neste capítulo introdutório, porém, e para evitar perder-se o fio à meada, tentar-se-á reunir e analisar apenas os conceitos considerados pertinentes para o estudo em causa.

1.1.1. O ESTADO

O Estado corresponde à organização de uma sociedade num território soberano. A sua origem é, diferentemente, apontada aos séculos XV e XVI, onde os territórios apresentavam já uma considerável organização, reconhecendo-se uma centralização do poder político após o Renascimento. Ou, por outro lado, com a paz de Vestefália, em 1648, ao pôr fim à primeira guerra dos Estados modernos, definindo-se, neste Tratado, o princípio básico de soberania, com o qual o sistema internacional opera. Vestefália simboliza assim, a origem do Estado territorial soberano.

Apesar do referido, todas partem de um ancestral comum, que gira em torno da necessidade que o Homem cedo se apercebeu, de viver em sociedade. Porém, tal facto “não implica que necessariamente tem de viver numa sociedade política nem que o Estado é a sociedade política necessária” (MOREIRA, 2006: 19).

Em todo o caso, a organização política mostrou-se necessária, não surgindo espontaneamente por um instinto humano, mas antes como resultado da sua racionalidade de “organização de meios para obter certos fins” (MOREIRA, 2006: 19).

Uma vez que este não é o objecto de estudo em causa, não se irá acrescentar muito mais à definição, limitando-se, apenas, a referir os elementos fundamentais do conceito e que importam para a análise continuada.

Esses elementos ou atributos que constituem o Estado e o caracterizam são a população, o território, o governo e a soberania. Importa acrescentar que o Estado necessita do reconhecimento internacional para ser considerado e tratado como tal.

Quando se refere população, está-se a incluir as pessoas que habitam num determinado território, não se abrangendo apenas os nacionais do território como os estrangeiros.

O território é delimitado por fronteiras, respeitadas e acordadas por tratados com os Estado vizinhos. É no interior destas linhas (fronteiras) que o Estado exerce a sua soberania. Esta última, refere-se à independência e direito à não ingerência de terceiros nos assuntos internos. Ou seja, o não reconhecimento de um poder superior externo, no interior do território nacional.

Por último, o governo, diz respeito ao conjunto de órgãos políticos definidos pela Constituição, precisamente, como o garante da ordem e segurança, promovendo a justiça.

O Estado permaneceu, até ao século XIX, quase como o actor exclusivo das Relações Internacionais. Embora, actualmente, conte com a presença de importantes actores, como as Organizações Internacionais, Multinacionais, etc, continua a ser o actor principal por excelência. Não se pode esquecer que as Organizações Internacionais são constituídas por Estados, englobando os seus interesses e objectivos. E é, precisamente, este último ponto abordado que importa, finalmente destacar. O facto de, tal como as pessoas, também os Estados terem aspirações, objectivos e interesses.

Considera-se aspirações nacionais “aquilo que um Estado pretende ser, contudo normalmente aspectos realistas mas também utópicos” (NOGUEIRA, 2005: 29). Por sua vez, os objectivos nacionais passam por ser aquilo que o Estado se predispõe a alcançar, apelidando-se, normalmente de objectivos políticos. Estes podem ser classificados quanto ao grau de importância como vitais (*pelos quais se morre* – associados à sobrevivência nacional), os importantes (*pelos quais se combate*) e os secundários (*pelos quais se negocia*); quanto ao prazo de consecução como últimos, longínquos, intermédios ou actuais; quanto ao grau de permanência como permanentes e conjunturais, e variáveis ou

actuais; e por último, quanto ao âmbito, como gerais e sectoriais. De agora em diante, esta nomenclatura irá permitir identificar com maior facilidade e rigor o que se irá abordar.

Neste quadro, resta referir os objectivos estratégicos, como sendo “ todos aqueles que desarticulam a estrutura de poder dos adversários ou inimigos, pressupondo a redução das vulnerabilidades, o reforço das potencialidades ou o contrariar das ameaças” (NOGUEIRA, 2005:30). Por exemplo, a obtenção da auto-suficiência de recursos ou fixação da população numa determinada região.

Finalmente, mas não menos importante, o interesse nacional. Considerado um “conjunto de interesses que visam defender a identidade cultural e que são promovidos mediante a capacidade governamental de gerir e negociar objectivos nacionais prioritários nos domínios da política interna e do relacionamento externo” (HENRIQUES, 2000: 337).

É, portanto, utilizado como instrumento de acção estratégica do Estado.

1.1.2. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

É consensual afirmar-se que os Estados, apesar do seu importante papel, não são actores exclusivos de Relações Internacionais. É a partir do século XIX que surge outro importante actor e que, até aos dias de hoje, foi ganhando cada vez mais importância a par do desenvolvimento e evolução mundial. Falamos, pois, das Organizações Internacionais (OI), e neste âmbito, das Organizações Internacionais Intergovernamentais.

O Estado deixou, pois, de ser o actor privilegiado que era até então, constatando-se, nesta altura, a incapacidade, por parte dos Estados, de dar resposta às suas próprias necessidades, quer de segurança, quer de bem-estar.

Uma Organização Internacional é uma associação de Estados soberanos, uma estrutura de cooperação que, através de órgãos autónomos, estabelece objectivos de interesse comum.

Possui um carácter permanente, pressupondo-se a existência de uma sede, uma estrutura orgânica e todas as condições logísticas que permitem o seu funcionamento, bem como, vontade própria, distinguindo-se das vontades singulares dos Estados, conferida pela sua personalidade jurídica.

Pode então definir-se Organização Internacional como “uma associação de Estados, estabelecida por um acordo entre os seus membros e dotada de um aparelho permanente de órgãos encarregados de prosseguir a realização de objectivos de interesse comum por uma cooperação entre eles” (FERNANDES, 1991:38).

De uma forma geral, podem distinguir-se quatro vagas de criação de Organizações Internacionais Governamentais (OIG). A primeira vaga surge no início de século XIX, no âmbito das comunicações (Exemplo: Comissões Fluviais Internacionais) e, um pouco mais tarde, no âmbito das “Uniões Administrativas” (Exemplo: União Telegráfica, em 1865). Ou seja, foram as necessidades da vida quotidiana das populações que levaram à criação das primeiras Organizações Internacionais Governamentais.

Será a I Guerra Mundial, em conjunto com a Revolução Científica e Tecnológica do século XX, que irá estimular as relações de solidariedade entre 1919 e 1939, juntando à necessidade de cooperação técnica, a vontade política de organização, de uma forma geral, da sociedade internacional.

É neste contexto que nasce a Sociedade das Nações, sendo a primeira Organização universal de carácter político, cujo estatuto encontrava-se plasmado no Tratado de Versalhes de 1919. Esta Organização tinha como pilar o universalismo, defendendo o ideal da paz pelo direito e pela segurança colectiva. Porém, não sobreviveu à ausência dos EUA e à crise económica mundial de 1929.

A terceira vaga surge no pós II Guerra Mundial, assistindo-se a uma multiplicação extraordinária das Organizações Internacionais, a nível mundial e regional. Desta forma, a Organização das Nações Unidas sucedeu a SDN (Sociedade das Nações), e o Tribunal Internacional de Justiça substituiu o Tribunal Permanente de Justiça Internacional.

A última vaga foi marcada pelo processo de descolonização após 1960, levando os Estados de Terceiro Mundo, na altura, a criarem as suas Organizações Internacionais Governamentais.

Nesta altura, começaram a surgir questões sobre este fenómeno, nomeadamente se este traduzia uma crescente solidariedade entre os actores ou, se significava um sinal de fragmentação do Sistema Internacional. Contudo, não se pode prever, com certeza, num mundo em mutação acelerada, qual das respostas acabará por se tornar verdade.

Podemos classificar as Organizações Internacionais quanto à sua composição, funções e poderes.

Quanto à composição existem duas formas de distinguir as Organizações: as de vocação universal e as de vocação regional ou inter-regional.

As Organizações universais podem ser formadas por todos os Estados, sendo, por isso, necessário serem reconhecidos como tal, de acordo com a definição jurídica. Todavia, só será admitido através do processo de adesão estipulado pela Carta constitutiva ou, sendo fundador da Organização. O melhor exemplo deste tipo de Organização é a ONU, fundada por 51 membros e que conta hoje já com 193 Estados.

Já nas organizações de vocação regional, mais restrita, “os Estados agrupam-se de acordo com afinidades geográficas, económicas, políticas, militares e até mesmo étnicas” (SOUSA, 2008: 6). Como exemplo pode-se citar a Organização da Unidade Africana (OUA), a Organização dos Estados Americanos (OEA), entre outros. Mas, por vezes, pode acontecer que a Organização apenas permita a adesão de um número limitado de Estados de zonas geográficas diferentes, como é o caso da NATO, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), etc. Sendo assim Organizações Inter-regionais.

As Organizações Internacionais Intergovernamentais podem ter uma vocação ou competência geral ou, por outro lado, uma competência especializada. No caso da competência geral, as organizações podem tratar qualquer questão de diferentes índoles. Já as de competência especializada, limitam-se à ocupação com questões previamente estipuladas. A ONU, por exemplo, trata qualquer questão, como a paz, a segurança, os Direitos do Homem, questões económicas (...). Por seu turno, a UNESCO¹ apenas trata questões relacionadas com a educação, ciência e cultura, sendo do seu âmbito de trabalho limitado.

Quanto aos poderes, as Organizações Intergovernamentais podem classificar-se como de cooperação e supranacionais (ou de integração).

¹ United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

O tipo clássico de Organizações Internacionais é o de cooperação, no qual esta não tem poder de decisão sobre os Estados-membros, apenas poderão fazer recomendações, como é o caso do Conselho da Europa.

Já as Organizações Supranacionais, por sua vez, têm ao seu dispor um poder de decisão, sobrepondo-se ao dos Estados-membros, é o caso da UE. Há transferência, também, de competências, até então exercidas por órgãos políticos nacionais.

O facto de as Organizações Internacionais serem um actor de Relações Internacionais constituído por outros actores, como é o caso dos Estados, atribui-lhes duas importantes funções: um espaço comunicativo para os seus informadores e, não menos importante, torna as Organizações Internacionais um actor autónomo.

Tal como se disse anteriormente, as Organizações Internacionais surgem da necessidade de os Estados darem resposta aos seus problemas, aumentando de igual forma a necessidade de colaboração entre os actores do Sistema Internacional. Desta forma, a impotência dos Estados darem resposta às suas necessidades gerou uma maior intensificação de processos de integração e multiplicou as relações multilaterais entre os Estados.

Assim se justifica o papel incontornável que as Organizações Internacionais representam para as Relações Internacionais, deixando o S.I. de ser monopolizado pelo Estado, marcando o fim da anarquia e o início de uma nova sociedade internacional modernizada.

1.1.3. A GUERRA

Já vários autores se debruçaram sobre este tema, tentando definir com maior exactidão este fenómeno. Gaston Bouthoul, em *Traité de Polémologie* definiu a guerra como uma luta armada e sangrenta entre grupos organizados, onde, à partida, não há limites no recurso à violência. Por seu turno, Ortega y Gasset afirma que a guerra é uma invenção dos homens para resolverem determinados conflitos.

Na mesma óptica de Bouthoul, Raymond Aaron em *Paz e guerra entre as nações*, define-a como um conflito armado entre unidades políticas, restringindo o conceito apenas às unidades políticas. Já Claude Rousseau define que é uma luta armada entre Estados, utilizando meios e formas regulamentados pelo Direito Internacional, com o fim de impor

um ponto de vista político. O contributo desta última definição é de muito relevância, como mais à frente se irá expor, precisamente pela introdução da referência ao Direito, posta por esta.

Existem ainda definições contemporâneas, como a do General Beaufre, ampliando o espectro de guerra para situações onde possa não haver conflito armado ou mesmo declaração de guerra, englobando-se, assim, o conceito de guerra fria.

Será a partir deste conceito que se irá deixar para trás o conceito clássico de conflito armado entre unidades políticas, generalizado até ao final da II Guerra Mundial. A partir daqui passam-se a incluir no conceito de guerra situações nas quais, apesar de não haver luta armada, exista a possibilidade da mesma ocorrer entre as unidades políticas, através de actos diplomáticos, económicos, políticos e propaganda, entre outras acções que tenham como objectivo enfraquecer ou prejudicar o governo opositor ou os seus respectivos objectivos.

Porém, não se pode abordar o conceito guerra, sem referir a visão racional deste mesmo conceito, ou seja, a abordagem de Clausewitz. Este general prussiano, um homem do Iluminismo, inspirado por filósofos como Kant, adoptou uma abordagem dialéctica para explicar o que é a guerra.

Por um lado, define guerra como uma ferramenta política, constituindo uma continuação da política por outros meios. Por outro lado, defende a ideia que a guerra é puramente um duelo entre duas vontades. Desta forma, pode-se afirmar que Clausewitz sustenta que a guerra nunca é ilimitada, sendo sempre restrita por objectivos políticos, e outros. No entanto, o nível de comprometimento, ou entrega à concretização dos objectivos, é o factor que influencia o desfecho do conflito.

O objectivo numa guerra seria desarmar o oponente, ou seja, destruir efectivamente a capacidade do adversário combater. É neste contexto que se destaca o comprometimento atrás referido. Quanto mais determinado está o inimigo mais difícil é removê-lo do conflito. Veja-se o exemplo do Vietname. É inegável que os EUA dispunham de maior capacidade militar que o *North Vietnamese Army* e o Vietcong, mesmo que consideremos apenas os recursos militares envolvidos na *proxy war*. Todavia, o facto de estarem apenas a lutar por razões políticas e influenciadas pelas informações e listas de mortos transmitidas

pelos média, estavam dispostos a arriscar bem menos no conflito do que o seu inimigo, que, para além de lutar no seu próprio território, combatia por um ideal.

Por último, são, pelo menos, igualmente importantes, as questões formais, como a existência ou não de declaração de guerra, a quantidade de forças envolvidas no conflito, bem como a sua durabilidade e os mortos daí resultantes, isto porque são estes aspectos formais que irão distinguir “as guerras dos incidentes de fronteira, das acções relativamente rápidas, das acções isoladas de represália, ou das actividades terroristas” (SOUSA, 2008: 97). Pegando no exemplo das actividades terroristas, estas não incluem o combate, antes pelo contrário, estas acções evitam o contacto directo com forças armadas, preferindo alvos indefesos ou mais vulneráveis. Outra razão que distingue as actividades terroristas da guerra é o Direito Internacional. Justificando-se, desta forma, tal como atrás referido, a sua importância no conceito de guerra. Os responsáveis por acções terroristas não respeitam qualquer norma de Direito Internacional, ou seja, no que toca a prisioneiros ou procedimentos bélicos, como a “proibição do uso de alguns meios de morte e destruição ou mesmo a salvaguarda de determinados locais” (SOUSA, 2008: 97), ou até mesmo a discriminação entre combatentes, atingindo de forma intencional civis indefesos. Este é, sem dúvida, um grande argumento quanto à introdução do Direito Internacional na definição de guerra, pois mesmo se tratando de um conflito de vontades, interesses, existem normas a cumprir, indispensavelmente.

Resta ainda, apenas, referir os vários tipos de guerra que, comumente se considera. A um nível externo a guerra fria, já referida; a guerra clássica, onde se podem envolver todo o tipo de meios militares à excepção dos nucleares; a guerra nuclear, com a ameaça do seu emprego ou sua própria utilização; e ainda as guerras internas, considerando-se dentro destas as revoluções, os golpes de Estado, as revoltas militares e as guerras subversivas, ou seja, lutas no interior de um território por parte da população, com ou sem ajuda externa, contra a autoridade em vigor, de forma a retirar-lhe ou bloquear essa mesma autoridade.

1.1.4. A CRISE

O termo crise teve a sua origem na medicina, “significando então a existência de uma situação crítica, cuja deterioração poderia resultar na morte” (ESCORREGA, 2010). Actualmente, este termo veio a ser integrado em vários âmbitos relacionados com diversos

fenómenos, como a crise financeira, a crise económico-social, crise alimentar, crise ambiental, crise humanitária, crises políticas, crise de resultados, crise identidade europeia, etc.

O estudo científico sobre crises é recente, tendo o seu pico de importância durante a Guerra Fria, com o episódio da Crise dos mísseis de Cuba, em 1962. Esta crise revelou, internacionalmente, que os custos de uma guerra nuclear não justificam a violência externa e a possível destruição da humanidade. Porém, o confronto entre os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas era inevitável, tal a dimensão dos interesses em choque, tal como o então secretário de Defesa norte-americano, Robert McNamara, proferiu em 1962 no rescaldo da crise dos mísseis de Cuba, “there is no longer any such thing as strategy, only crisis management” (ESCORREGA, 2010).

O facto de se ter percebido que algumas crises levam, efectivamente, a situações de guerra, tornou fundamental estudar o fenómeno, bem como definir o conceito de crise para, de igual forma, saber como agir e dar respostas neste tipo de situações.

Desta forma, a análise de crises comporta duas grandes áreas: as crises internacionais e as crises sub-estratégicas. Estas últimas estão “relacionadas com acontecimentos potencialmente danosos fisicamente, resultantes de actividades humanas ou fenómenos naturais que possam causar a perda de vidas humanas, rupturas económicas e sociais, degradação ambiental (...)” (ESCORREGA, 2010). Todas estas situações podem acabar por gerar tensões de gestão perigosa e difícil.

No caso das crises internacionais, vários autores se dedicaram ao tema, destacando-se Glenn Snyder e Paul Diesing, *Conflict Among Nations: Bargaining Decision Making and System Structure in International Crises (1978)*, realçando o carácter instrumental da crise como forma de atingir objectivos políticos, em alturas em que, estrategicamente o conflito se encontra estático. Da mesma forma se afirma que o estado de crise é o seu estado natural.

Já em Portugal, o general Loureiro dos Santos, afirma que se está perante uma crise internacional quando se verifica uma ruptura no fluir normal das relações entre dois ou mais actores da cena internacional com uma alta probabilidade de emprego de força. Assim, crise é uma sequência de interacções entre os Governos de dois ou mais Estados em

conflito com a percepção do perigo que representa uma elevada probabilidade de Guerra (SANTOS, 1987).

Todavia, existe um modelo de desenvolvimento próprio, através do qual, se consegue, mais facilmente, explicitar o conceito de crise. Este modelo compreende três grandes fases: o desafio, a confrontação e a resolução. Tudo começa com um conflito de interesses já existente entre os actores da cena internacional, mas que permanece num estado, chamado estado brando, que só virá a ser alterado com a introdução de um catalisador, ou seja, uma situação desencadeada por um dos intervenientes, que se tornará insuportável para o opositor. Este catalisador, quando se trata de uma situação concreta, designa-se por catalisador específico. Caso este desenrolar da crise se dê, simplesmente, pelo decorrer do conflito de interesses, designa-se de catalisador geral.

O próximo acontecimento para o desenvolvimento da crise é o desafio, ou seja, um dos intervenientes desafia o seu opositor, tentando coagi-lo. Perante este desafio, caso haja uma resposta por parte do opositor, a chamada resistência, ultrapassa-se o patamar da crise, ou seja, o limite que separa os desentendimentos políticos dos estados de crise ou até mesmo guerra. De qualquer forma, caso não haja resistência, a crise termina, sem ter existido propriamente.

A resistência e subsequente transposição do patamar da crise dá-se através da confrontação ou radicalização do conflito, no qual os actores têm ao seu dispor todos os recursos para agir, incluindo os militares ou, até mesmo, a gestão de crises. Esta situação pode resolver-se de três formas diferentes: através da capitulação do desafiado; de um compromisso aceite pelos intervenientes ou através da guerra, quando não há cedências de parte a parte.

Dentro deste modelo, considera-se o estado de guerra como o patamar superior ao patamar da crise.

Após a análise das várias abordagens ao conceito crise, fica mais fácil perceber-se a importância da mesma na cena internacional, nomeadamente para actores como os Estados e as Organizações Internacionais.

Parece, evidentemente, vantajoso para estes, ter já definidos os contornos daquilo a que se chamam situações de crise, bem como construir um sistema eficaz para a sua gestão e/ou condução. Nestas situações, exige-se rapidez de resposta, pois a guerra é tida como algo

iminente, e tendo em conta os custos económicos ou até mesmo humanitários daí resultantes, torna-se crucial esta preparação célere. Assim, um Estado organizado, com um plano de resposta e de gestão de crises, pronto a actuar, reduz, *a priori*, os danos de índole económica, humanitária, etc, salvaguardando-se.

Veja-se, a título de exemplo, o caso da NATO onde, para além das acções diplomáticas, a gestão de crises está entregue à defesa colectiva (art.º5º), operações de resposta a crises (CRO), e operações de desastres naturais, tecnológicos ou humanitários.

E, tal como Luís Falcão Escorrega (2010) afirmou, é “realmente necessário um conceito claro, que delimite o fenómeno e um sistema de gestão eficaz que maximize a eficiência de resposta e minimize os efeitos nefastos de uma qualquer verdadeira situação de crise”.

1.1.5. POLÍTICA

Política é uma “actividade humana do tipo competitivo, que tem por objecto a conquista e o exercício do poder” (AMARAL, 1999: 21). Constitui o conjunto de meios através do qual o poder é utilizado para a consecução de objectivos e interesses. E é, ainda, a arte de estabelecer objectivos e de orientar e conduzir o processo global, interno e externo, que visa a conquista e manutenção desses objectivos, papel esse de organizar e governar, atribuído, quer ao referido Estado singular, quer a uma união de Estados-membros, como é o caso da União Europeia (DUARTE, 2008).

Sob um ponto de vista operativo, no qual se enquadra este estudo, a política é “uma actividade social que se propõe assegurar pela força, geralmente fundada no Direito, a segurança externa e a concórdia interior de uma unidade particular, garantindo a ordem no meio de lutas que nascem da diversidade e divergência de interesses e opiniões” (FREUND, 1965: 751). É esta área conceptual ligada à conflitualidade internacional, tendo a guerra como limite, que importa aqui analisar.

Porém, é imperioso fazer-se uma pequena abordagem a outro conceito intimamente ligado à política. Fala-se, portanto, do conceito de poder. De uma forma geral, a definição de Joseph Nye toca no aspecto essencial, definindo poder como a capacidade para influenciar o resultado que desejamos e, se necessário alterar o comportamento de outros para torna-lo possível. A ideia principal é mesmo esta, a de o poder ser uma relação entre actores, onde

um deles leva o outro a agir de forma a concretizar os nossos interesses e objectivos. O poder “significa deter as cartas mais altas no jogo de póquer internacional”(NYE, 2002: 71). E quando vemos que o nosso adversário tem cartas para nos bater, desistimos, ou seja, se sabemos que partimos para uma guerra com uma derrota garantida, não vale a pena iniciá-la.

Para Marcello Caetano, o poder existe “sempre que alguém tem possibilidade de fazer acatar pelos outros a sua própria vontade, afastando qualquer resistência exterior àquilo que quer fazer ou obrigando os outros a fazer o que ele queira” (CAETANO, 1996: 130).

A este respeito, pode-se ainda distinguir o *hard power* e o *soft power*. Referindo-se o primeiro ao chamado poder duro, ligado às ameaças, obrigando o outro a fazer aquilo que queremos. Por outro lado, o *soft power*, apelidado por Joseph Nye, diz respeito à capacidade de levar os outros a querer o mesmo do que nós, baseando-se na capacidade de atracção das nossas ideias ou na capacidade de planeamento de uma agenda política capaz de moldar as preferências dos outros.

O poder distingue-se ainda da violência, sendo o primeiro um fim em si mesmo, e à violência cabe, por sua vez, um papel instrumental. Desta forma, “o poder legitima-se enquanto a violência se justifica” (SOUSA, 2008: 156).

Voltando à definição de política, entende-se e aceita-se que a esta cabe a regulação e redistribuição da riqueza social, nos diversos patamares da comunidade, todavia, cabe a esta também a definição dos seus fins e objectivos, capazes de serem efectivamente ou potencialmente hostis para outra comunidade política. Assim, estamos no âmbito estratégico.

Posto isto, pode-se concluir que a “estratégia é dirigida superiormente pela política, mas também a influencia directamente ao colocar limites à concretização de alguns dos seus objectivos quando os mesmos não são razoáveis em termos de conflito e de uma paz possível. Desta forma se afirma que “ a estratégica tanto faz a guerra como arma a paz” (NOGUEIRA, 2005: 54), devendo haver uma subordinação da estratégica à política e não o seu contrário (DUARTE, 2008: 4).

1.1.6. A ESTRATÉGIA

Da “arte do general” na Antiguidade, à “ciência e arte de, à luz dos fins de uma Organização no sentido amplo, estabelecer e hierarquizar objectivos e gerar, estruturar e utilizar recursos, materiais e imateriais, a fim de se atingirem aqueles objectivos, num ambiente admitido como conflitual ou competitivo” (DUARTE, 2008: 4).

Na definição do conceito de estratégia é necessário distinguir-se, logo à partida, este do conceito de guerra. Apesar da estratégia emergir da guerra, ambos os conceitos não se sobrepõem. A estratégia tem uma função contínua, que antecede e prepara a guerra, continuando, igualmente, durante e depois do cessar das hostilidades. Por sua vez, a guerra é o recurso à violência armada, ou seja a luta armada é o que dá sentido último à guerra, mas não à estratégia, que não tem como objectivo último esta luta, mas antes tem a “capacidade de armar ou ajudar a armar uma paz suficiente” (NOGUEIRA, 2005: 55).

Ambos os conceitos diferem, sobretudo, no seu campo ôntico, a natureza, o modo de ser, não é o mesmo. A estratégia tem um espectro mais alargado do que a guerra e responde directamente à política. Os objectivos estratégicos têm o seu sentido último na dimensão política, interagindo com esta e dependendo da política para a concretização dos seus objectivos. A estratégia tem sempre por finalidade preparar e conduzir a acção hostil e armar a paz. O seu exercício temporal é tanto o passado, como o presente e o futuro, acompanhando nisso a política. É aqui que se distingue, adicionalmente, da guerra.

Tal como já se definiu, mais aprofundadamente atrás, a guerra é a continuação da política por outros meios, sendo limitada pelos objectivos políticos e condicionada pelas decisões políticas.

Raymond Aaron afirmou, a propósito da guerra, que esta constituía a “escalada aos extremos”(ARON, 1986: 73). Tenha-se como exemplo, o já referido e analisado Modelo de Desenvolvimento das Crises.

Sun Tzu afirmava, por seu turno, que a melhor maneira de vencer a guerra era montar uma estratégia de maneira ao adversário fazer a nossa vontade sem um confronto armado.

Voltando à definição de estratégia, propriamente dita, existem duas visões distintas a este respeito. Por um lado, uma definição clássica, de Abel Cabral Couto, remetendo a estratégia para uma conflitualidade hostil. Afirma que é uma ciência e arte (ciência no

sentido de fazer parte das Ciências Sociais e arte pelo carisma do estratega, a arte de comandar) de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política, contra o Outro, com o objectivo de se atingirem os objectivos políticos que suscitam conflitualidade.

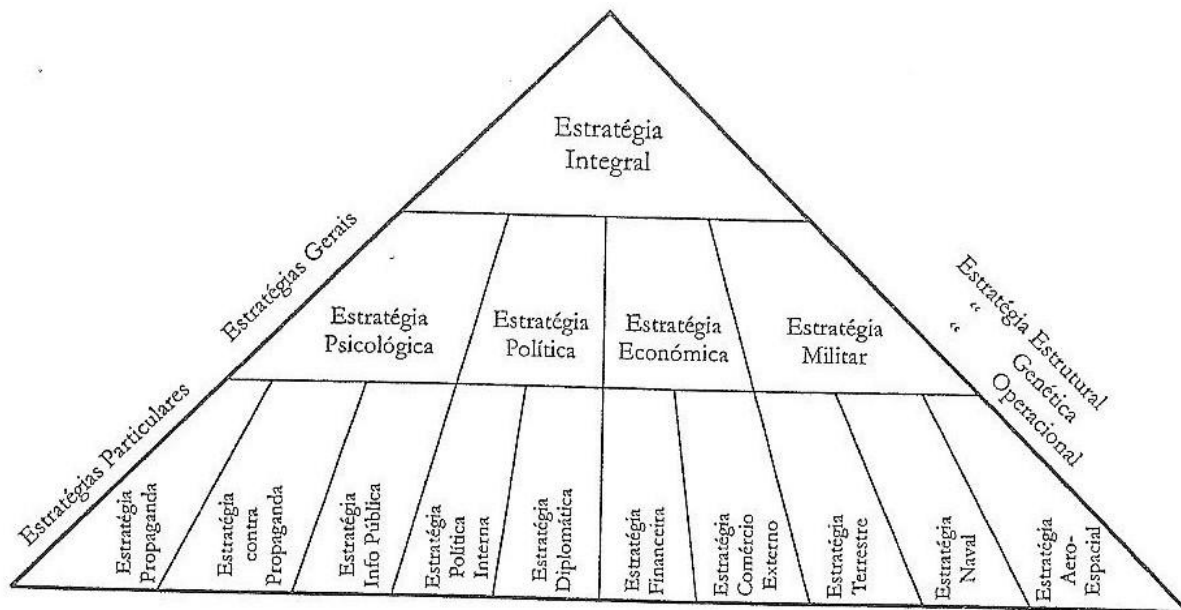
Mais tarde, Abel Cabral Couto alarga o horizonte ôntico da definição de estratégia, continuando a ser uma ciência e arte, mas “à luz dos fins de uma Organização” (FERNANDES, 2004: 215) de gerar, estruturar e utilizar recursos, tangíveis e intangíveis, pois no fim da linha há sempre um homem, novamente com o fim de atingir os objectivos num ambiente agónico (conflituoso, competitivo).

Por sua vez, Horta Fernandes (2004) nega a ciência e arte da estratégia, e apresenta-a como uma ética do conflito. Afirma ser uma lógica de vectores de poder (forças, vontades e liberdades de acção) que servem objectivos específicos (em última análise políticos, mas também podem remeter para o económico) através de um poder operacional, de imposição da vontade à luz do direito. Esses objectivos são relativos a um determinado poder director (Assembleia da República, Presidente da República, etc). É este conjunto de actores que intervém na definição dos objectivos estratégicos, que são entendidos por Horta Fernandes como racionalidade social estratégica.

Não devemos abordar a estratégia apenas a um nível definitório, ela não é apenas integral. E dessa forma, através da análise da Pirâmide de Beufre (figura nº1) percebe-se melhor, precisamente, a dimensão da estratégia.

FIGURA N.º 1

Pirâmide de Beufre



Fonte: NOGUEIRA, 2005: 58

Existem pois, a um nível inferior, as estratégias gerais (formas de coacção), subdividindo-se em estratégias particulares. Importa, ainda, realçar no âmbito da definição, determinação e concretização das estratégias gerais, os modos de acção estratégica levados a cabo pela estratégia operacional, no que toca à utilização de meios, pela estratégia genética, com a geração e criação de novos meios, e pela estratégia estrutural, quanto à composição, organização e articulação dos meios.

Todavia, desta forma, apenas se procedeu a um análise de estratégia sob um critério horizontal, *tactizando-a* e, conseqüentemente, reduzindo o conceito. Torna-se, por isso, fundamental, fazer uma distinção entre tática e estratégica, mas sob um ponto de vista vertical, o chamado critério vertical.

Enquanto pelo critério horizontal, a passagem de estratégia para tática se fazia através do impacto das acções por parte dos protagonistas, por exemplo, as modificações causadas no conflito por uma unidade de um escalão militar, no critério vertical o que importa são as conseqüências dessas acções e a sua relação com o poder político director. A título de exemplo, quando se emprega o uso das armas nucleares táticas e com as suas finalidades táticas, as conseqüências do seu uso são estratégicas.

É, assim, através do critério vertical, que se pode fazer a distinção entre Estratégia, como uma racionalidade social que conceptualiza e dirige de forma incarnada a condução global da luta., e Tática, como condução da luta nos diversos pontos e âmbitos, considerando as acções em si mesmas. É então a concretização material das acções. (NOGUEIRA, 2005: 61).

Em última análise, este critério distingue ainda política, estratégia e tática. Sendo a política “quem” dita os fins e objectivos, cabendo a resposta à estratégia, estabelecendo fins intermédios e aplicando-os em ambiente hostil, sendo a tática quem concretiza e pontualiza esses objectivos em expressão reificada.

1.1.7. GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA

A geopolítica é uma combinação da ciência política e da geografia, que estuda as relações que existem entre a condução da política externa de um país e o quadro geográfico no qual ela se exerce, tal como afirmou Pascal Boniface (2003). Sendo muito mais do que uma mera junção de Geografia e Política.

Esta disciplina científica surge entre fins do século XIX e o início do século XX, através de Mackinder e Mahan, ao fazerem análises sobre o poder terrestre e marítimo. Porém, a palavra “geopolítica” só irá aparecer em 1908 por Rudolf Kjellen, um cientista político sueco, que definiu geopolítica como a ciência que concebe o Estado como um organismo geográfico em constante luta pelo poder e pelo espaço. Definição esta ainda hoje aceite.

Apesar de se poder constatar, nestas definições, uma grande aproximação ao conceito de geografia política, é imperioso afastar os termos, pois são distintos.

Enquanto a geografia política estuda e analisa o panorama político sob um ponto de vista geográfico, a geopolítica estuda as questões políticas tendo em conta todos os factores e condicionantes geográficos (espaço).

Embora abordado aqui de maneira simplista, o conceito de geopolítica e o seu afastamento conceptual do de geografia política, deu um enorme contributo na maneira de pensar a guerra. Passou-se a explorar melhor todas as potencialidades dos Estados, a nível terrestre e marítimo, precisamente ao perceber-se a importância do domínio do poder de ambos

os meios. É inclusive, através deste pensamento, que se introduz o poder aéreo que deu frutos na vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial.

Este conceito, é um dos exemplos da importância da teorização de pensamentos, ao constatar-se o seu alcance e influência na cena internacional.

Pode então dizer-se, neste sentido, que geopolítica é uma “disciplina política que trata da criação, organização, gestão e uso do poder em função do espaço como factor desse mesmo poder” (NOGUEIRA, 2005: 64).

Poderia colocar-se, ainda, a questão da globalização, uma vez que retiraria uma certa relevância às condicionantes espaciais, porém, na verdade, assiste-se a uma crescente importância do espaço, “só que agora num sentido cada vez mais humanizado” (NOGUEIRA, 2005: 67).

Por seu turno, geoestratégia “é o estudo das relações entre os problemas estratégicos e os factores geográficos, à escala das grandes regiões ou mesmo à escala mundial, procurando deduzir a influência dos factos geográficos (económicos, demográficos, sociais, etc.) nas situações estratégicas, bem como as possíveis consequências, nesses factos geográficos, da aplicação das manobras estratégicas e da consecução dos respectivos objectivos” (SOUSA, 2008: 91).

Ao contrário da geopolítica, que se distanciava da geografia e da política, como uma disciplina autónoma, a geoestratégia alia, segundo o Instituto de Altos Estudos Militares, “o conhecimento geográfico na actividade estratégica” (IESM, 2007: 11). Colocando-se aqui, o acento tónico, no estudo espacial que pode condicionar as manobras estratégicas.

Neste sentido, pode-se, ainda, afirmar que a geoestratégia pode ser entendida como um elemento da geopolítica, da qual se distingue na sua especificidade, cabendo à geoestratégia o estudo dos problemas relacionados com a geografia e o uso da coacção em ambiente agónico, e também pelo seu método estratégico.

Importa ainda referir, a propósito dos espaços geopolíticos e dos espaços geoestratégicos, que estes nem sempre coincidem.

1.1.8. AMEAÇA E RISCO

Embora, mais adiante, se irá abordar a questão das novas ameaças, é, agora, oportuno, antes da introdução do conceito de Segurança e Defesa, analisarem-se as definições de ameaça e risco. Estas, aparecem aqui juntas, precisamente, para serem distinguidas, não confundidas. A ameaça é, segundo Cabral Couto “qualquer acontecimento ou acção (em curso ou previsível) que contaria a consecução de um objectivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais. As ameaças podem ser de variada natureza” (COUTO, 1988: 329). A ameaça é causada por uma vontade consciente, com vista à prossecução de objectivos próprios, e traduzem-se numa situação de coacção. A coacção, por sua vez, pode ser psicológica, diplomática, de política interna, económica e militares. (COUTO, 1988).

Hoje, ameaça é entendida pela ONU como qualquer acontecimento ou processo que leve à perda de vida ou à redução das expectativas de vidas humanas em larga escala e que ponha em causa a unidade do sistema internacional, ameaçando a segurança internacional. (RODRIGUES, 2004).

A ameaça é, pois então, um estado antes da agressão, tratando-se de um acto de carácter ofensivo que, mesmo em caso da agressão se concretizar, se mantém estando o ameaçado sujeito a situações ameaçadoras que se podem ou não concretizar.

Por sua vez, “a visão tradicional de *Risco* tem relação directa com o facto de, na Estratégia, não se planear para a pior hipótese, mas para a ameaça mais provável, tomando-se medidas cautelares para a mais perigosa” (NOGUEIRA, 2005: 73).

A palavra risco deriva do latim *risicare*, cujo significado é ousar. Actualmente, a palavra risco representa a probabilidade de um acontecimento apresentar um resultado negativo, ou seja, causar perdas, no futuro. Podendo, assim, impedir a alcance de objectivos traçados.

Difere de ameaça pelo seu carácter inesperado e desconcertante, não sendo um mero desafio à segurança e defesa. Não é, propriamente, uma acção, ou uma finalidade que justifique o desenrolar da acção, mas antes algo que a própria acção carrega, como um evento. O chamado puro-acontecer.

A definição de risco e o seu distanciamento de ameaça aparecem bem plasmados por Paulo Duarte e Horta Fernandes, considerando risco como, “num certo sentido, uma acção não

directamente intencional e eventualmente sem carácter intrinsecamente hostil (contrariamente aos termos que caracteriza a ameaça na estratégia), provinda de um actor interno ou externo não necessariamente estratégico. (...) Pode influenciar o carácter estratégico de decisões e acções estratégicas de um qualquer actor estratégico, uma vez que adquire carácter estratégico quando relacionado com esse actor que influencia” (DUARTE, 1999: 107).

1.1.9. SEGURANÇA E DEFESA

Entenda-se que o conceito de segurança que aqui se vai abordar é sob um ponto de vista estratégico, ou seja, ficam excluídos todos os aspectos relativos à segurança numa dimensão não-agónica, como a segurança alimentar, a segurança policial, etc.

Desta forma, a melhor via de definir segurança será como “um acontecer-fazer em que se garante a dialéctica de liberdades de acção, de vontades e de forças de uma dada sociedade enquanto racionalidade social estratégica face a um outro hostil (ameaça), ou aos riscos que o outro e o ambiente estratégico configuram” (NOGUEIRA, 2005: 75). Este conceito de segurança não é estático, nem é um estado adquirido ou permanente.

O estar seguro envolve muito mais que o conceito de defesa, referindo-se a objectivos a alcançar. “Só se está seguro quando se alcançam os objectivos almejados e não apenas quando se assegura a sobrevivência” (NOGUEIRA, 2005: 75), valendo tanto acções defensivas como ofensivas.

Contudo, apesar de próximos, os conceitos de segurança e defesa são distintos. Defesa diz respeito ao acto de resistência e também um acto de defesa perante uma ameaça. É um modo de acção estratégica que tenta preservar um mínimo de liberdade de acção para permitir o processo de decisão e para responder às expectativas, projectos, objectivos de identidade política, articulando meios materiais e imateriais (vontade, acreditar). Já a segurança “qualifica a acção estratégica do ponto de vista da realização dos seus objectivos. Não existe nenhum modo de acção estratégica designado por segurança. O estar seguro ou não é o que resulta da acção, ou melhor, da nossa percepção dos resultados da acção” (NOGUEIRA, 2005: 76).

Pode-se então afirmar que, enquanto a defesa é substantiva, e objectiva, a segurança é adjectiva, classificando a defesa como boa ou má.

Por fim, é possível fazer-se a divisão do conceito segurança a três níveis: segurança comum, segurança colectiva e segurança global.

Segurança comum é o acontecer-fazer de uma sociedade, num determinado espaço (acordado) que permita trabalhar a grande manobra estratégica (um Estado ou grupo de Estados como a UE.)

Segurança colectiva difere apenas de segurança comum no sentido de alargar o espaço, sendo este um espaço de cooperação menos intenso e menos restrito, como a NATO. Esta abordagem é simplista a título de referência, uma vez que, em seguida se procederá a uma abordagem mais completa.

Por último, segurança global trata-se igualmente de um espaço de cooperação, mas a várias dimensões (políticas, económicas, militares) que permite consenso e serve objectivos pós-estratégicos (estratégia kantiana) como uma utopia de paz perpétua. A respeito da segurança global, seria à partida de estranhar o aspecto utópico de paz perpétua que se pretende almejar (ONU), mas as aspirações nacionais “configuram aquilo que um Estado pretende ser contendo normalmente aspectos realistas mas também utópicos” (NOGUEIRA, 2005: 29).

Todavia, a propósito deste estudo, existem ainda duas modalidades de segurança que importa abordar: a segurança colectiva e a segurança marítima.

A ideia de segurança colectiva remonta ao final da I Guerra Mundial, com o contributo de Woodrow Wilson. Este pretendia implementar o conceito de segurança colectiva como sucessor do equilíbrio de poder, no qual o sistema internacional se baseava. Cedo percebeu que os tratados e acordos não bastavam para se fazerem cumprir, era necessário a criação de Organizações Internacionais com regras para serem aplicadas e cumpridas, com a força militar a complementar a força moral.

A Liga das Nações era, pois, a materialização destes ideais wilsonianos. A segurança passaria, então, a ser de responsabilidade colectiva e, para tal, os Estados não agressivos se uniriam, em coligação, contra agressores.

Portanto, a ideia de segurança colectiva, parte da vontade dos Estados conterem ou limitarem agressões através de uma acção conjunta. Claro que, para isso, tinham de assumir os custos e responsabilidades daí provenientes, tendo uma organização internacional a “autoridade moral e capacidade militar para actuar sempre que necessário” (SOUSA, 2008: 185).

Apesar de algumas semelhanças com o anterior equilíbrio de poder, existem três importantes diferenças entre ambos os conceitos. Em primeiro lugar, a segurança colectiva baseia-se na agressividade política de um Estado e não no seu poder, ao contrário do equilíbrio de poder, que procede a alianças de modo a anular o crescente poder de alguns Estados. Em segundo lugar, as alianças, na segurança colectiva, são feitas após os Estados se mostrarem agressivos, já no equilíbrio de poder, elas celebram-se antecipadamente. Por último, a segurança colectiva foi projectada para ser global e universal sem Estados neutrais ou com uma acção independente (NYE, 2002: 203).

Contudo, apesar de na altura se constatar um certo fracasso neste ideal, com o próprio fracasso da SDN, a verdade é que este conceito revelou-se uma importante inovação nas Relações Internacionais a partir desta altura. Não se pode esquecer, porém, que o aparente fracasso da SDN, prende-se com os dois conceitos ligados à segurança colectiva, a saber, soberania e direito internacional. Sucintamente, a soberania nacional não admite nenhum poder no interior do seu território, além do seu próprio poder. A haver poder seria com um consentimento próprio. Ora, o que se pretendia no Pacto da Liga das Nações era a cedência voluntária de parte da soberania dos Estados em troca da segurança colectiva e do direito internacional. Podendo-se aqui, equiparar o direito internacional e a segurança colectiva ao direito nacional e a polícia. O que sucedeu foi que muitos Estados recusaram esta assunção, encarando o seu cumprimento como voluntário e não obrigatório.

A questão importante a retirar deste conceito de segurança colectiva, prende-se com a sua eficácia, que se encontra dependente da vontade de cada Estado pôr de parte interesses individuais em prol de um bem comum, onde todos beneficiariam, ou seja, a contenção e limitação de agressões externas. É, precisamente, a propósito desta reflexão, que se deve ter sempre em conta a perigosidade da implementação da segurança colectiva, pois é necessário haver coesão e unidade cultural para não se cair no erro de se actuar em nome de um só Estado e dos seus interesses singulares.

Por outro lado, no que respeita a maritimidade da segurança, a Lei do Mar saída da III Conferência das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar de 1982 estabelece dois conceitos, embora opostos, simultaneamente complementares: A Soberania Territorial dos Estados Costeiros e a Liberdade do Uso dos Mares. Tendo-se o Mar como Herança da Humanidade.

O conceito de segurança marítima é então tido como o sistema que, através de um conjunto de medidas de controlo, vigilância e protecção de todas as actividades marítimas, garante a salvaguarda da vida humana e evita a perda ou alienação da propriedade, no respeito pleno dos interesses dos Estados Costeiros e dos que têm navios e plataformas arvorando as suas bandeiras.

Neste âmbito, podem-se enumerar várias ameaças e desafios, tais como a segurança de navegação, a protecção de infraestruturas críticas, segurança energética, luta contra a pirataria, acções contra a proliferação de Armas de Destruição Massiva, luta contra o terrorismo marítimo, acções contra o tráfico de pessoas, estupefacientes e armamento, entre outros.

1.2. UM MUNDO EM MUDANÇA

A história afinal não acabou.

O fim da Guerra Fria, a vitória do capitalismo sobre o comunismo, com a queda do muro de Berlim, em 1989, e a implosão da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), em 1991, ditaram o início de uma Nova Ordem Mundial. Esta ordem, sucessora de ordens de conflitos em território europeu, ao contrário do que muitos esperavam, não trouxe a paz tão ansiada que daria como terminada a história. Por um lado, os Estados da Ex-URSS, até então sob a égide e controlo soviético, punham de parte tensões e rivalidades territoriais, religiosas e étnicas. Porém, após a queda deste bloco, em tempos de maiores dificuldades económicas vieram ao de cima todas estas quezílias por resolver. Veja-se o caso da rivalidade entre Sérvios, Croatas, Muçulmanos e Albaneses Kosovares, com um desfecho trágico para a Ex-Jugoslávia, causando a sua própria implosão.

Tal como Immanuel Kant frisou, a paz perpétua é acessível apenas no túmulo.

Joseph Nye afirmou que no mundo pós-Guerra Fria, em vez do “fim da história” assistiu-se ao retorno da história. E, de facto, como referimos, os conflitos que se assistiram na Europa, tinham o cunho do nacionalismo étnico, como oposição ao capitalismo liberal. Ou seja, nesta altura, o retorno da história representava o facto de uma só ideologia não bastar para os conflitos de política internacional.

O mundo viria, ainda, a ser marcado pelo 11 de Setembro de 2001, com os atentados aos EUA, quebrando a inviolabilidade territorial norte-americana, e pondo em cheque a sua capacidade de antecipação de ataques externos, bem como o seu próprio combate.

Esta mudança intensificou-se a com dois fenómenos intimamente ligados, a globalização e as novas ameaças que tratar-se-ão mais à frente. Por ora, importa fazer-se uma breve reflexão a propósito das novas tendências geopolíticas, apelidadas por Loureiro dos Santos, como Liga das grandes potências. Para este, “o planeta caminha a passos largos para uma época em que se irão consolidando grandes blocos regionais, tendo cada um deles, normalmente, um Estado hegemónico que desempenha o papel de foco de irradiação de influência privilegiada sobre as unidades políticas que o constituem” (SANTOS, 2009: 27). Esses Estados hegemónicos formarão o “governo do mundo”.

Abaixo desses Estados existiriam ainda dois níveis de Estados. Os actores com menos poder mas capazes de influenciar as estratégias desses blocos regionais. E os actores que se seguem, seriam sujeitos, uns mais outros menos, à governação superior.

As “ilhas de poder”, como Loureiro dos Santos designou, corresponderiam a cinco grandes potências, a saber: EUA, China, Índia, Rússia e Brasil. Claro que, logo à partida, nota-se a ausência da União Europeia neste lote de grandes potências, uma vez que, embora não sendo formalmente um Estado, o conjunto dos Estados-membros representa internacionalmente uma importante economia e mercado (destino privilegiado dos produtos chineses e norte-americanos), bem como mesmo a nível militar, no caso da NATO, correspondendo a uma grande percentagem de Estados-membros. Para além disto, embora não sendo uma unidade política, como se referiu, é significativa a cedência de soberania à UE por parte dos seus membros, daí o destaque necessário a este nível.

Quanto às restantes potências, sucintamente e facilmente se justifica a sua escolha. Os EUA, como a potência principal, contudo sem a capacidade autónoma de resolver todos os seus problemas, por questões de interdependência crescente, em várias áreas. Continuam a

ser a potência militar por excelência, sem rival de peso, e mesmo assim, conseguem ser, ainda, a maior economia do mundo.

A China, em pleno crescimento económico, cada vez apostando mais no desenvolvimento das suas capacidades militares, sendo o segundo país no mundo que mais investe nesta área, seguindo os EUA, e no avanço de conhecimentos na investigação científica e tecnológica. É uma importante parceira dos EUA, economicamente, tendo tido um papel indispensável para os mesmos enfrentarem a crise. A par do Japão, sendo o seu maior parceiro económico.

A Índia, com o seu peso demográfico considerável, cresce economicamente, porém, em comparação com a China, devido ao seu regime político democrático, a um ritmo mais lento. Para além disso, possui a vantagem de ter o idioma inglês como uma das línguas oficiais, o que lhe dá primazia em relações económicas, científicas, administrativas e, principalmente, no sector onde mais se destaca, os serviços. A Índia representa, ainda, o principal aliado dos EUA na Ásia.

A Rússia continua a ter cartas importantes no jogo internacional. Apesar de enfrentar graves problemas, como a redução demográfica que não parece ter fim e a tentativa de reestruturação económica que se revela incapaz de dar resposta aos problemas presentes, ocupa um lugar que não se pode ignorar, ou deixar de lado.

A Rússia é o principal abastecedor de gás natural da Europa (cerca de um quarto), esta dependência tornou-se difícil de contornar, o que deixa os russos satisfeitos, pois ter, de certa forma, os europeus numa posição inferior de dependência, é algo a querer-se manter.

A ligação a que se vê obrigada a manter com a China, pelo temor do crescimento demográfico chinês, bem como de, em conjunto, constituírem um bloqueio a potências externas, os EUA, através da Organização de Segurança de Xangai, sendo, pelas razões acima descritas, a principal impulsionadora.

É interessante verificar-se que, apesar das mudanças necessárias a nível de política externa, a Rússia mantém as mesmas preocupações que detinha no tempo de Pedro o Grande. A tentativa contínua de acesso ao mar, pela qual já enfrentou diversos conflitos, com a ambição de chegar às rotas e ter uma escapatória possível à sua dimensão colossal e escassez de recursos, excepto os combustíveis fósseis.

Por último, referir o sucesso conseguido na suspensão do estabelecimento do sistema antimíssil por parte dos EUA e o cancelamento das instalações de componentes destes na Europa de Leste, constituindo o chamado “cinturão de segurança” que a sua defesa necessita.

A potência que resta é o Brasil. Este Estado encontra-se em pleno crescimento, sendo o detentor de recursos importantes, como o sector alimentar e os combustíveis fósseis. Para além disso, é um importante elo de ligação e diálogo numa zona problemática do mundo, devido a constantes crises com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) na Bolívia, bem como a influência do populismo nesta zona do globo, levada a cabo por Hugo Chavez, com um discurso anti-norte-americano. Porém, o Brasil não é totalmente pró norte-americano. Tem-se vindo a notar, visivelmente, a vontade brasileira de ver as forças norte-americanas longe da América do Sul. Neste sentido, pretende reequipar as suas Forças Armadas. Por fim, não se pode esquecer o papel importante que ocupa politicamente no seio dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) em conjunto com a Rússia, Índia e China e ainda, caso no futuro se concretize, a posição de destaque que terá num sistema de segurança do Atlântico Sul.

Finalmente, importa referir a questão de África. Não se poderia abordar geopoliticamente o mundo sem, pelo menos, referir este continente. À partida excluir-se-ia por uma aparente influência reduzida na cena internacional, todavia alguns dos problemas mais graves que o Ocidente atravessa tem origem ali. É a fragilidade de alguns Estados, como é o caso dos Estado falhados, que vai permitir a entrada e fixação de algumas redes de diversas índoles, desde o terrorismo até à pirataria, actuando nas costas, como é o caso da Somália. Existem, como Loureiro dos Santos afirma, várias “Áfricas”. Contudo, apesar de todos os problemas, quer de insegurança, corrupção, conflitos religiosos, territoriais, étnicos, etc, existe uma África cheia de recursos naturais e estratégicos geradores de vários interesses. Veja-se a África do Sul, Angola Moçambique e alguns países do norte de África, que se vão afirmando, com um certo nível de estabilidade governativa e índices de desenvolvimento a ter em conta. Por outro lado, já se começa a verificar uma consciencialização organizativa, procurando-se, regionalmente, criar associações que defendam os seus interesses quer na gestão das suas riquezas para daí tirarem um maior proveito, quer na sua própria segurança, sinónimo de estabilidade e maior crescimento.

Posto tudo isto, importa agora classificar, ou tentar classificar a actual ordem internacional. O que não é tarefa fácil, porque mesmo os especialistas não encontram consenso. Desde os que afirmam que estamos perante uma ordem apolar, ou seja, sem pólos, havendo equilíbrio de forças sem se poder distinguir uma força superior às restantes, aos que, por outro lado, defendem que a ordem internacional é multipolar, havendo forças que se destacam, umas militarmente, outras economicamente, ou até nas ciências, tecnologias e comunicações.

A verdade é que, num mundo globalizado, as relações entre Estados revelam-se cada vez mais frequentes, verificando-se uma crescente interdependência global. As relações bilaterais são cada vez mais pontuais, ocorrendo apenas para a resolução de certas questões particulares de relevância relativa. A aposta é na multilateralidade de relações, devido, precisamente, à intensificação da dependência entre os Estados. Já para não mencionar a questão de estarem vinculados a várias Organizações Internacionais que, de certa forma, obriga a isso mesmo.

Daí que, talvez a maneira mais correcta, ou mais próxima da realidade, seja a de que estamos perante um mundo multipolar. Embora até há bem pouco tempo se pudesse acrescentar tendencialmente unipolar, devido ao destaque dos EUA, a verdade é que, com a emergência de novas potências e redefinição do mapa geopolítico que atrás se referiu, torna-se então mais correcto apenas definir como um sistema multipolar.

1.2.1. A GLOBALIZAÇÃO: A ERA DA INFORMAÇÃO, NOVAS AMEAÇAS, E NOVOS DESAFIOS

Ao longo deste capítulo tem-se constatado, efectivamente que a história não acabou.

O mundo resultante do final da Guerra Fria acreditava em valores como a cooperação e desenvolvimento para a definição das suas políticas orientadoras. Tudo indiciava para a propagação dos ideais democráticos a par do progresso tecnológico da informação. A este modelo político não parecia existir alternativa. Kant, e mais recentemente Fukuyama, defendiam a Teoria da Paz Democrática, na qual as democracias consolidadas que partilham regras de actuação e organização não se envolvem entre si. Contudo, a realidade veio a revelar-se bem mais dura, marcada por tensões, violações de regras e direitos fundamentais, pelo eclodir de conflitos violentos, vincadamente étnico-nacionalistas, em

grande parte de natureza supra-estatal, e ainda, pelo recrudescimento dos movimentos e acções terroristas, desvanecendo-se, assim, o sonho de uma nova ordem pautada pelos princípios da democracia, da paz e da cooperação.

O conceito de globalização, inicialmente, servia apenas para caracterizar o grande desenvolvimento das relações económicas a nível mundial, a que se assistiu a partir da década de 80. Globalização nasce então para designar a convergência de mercados do mundo inteiro, constituindo um movimento complexo de abertura de fronteiras económicas e de desregulamentação, que permitiu às actividades económicas capitalistas estender o seu campo de acção ao conjunto do planeta.

Na década seguinte, com o fim do bloco soviético a par do desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação e informação, o fenómeno globalização adquire mais relevância na cena internacional, marcando a “vida” do capitalismo industrial. Toda esta evolução económica do conceito veio materializar-se numa maior interdependência entre os Estados.

Com o decorrer dos anos, depressa o conceito se ampliou e deixou de se cingir apenas à área económica, estendendo-se à ciência e tecnologia e às relações sociais, políticas e culturais. Anthony McGrew e David Held definem mesmo a globalização como “ a multiplicidade de ligações e interconexões entre os Estados e as sociedades que caracterizam o sistema mundial ao presente” (HELD, 1999: 107).

Porém, a interpretação do fenómeno de globalização não é entendido da mesma forma por todo o mundo. Para os Países Em Desenvolvimento (PED) e, principalmente, para países muçulmanos, este fenómeno é entendido como um neocolonialismo, tal como Martin Khor afirma: “globalização é o que nós no Terceiro Mundo, durante séculos, chamamos colonização” (SOUSA, 2008: 94). Estes entendem que é uma visão do Ocidente, mais concretamente dos EUA, uma visão imposta ao mundo, como forma de ter o globo debaixo do seu braço. Contudo, estas reacções encaixam nas atitudes de revolta contra as ex-metrópoles, às quais se assistiu ao longo do período pós-descolonização. Restou um sentimento de revolta, fundamentada ou não que, para muitos Estados é um impedimento ao seu próprio crescimento. Embora a globalização seja americanocêntrica, já que os EUA são o grande veículo de informação e comunicação para todo o mundo, tal como Nye afirmou, isso aumenta apenas o seu soft power, não lhes permite controlar o próprio

fenómeno da globalização. São um elemento fundamental, mas, de qualquer forma, não estão imunes a crises mundiais, ao terrorismo, às alterações climáticas, à criminalidade, ou seja, tal como qualquer outro Estado, os EUA estão sujeitos aos efeitos da globalização, para o bem e para o mal. Além do mais, o aparente domínio norte-americano tem vindo a perder a intensidade e assim continuará, pois no ideal de mais interdependência gerado pela globalização, cada vez mais irão existir situações que os EUA não consigam resolver sozinhos.

Se, por um lado, a globalização simboliza o acesso à informação, à propagação de princípios democráticos, a um maior fluxo e interdependência nas relações económicas, por outro, veio ajudar o reforço do fundamentalismo, como reacção à imposição de valores ocidentais em detrimento das suas crenças, o que fortaleceu as redes terroristas e, sobretudo, agravou as desigualdades entre os ricos e os pobres quer a nível externo, quer a nível interno. Embora a nível interno se deva frisar que em muitos casos, a desigualdade social resulta de más governações e corrupção.

Perante estas constatações, levantam-se várias questões. Até que ponto a “obrigação” de transição à democracia, não é em si uma imposição pouco democrática? Se se defende a igualdade entre os Estados que legitimidade terá o Ocidente ao incutir os seus ideais? No final de contas, as duas únicas guerras mundiais ocorreram na Europa. Se não há Estados de primeira, nem Estados de segunda, que motivações terão os Estados muçulmanos ou os PED em adoptar estes ideais propostos pela globalização? Muitas mais questões se colocariam, porém, estas em particular, levam a que se entenda que a globalização necessita de uma regulação, regras que não permitam o seu uso abusivo, ou seja, que não sirva de veículo a interesses nacionais de alguns países. Desta forma, a não promoção de um modelo ou regime político, mas sim de princípios de respeito dos Direitos Humanos, trabalhando a delicadeza do assunto do papel da mulher no mundo islâmico, a igualdade de oportunidades, o combate à corrupção e criminalidade, o desmantelamento de redes terroristas e de narcotráfico, ou seja, a internacionalização de valores e princípios que devem ser universais e não apenas visões regionais. Destaque aqui para o papel da ONU.

Episódios como o da Conferência de Berlim, em 1885, onde simplesmente se usou a régua e o esquadro e dividiu-se um continente entre determinadas potências, para além de não poder voltar a acontecer, é importante que os ocidentais não esqueçam que aconteceu, pois os Estados que ainda estão a pagar essa factura não esquecem. São esses sentimentos que

ainda existem de revolta, de rancor contra ex-metrópoles, explorações que duraram décadas e que, ainda hoje, no campo económico se explora, não podem ser esquecidos, pois podem ser geradores de revoltas, conflitos e, num mundo cada vez mais interdependente, todos pagaremos a factura. E é fácil socorreremo-nos de exemplos. Vejam a recente situação conflituosa do Norte de África. Estados produtores de combustíveis fósseis, nomeadamente de petróleo, fizeram com que os preços dos combustíveis disparassem.

Importa pois, o respeito pela história, cultura e religião de cada Estado em primeiro lugar, para se tentar globalizar os ideais universais referidos anteriormente. Aqui é fundamental o papel dos chefes de Estado e das Organizações Internacionais, no sentido de apaziguar e promover o diálogo, ao invés do estimular as situações hostis ao “usar” as Organizações Internacionais como fórum de discussões e de defesa de interesses individuais. As regras são para todos iguais, não devem ser permitidos os abusos ou o seu não cumprimento apenas por serem uma grande potência. É imperioso responsabilizar os Estados pelos seus actos, seja para com quem for.

É neste sentido que se afirma que diferentes pesos e medidas para situações similares têm gerado reacções de descontentamento e mesmo actos violentos da parte de alguns grupos. Exemplo disso mesmo foram os ataques de 11 de Setembro, demonstrando a posição radicalmente oposta à imposição do modelo ocidental democrático-liberal. Daí que, “a globalização pode gerar integração económica e fragmentação política ao mesmo tempo” (NYE, 2002: 265).

Recuando novamente no tempo, durante a Guerra Fria, a aplicação efectiva de força militar era dissuadida pelo perigo do uso da força nuclear, destruindo-se mutuamente. Por outro lado, as forças dos dois blocos eram aplicadas em todas as áreas do globo, susceptíveis de causarem instabilidade, demonstrando de igual forma a sua hegemonia política. Vivia-se, portanto, num mundo com maior estabilidade internacional. Porém, esta realidade bipolar, tal como se tem vindo a afirmar, deixou de existir. E depressa se verificou que, apesar de do abrandamento na corrida ao armamento, não se redireccionou os investimentos para combater os desequilíbrios sociais aos quais se assistiam em várias regiões. Este comportamento veio dar origem a um dos problemas centrais da segurança internacional. Os Estados deixaram de ter capacidade para enfrentar os seus problemas internos, transformando-se em Estados falhados (*failed stats*).

É esta globalização que oferece às nossas sociedades a oportunidade de se tornarem mais criativas e prósperas que também as torna mais vulneráveis aos riscos que lhe são inerentes.

Contudo, antes de se entrar na questão das novas ameaças, propriamente dita, torna-se, nesta altura, importante abordar a Era da Informação, fenómeno indissociável da globalização e que serviu de mote, ou pelo menos, acelerou o aparecimento de novas ameaças.

Assistiu-se, por volta da década de 90, a uma verdadeira revolução das novas tecnologias. De repente, todo o mundo conseguia comunicar entre si de forma relativamente rápida. O acesso à informação generalizou-se, o que veio a exigir que qualquer acontecimento tivesse sempre uma presença mediática. Para aqueles que não assistiram a esta transição, ao início desta nova Era, basta se fazer um esforço e imaginar o mundo sem internet, onde a qualidade de telecomunicações era bastante reduzida, e quem agora se imaginaria sem o famoso *Global Positioning System*?

Ora, todas estas alterações tiveram um impacto no quotidiano de cada um de nós. À partida, estariam todos maravilhados com o nível de evolução a que a espécie humana chegou. E é bem verdade. Fizeram-se descobertas extraordinárias e impensáveis, todavia, tal como tudo, as regras são um imperativo para se manter, acima de tudo, a segurança dos cidadãos. Claro que é muito difícil limitar e regulamentar a evolução, o que imperará será o bom senso. Contudo, importa por ora, analisar-se o impacto da Era da Informação na segurança e defesa internacional.

O primeiro aspecto a considerar, logo à partida, é a descoberta de um novo teatro de operações, a Internet, que, apesar de tudo, ainda pouco explorado. Em segundo lugar, a constante mediatização dos acontecimentos, caindo-se numa guerra fingida, e não sentida. Num terceiro nível, a capacidade de mobilização, através do apelo a valores culturais. E, por último, a vulnerabilidade das sociedades, sujeitas igualmente às grandes empresas que controlam as novas tecnologias.

Importa ainda referir, tal como já se falou, no efeito controverso da globalização económica e financeira. Como se tem vindo a constatar, em sociedades industrializadas, com acesso às novas tecnologias, o crescimento económico foi estável, veja-se o caso emergente da Índia e da China. Porém, este facto só veio agravar o antigo fosso já existente

entre os países industrializados e em expansão, daqueles países pobres e ainda em vias de industrialização.

A Internet é talvez o grande símbolo da evolução tecnológica. A vida de cada um de nós, hoje em dia, é já muito depende deste instrumento tecnológico. O funcionamento dos governos, a segurança e informações (*intelligence*), sistemas financeiros, os transportes, a saúde, questões energéticas, bem como o controlo de stocks a todos os níveis, desde os alimentos até ao material militar, estão a ser transferidos para o ciberespaço. A grande questão não é em si esta transferência. Não devemos ficar presos no tempo, a atitude é de constante mutação, por isso, a todos os níveis se deve acompanhar a evolução, por mais cómodo que pudesse ser a recusa da nova tecnologia. Porém, a problemática surge quando o ciberespaço não tem acessibilidade limitada. Qualquer pessoa pode entrar, tendo boas ou más intenções. O impacto de um ciberataque pode ser demolidor, usando-se as informações de forma a que o adversário cumpra as exigências impostas.

Em segundo lugar, a mediatização dos acontecimentos. Os média tentam dar cobertura a todos os acontecimentos. E, uma vez que este meio, gozando de excelentes condições com esta nova Era, constitui um excelente meio de geração de riqueza, passou a ser explorado de forma diferente. Relatar as notícias por si só não bastava, o importante era o nível de mediatização, não importando se estaria afastado ou não da realidade. Este é um efeito perverso com o qual os meios de comunicação social se têm confrontado. A percepção desta mesma ideia de mediatização foi compreendida no teatro de operações militares. A opinião pública passou a ter um peso de grande relevo neste âmbito. Um governo pode decidir a necessidade de intervenção em algum conflito, porém, a opinião pública pode ditar o fim, ou pôr em causa essa decisão, e tudo isso pode depender, simplesmente, da forma como é exposta, ou comunicada, ou até mesmo manipulada (esquecendo-se códigos deontológicos) a decisão.

Neste sentido, a capacidade de comunicação em tempo real, trazida na Era da Informação, veio dar um importante contributo, podendo “transformar um procedimento pontual, que antes dela não ultrapassaria o nível tático, num incidente de padrão estratégico” (SANTOS, 2009: 55). Loureiro dos Santos dá, inclusive, um exemplo elucidativo. O caso de uma bofetada numa criança por parte de um soldado de uma força de ocupação, transmitida directamente, ou então ampliada e repetida várias vezes, pode desencadear uma

série de sentimentos que põem em causa o sucesso da missão. Esta manobra mediática de grande dimensão poderia transformar o soldado num operador estratégico.

Desta forma, segundo um ponto de vista clausewitziano, misturam-se os componentes não racionais, o componente “paixão e ódio” e o componente “incerteza e acaso” com o componente “raciocínio puro”.

Isto leva-nos à chamada guerra fingida e não sentida, pois passou a ser muito importante o que se transmite para fora de uma guerra. Por vezes, é mais importante transmitir uma ideia completamente diferente da que se está, efectivamente, a passar no teatro de operações, precisamente para manter a opinião pública do mesmo lado, não pondo em causa o sucesso da missão. Ou, por outro lado, dar uma informação errada ao adversário, pois com a facilidade de acesso a informações com que actualmente se vive, o controlo por parte dos adversários dessas mesmas informações revelou-se bastante útil e imprescindível. Cabe, portanto, a cada opositor, controlar a sua própria *intelligence* e, ao mesmo tempo, tentar induzir o outro em erro, ao transmitir propositadamente informações erradas.

Quanto à capacidade de mobilização através do apelo a valores culturais, tal como já se referiu, a globalização é um veículo perfeito para se fazer chegar a todo o lado ideais ou valores. À semelhança do que os ocidentais tentaram, através dos ideais democráticos, pensando ser recebidos de braço abertos quando os libertassem de outros regimes, também outros valores se podem difundir.

Já não é necessário um território para que se possa partilhar dos mesmos valores, identificando-se como uma comunidade. Ora, a globalização veio possibilitar a criação de bases islâmicas um pouco por toda a parte, acrescentando uma nova característica ao ambiente estratégico. Loureiro dos Santos refere a comunidade dos crentes, a *umma*, “criada deste modo, dispensa a contiguidade territorial, uma vez que os processos de decisão dos actores do terrorismo têm condições para ter lugar mesmo com direcções pulverizadas e órgãos de comando dispersos; as missões e conceitos de operação podem ser rápida e facilmente transmitidas à distância; e é possível recrutar novos combatentes, incentivá-los, informá-los, enfim, motivá-los para o combate” (SANTOS, 2009: 56).

Por último, no que respeita às vulnerabilidades dos Estados, estas advêm da crescente complexidade das sociedades. Gerou-se toda uma rede de serviços interligados, mesmo internacionalmente, que qualquer incidente pode pôr em causa a “vida” de um Estado. Por

exemplo, o corte de uma estrada em virtude de um acidente, pode comprometer o abastecimento de vários bens de primeira necessidade, ou até mesmo, no caso do acidente resultar num corte energético, pode causar prejuízos elevados. Daí que no mundo actual de interdependências, estas podem ser jogadas contra os mesmos, quando manipuladas, por exemplo, por terroristas.

Por outro lado, o fácil acesso a materiais baratos e bastante sofisticados, permite que um opositor militarmente fraco consiga ser favorecido num embate com um Estado militarmente forte, ganhando uma enorme relevância nos conflitos assimétricos.

Relativamente ao espectro de novas ameaças, as mudanças impostas pelo 11 de Setembro, trouxeram uma nova percepção desta realidade com a qual nos passamos a debater. O próprio conceito de ameaça foi revisto e actualizado pelas Nações Unidas, passando a ser entendida como um “qualquer acontecimento ou processo que leva à perda de vida ou redução de expectativas de vidas humanas em larga escala e que ponha em causa a unidade do sistema internacional, ameaçando a segurança internacional” (RODRIGUES, 2004).

Para além das habituais ameaças, como a Guerra entre Estados e agressões armadas contra determinados territórios, é comum reduzirem-se as novas ameaças a duas grandes questões: o terrorismo fundamentalista radical e a forte instabilidade em algumas regiões do globo, muito susceptíveis ao desencadeamento de uma série de situações bastante perigosas, não só para a segurança regional, mas também, possivelmente, com consequências globais. Esta visão partilhada por vários autores, embora tocando nos aspectos talvez mais delicados e passíveis de escalarem para patamares bem mais graves, parece carecer de mais alguns aspectos a ter em conta.

Neste sentido, com o risco reconhecido de para alguns pecar por brevidade, mas recorde-se que este não é o objecto central do estudo, irão tratar-se ameaças como a pobreza, doenças infecciosas e degradação ambiental, desenvolvimento e proliferação não reguladas de Armas de Destruição Maciça (ADM), terrorismo, conflitos regionais, Estados falhados e a violência entre Estados no contexto de atentados contra os direitos humanos. Esta visão é partilhada por José Manuel Freire Nogueira, parecendo-se ser a mais próxima da que se verifica, efectivamente.

A pobreza, bem como a escassez de outros bens essenciais têm efeitos nefastos que, normalmente, passam despercebidos ao mero cidadão ocidental. Como se verifica, a

distribuição dos recursos naturais pelo mundo não é similar. Existem zonas mais abundantes em determinados bens do que outras. É esta discrepância que pode gerar, e tem gerado conflitos, ainda de dimensão regional, nestas zonas.

Tenham-se como exemplo a água. Um bem essencial à vida e escassa em várias regiões. Entenda-se que apenas 2% da água existente na Terra é potável, com a agravante da sua distribuição desproporcional, cria situações hostis, caso do continente africano, o Médio e Próximo Oriente, onde facilmente se acende o rastilho para o caos global.

Outra questão relacionada é o petróleo e gás natural. Entendidos como bens de grande importância, fazem o mundo girar, por assim dizer. É sabido o seu futuro esgotamento, caso não se abrande o ritmo e se encontre alternativas viáveis. Repare-se que já, hoje em dia, a disputa nestas regiões abastecidas destes recursos naturais, torna o clima frágil, pois gera muitos interesses. Imagine-se quando realmente começar a escassear, o cataclismo de acontecimentos, e porque não até mesmo uma guerra mundial pela sobrevivência. Não se pense que por mais solidário que possa ser um Estado, em última instância, não se vai “diminuir” a sua sobrevivência em prol da de outro Estado.

As alterações climáticas e problemas ambientais são, neste contexto, outra preocupação. Há uma crescente consciencialização populacional e a nível global sobre as consequências graves da destabilização dos ecossistemas, a destruição da camada de ozono, a desflorestação e erosão dos solos. Desta forma, pode vir a assistir-se a fortes fluxos migratórios, para zonas mais protegidas, com grave impacto nas políticas de um Estado, bem como para os seus cidadãos, vendo alterado radicalmente o seu quotidiano.

Estas referidas movimentações migratórias podem também ter origem em pandemias e doenças transmissíveis. Apesar de não ser uma novidade em si, uma nova ameaça, uma vez que já se enfrentou o problema da peste negra na Europa, importa sim referir a facilidade e novas formas de propagação das doenças para todo o mundo. É, precisamente, de encontro a este fácil alastramento global, que se deve combater estas doenças de forma rigorosa e a vários níveis, seja na educação, saúde, ambiente, e gerar ondas de solidariedade, principalmente, partindo dos países desenvolvidos, com um papel de maior responsabilidade.

Outra importante ameaça é o desenvolvimento e proliferação das ADM. Segundo a definição da NATO, as ADM são “armas com capacidade de destruição, que podem ser

usadas de modo a destruir ou incapacitar um grande número de pessoas e bens” (NOGUEIRA, 2005: 134). É importante ainda referir, que neste conceito de ADM são ainda consideradas as armas de natureza biológica, química e radiológica

Sobre esta questão muito se poderia especular ao longo de todas as tentativas da sua regulamentação, limitação e redução. Contudo, nem mesmo os especialistas conseguem afirmar com certeza as razões destes sucessivos falhanços.

As duas grandes questões que se colocam neste âmbito prendem-se com o facto de alguns dos Estados detentores deste tipo de armamento, viverem num clima hostil com outros Estados, inclusivamente, mesmo dentro deste grupo restrito de Estados. O que deixa a comunidade internacional com o coração nas mãos sempre que alguma situação ultrapassa certos limites de conflitualidade. Uma guerra nuclear não está totalmente posta de parte. Se no tempo de Guerra Fria a simples existência de capacidade nuclear bastava por si só para dissuadir o seu uso, nesta altura, que se generalizou um pouco essa capacidade a países orientais, com princípios e valores diferentes, que muitas vezes, não olham a meios para atingir os seus fins, a sua causa, torna-se uma questão bastante preocupante.

O que nos leva à segunda questão, ainda mais preocupante. A possibilidade das ADM chegarem às mãos erradas. Ou seja, de redes terroristas ou de crime organizado, querendo tirar proveito económico sem olhar a quem, terem acesso a este armamento. É um cenário bastante temido, e pensado várias vezes.

Outra das ameaças consideradas é o Terrorismo. Não é fácil chegar-se a uma definição do conceito de forma completa, uma vez que este é bastante complexo e de carácter internacional. Todavia, apesar da existência de inúmeras definições, destacam-se as definições das Nações Unidas e da NATO, respectivamente:

- “qualquer acção, que vise a morte ou sérios danos, em civis ou não combatentes, quando o fundamento de tal acto, quer pela natureza ou contexto, é o de intimidar a população ou compelir os governos ou Organizações Internacionais de se absterem da realização de qualquer acção” (NOGUEIRA, 2005: 136).
- “o uso ilegítimo ou a ameaça do uso da força ou da violência contra indivíduos ou bens com o objectivo de coagir ou intimidar governos ou sociedade de forma a atingir objectivos político, religiosos ou ideológicos” (NOGUEIRA, 2005: 136).

A história revela-nos que este fenómeno é antigo, remontando ao século I d.C. com os *Sicarii*², contudo, estas primeiras formas de terrorismo tinham apenas o objectivo de alimentar o terror e a insegurança aos seus opositores, de forma a concretizarem os seus objectivos.

É, porém, com a Revolução Francesa de 1789 que se atribui o cariz político ao fenómeno do terrorismo. (NOGUEIRA, 2005: 137) É através da revolução social e política que se passam a derrubar regimes políticos ou ideologias.

Será com o princípio da Autodeterminação dos Povos que estes movimentos irão legitimar-se, chegando a internacionalizar-se na década de 60, se se considerar o sequestro de um avião israelita, pela Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP) com vista á troca de reféns por presos da Organização para a Libertação Palestina (OLP), como o primeiro acto internacional terrorista.

O facto de o Terrorismo passar, de repente, a ter muita maior visibilidade, parecendo que só surgiu no presente século, ou no final do século anterior, deve-se a que a partir desta altura se passou a ter como alvos civis de uma forma generalizada, e dentro destes, os mais frágeis e desprotegidos, pois estes activistas descobriram a mediatização e impacto deste actos a nível internacional, podendo, assim, expandir a sua chamada causa, alertando para as questões que pretendem, ou até mesmo, verem satisfeitas as suas exigências.

A imprevisibilidade dos ataques, onde e quando, é a grande entrave ao combate a este fenómeno anómalo. Contudo, tem-se verificado que, a partir da década de 80, o terrorismo passou a ser de índole religiosa. Disso são exemplo o *Hezbollah*, o *Hamas*, a Frente Islâmica de Salvação, o Grupo Islâmico Armado, a *Al-jihad* e a *Al-Qaeda*.

A novidade, tal como Freire Nogueira afirma, “reside no facto de se tratar de uma organização não identificada com um Estado, mas sim, “patrocinada” por vários Estados e outros actores das Relações Internacionais. Com Bin Laden o terrorismo sofreu um fenómeno de personificação na pessoa do líder” (NOGUEIRA, 2005: 139).

Dentro desta lógica do Terrorismo, surge uma outra situação já atrás referida e brevemente analisada. O ciberterrorismo. Num mundo globalizado ou em globalização, os sistemas

² “oriundos da Palestina, constituíam uma seita religiosa, cujo escopo principal se consubstanciava na luta contra a ocupação romana do território, que actualmente corresponde ao Estado de Israel.” (NOGUEIRA, 2005: 137)

informáticos, as *intelligence*, com o aparecimento de *hackers* ficaram num estado de vulnerabilidade perigosa. Este fenómeno do ciberterrorismo, constituindo a junção do ciberespaço com o terrorismo, é entendido como “um acto criminoso perpetrado através de computadores que resulta em violência, morte ou destruição e que gera terror com o objectivo de coagir um governo a alterar as suas políticas” (NOGUEIRA, 2005: 139).

Para além das informações postas no ciberespaço poderem ser, perigosamente, utilizadas pelas redes terroristas, para chantagem, ataques, etc, servem também de palco privilegiado, para o recrutamento de adeptos e activistas para a sua causa, bem como para a propagação da mesma.

Também o crime organizado transnacional adquiriu um novo estatuto com a globalização, sofrendo grandes alterações no seu *modus operandi*, e tendo ao seu dispor as novas tecnologias. São uma grave ameaça, na medida em que fogem ao controlo estatal, não têm rosto e conseguem movimentar-se fácil e rapidamente.

Quanto aos exemplos de actividades associadas ao crime organizado transnacional, consideram-se os cartéis de narcotráfico, os traficantes de armamento, as relações de emigração clandestina e de exploração sexual, as máfias, algumas seitas religiosas e grupos terroristas. Facilmente, dentro destes exemplos, se podem distinguir dois tipos de crime organizado, quanto às duas motivações de funcionamento. Um procuram apenas os lucros económicos ou aquisição de poder, outras são movidos por fundamentalismos religiosos e ideais políticos.

A inserção destas actividades no interior de um Estado pode debilitado seriamente, da mesma forma que pode pôr em causa o exercício do poder soberano. É, neste sentido, que se tem vindo a apontar o dedo à falta de eficácia na cooperação entre Estados ao nível das suas *Intelligence*, e à falha na regulamentação.

Os conflitos regionais são outra ameaça, entendida pela União Europeia, pois estes podem ter consequências para a segurança internacional, podendo haver mesmo o perigo de efeito dominó.

As origens destes conflitos prendem-se com questões relacionadas com os laços culturais, sociais e políticos, vendo nas fronteiras pré-estabelecidas entraves para os seus valores. Isto veio a ter um papel crescente com o reconhecimento do princípio da

Autodeterminação dos Povos. O caso mais premente é Caxemira, origem de disputas e tensões entre a Índia e o Paquistão, ambas com poder nuclear. E o caso da Nação Curda, distribuída pelo Iraque, Irão, Síria, Turquia e ainda alguns Países da Europa Central e Oriental (PECO).

A penúltima ameaça aqui referida, são os Estados Falhados. Esta parece ser uma das mais perigosas ameaças com as quais a Segurança Internacional se debate. Estes territórios são uma espécie de buraco negro mundial que atrai para si, neste caso, todo o tipo de fenómenos anómalos.

Segundo a União Europeia, os Estados Falhados são considerados todos aqueles que por má governação (corrupção, abuso de poder, degradação das instituições e falência económica) ou em resultado de conflitos internos, não cumprem as funções básicas do Estado, ou seja, não garantem a segurança e o bem-estar às suas populações (NOGUEIRA, 2005: 142).

Desta forma, estes Estados encontram-se de portas escancaradas para a fixação de redes terroristas, crime organizado, o narcotráfico, constituindo, assim, um foco de enorme instabilidade regional, com repercussões internacionais. Grande parte das ameaças mais emergentes parecem estar aqui em estado embrionário. O terrorismo, o crime organizado transnacional, os conflitos regionais, a escassez de recursos. Daí que, não seja por acaso, que a chave para uma maior estabilidade a nível de segurança internacional, passe pelo combate à existência de Estados Falhados. Claro que este combate exigirá um grande sentido de responsabilidade, cooperação e solidariedade por parte dos Países Desenvolvidos, com maior capacidade de resposta, e, em alguns casos, com algum sentimento de culpa. Vejam-se o caso de muitos Estados africanos com culturas e tribos partidas a meio, levando a conflitos étnicos, explorados durante décadas e, por fim, largados ao acaso. Contudo, a hora é de olhar para o futuro e não se deixar ficar preso ao passado numa verdadeira caça à bruxa.

Importa ainda referir a propósito, o facto da ajuda necessária estar imune a intenções de aproveitamento, de mais-valias que adviriam do processo de reestruturação destes Estados. Como se sabe, apesar de tudo, alguns destes Estados ainda possuem recursos naturais, ou ocupam lugares que poderiam servir interesses nacionais.

A este propósito, levanta-se outra questão de igual relevância. Os possíveis espaços geradores de ameaças, assim apelidados por Loureiro dos Santos.

Este entende que, para além dos Estados Falhados, deve haver uma enorme preocupação para com os restantes Estados que correm o sério risco de pertencerem a esse grupo de Estados Falhados, sem controlo governamental, num ambiente social, político e económico caótico. Destaca como exemplos o Afeganistão, onde a estabilidade ainda não é uma realidade e constitui o principal exportador do terrorismo; o México, a 12ª maior economia mundial, mas com problemas gravíssimos de criminalidade, com gangs de droga a instalarem verdadeiros cenários de horror e temor geral em algumas cidades mexicanas, e com a agravante de ser um Estado com armas nucleares; a Somália como a base da pirataria; o Paquistão, uma potência nuclear, com sérios problemas com a sua vizinha Índia, igualmente nuclearmente armada, e com o iminente perigo de se “talibanizar”. Neste último caso, o poder político tem-se revelado insuficiente para controlar todas as questões étnicas e diversidades sociais existentes no interior do país; a Coreia do Norte, este sim um Estado com intenções declaradamente perigosas, explorando o seu potencial nuclear sem o devido controlo internacional. Só mesmo a China parece ter capacidade para tentar impedir esta série de comportamentos de risco norte coreanos; por último, o Irão, embora mostrando já sinais de convergência com Obama, e abertura para negociações, será um caminho longo e de evolução lenta.

Por último, nesta análise às novas ameaças, resta falar-se da violência entre Estados no contexto de violência dos Direitos Humanos. Esta ameaça surge aqui, não propriamente por ser uma nova ameaça. Casos de violência dos Direitos Humanos remontam há centenas de anos. Porém, a importância do respeito pelos mesmos, essa sim, é bem mais recente. Pelo menos, num âmbito bem mais alargado.

Se bem nos recordamos, casos de genocídio na Europa são bem recentes, como o caso da Bósnia-Herzgovina, mas que ainda ocorrem nos dias de hoje em países africanos. É importante, a nível global, por parte dos Estados e das Organizações Internacionais, reunirem esforços para a sua condenação mais vigorosa, e garantir que situações onde o objectivo é a conquista de poder, como as revoluções, golpes de Estado e guerras subversivas, mais comuns a partir do século XX, não extravasem os limites do respeito dos Direitos Humanos. Muitas destas situações de índole interna, são muitas vezes alimentadas

por actores externas, com interesses camuflados, sem olharem à forma como a situação se desenrola no interior do Estado em causa.

O combate a estas novas ameaças é um dos grandes desafios que se colocam à segurança internacional actual. Contudo, as abordagens, o caminho a seguir, é bastante discutido.

Como se tem vindo a verificar, os Estados encontram-se num estado já desenvolvido de interdependência, de tal forma que as respostas perante perturbações no *status quo* terão de ser dadas de forma multilateral, principalmente, quando se fala de questões relacionadas com a segurança e defesa de cada Estado. A maioria das ameaças têm carácter global, pois no mundo globalizado, as consequências, tal como se viu, são internacionais. Errado será, hoje, pensar que apenas nos devemos preocupar com as nossas próprias fronteiras. Na realidade, as fronteiras da nossa segurança e defesa alargaram-se até bem perto dos grandes conflitos que se disputam quer no Norte de África, quer no Médio Oriente, ou em qualquer outra parte do mundo onde os nossos interesses possam estar a ser postos em causa.

Por outro lado, estes desafios podem ter várias origens, seja económica, social, militar ou política. Desta forma, terá de se ajustar o conceito de segurança, de maneira a que as respostas a estes desafios englobem esta mesma realidade. Refira-se que, com isto, não se quer menosprezar a capacidade militar, pois esta é imprescindível. A necessidade de uma capacidade efectiva não mudou, contudo, o que mudou hoje é o que representa ter capacidade militar, perante a substituição dos cenários de guerra por crises económicas e financeiras, escassez de recursos, etc. O que importa é a capacidade de resposta ou ter ao seu alcance instrumentos económicos, políticos ou sociais eficazes, aliados a uma pronta capacidade militar.

Neste contexto, a segurança apresenta duas grandes alterações. Em primeiro lugar, a segurança não diz respeito apenas aos Estados. Também as pessoas são o alvo da segurança – *human security*. Em segundo lugar, as alterações ao nível dos riscos, ameaças e conflitos internacionais, faz com que igualmente as respostas a estes se procedam internacionalmente através da cooperação internacional – *cooperative security*.

Pegando no exemplo da ameaça terrorista, esta “é global e a resposta a esta ameaça tem também que ser global, o que exige eficiente coordenação internacional e grande esforço de participação. Por outro lado, há que considerar que os teatros de operações são igualmente globais na incidência das acções e nos seus efeitos, mas difíceis de controlar

por qualquer poder coordenador, o que torna mais imprevisíveis ainda as consequências dos conflitos” (RODRIGUES, 2009: 56).

Seguindo esta lógica, coloca-se um grande desafio neste âmbito, o *Nation Building*, ou seja, a “Consolidação da Nação”. Neste conceito reside uma das importantes chaves para a segurança internacional, e neste caso, para a NATO.

Aqui é sugerido um diálogo intercultural, ao contrário de uma “aculturação”, ou seja, a ideia de que se devem impor certos valores acima de outros. Este diálogo, representaria ao contrário de uma imposição ou conversão do outro, uma forma de procurar o conhecimento mútuo, tal como é objectivo primordial de um diálogo. Desta forma, se promoveria uma aproximação e um forte entendimento, quanto melhor fosse o diálogo e o respeito entre culturas.

Obviamente que não é assim tão simples. Existem vários entraves, como a recusa de diálogo, contudo, tudo tem um início, por mais tímido que possa parecer hoje, os frutos de amanhã poderão fazer toda a diferença. Enfrentar situações como a recusa do diálogo, combater certos estereótipos ocidentais e reconhecer outras formas de organização política, cultural e religiosa, são desafios que se colocam. O respeito não implica a aceitação como certo, porém, uma atitude de recusa, dando a entender, desta forma, que os nossos valores ou formas de organização serão melhores, pode ser entendido como uma grande afronta.

O mesmo acontece nas intervenções militares em várias partes do mundo. Deverão respeitar o princípio fundamental: “conhecer as culturas regionais e respeitar a diversidade.” De outra forma as intervenções deixam de ter legitimidade, pois ao invés de contribuírem para a solução do problema, podem agravá-lo.

Esta ideia não é de todo utópica ou moralista. Veja-se o exemplo actual do terrorismo. Sacchetti afirma que “não se consegue dissuadir um inimigo refugiado nas montanhas, com quem não é possível nem admissível o diálogo e que não tem território nem valores a perder, em caso de retaliação (...) não se podem dissuadir suicidas fanáticos dispostos a morrer por uma causa, nem homens que em vez de chorarem a perda de um filho suicida, se sentem honrados por passarem a ter um mártir na família”

“ Na guerra, tudo se faz em função da percepção que cada actor tem do outro, e não da sua realidade (...)” (SANTOS, 2009: 122). De encontro a esta ideia de Loureiro dos Santos, no

século VI e V a.C Sun Tzu afirmou que a suprema arte da estratégia é um actor fraco convencer o inimigo de que é forte. Ora o desafio coloca-se aqui.

Em plena Era da Informação, usar todas as potencialidades e instrumentos que se dispõe para daí tirar o maior partido, parece ser o caminho a seguir na condução de operações militares. O uso da contra-informação para o adversário, usar a ilusão, manipulando a realidade é uma prática que se tem vindo a desenvolver, precisamente para combater certas dificuldades.

Dificuldades como o recrutamento, a participação em diferentes missões no mesmo espaço de tempo, e a um factor trazido pela Era da Informação, a crescente importância e intervenção da opinião pública, e desta forma o impacto que esta causa no moral do pessoal que constitui a força. Assim, uma vez que os conflitos convencionais deram lugar a conflitos de baixa/média intensidade, onde “as consequências tácticas tendem a ser um resultado dos efeitos estratégicos das falhas de protecção da força” (SANTOS, 2009: 80), urge a necessidade de uma maior *teatrização*, por vezes, do conflito, precisamente para se proteger a força em causa.

Relembrando Adriano Moreira, “se não há inimigo, não é preciso organizar a defesa. E isto é uma coisa por todos festejada e, sobretudo pelos pequenos países, como Portugal, que já vêem nas economias orçamentais que resultarão da supressão de forças, créditos a favor de necessidades sociais muito mais evidentes e prioritárias. Temos de nos inquietar com esta leitura de um aparente realismo, mas de consequências muito perigosas. E toda esta conclusão resulta do facto de que estamos a analisar factos novos com conceitos do passado” (apud, RODRIGUES, 2009: 23)

1.2.2. A NATO: O LONGO PERCURSO

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) foi criada a 4 de Abril de 1949, ao abrigo do artigo 51, capítulo VII da Carta das Nações Unidas. De índole política e militar, esta aliança surgiu devido à necessidade de dar resposta a um reposicionamento das potências saídas da II Guerra Mundial, a bipolaridade levada a cabo pelos EUA e pela URSS.

O receio do potencial de cada uma das potências, e o clima hostil de Guerra Fria a que se viria a assistir, levou à criação, em primeiro lugar da NATO, como salvaguarda ao crescente poderio soviético e constituir uma força oposta de contenção, e mais tarde, em 1955, o Pacto de Varsóvia, como resposta à Aliança Atlântica. Desta forma, o mundo dividiu-se em dois blocos opostos. De um lado, o bloco Ocidental, com os EUA e os aliados europeus, e do outro lado, a União Soviética com os seus Estados satélite.

Os Estados signatários do Tratado de 1949 estabeleceram um compromisso de cooperação estratégica em tempo de paz e contraíram uma obrigação de auxílio mútuo em caso de ataque a qualquer dos Estados-membros, correspondendo ao artigo 5º do Tratado, constituindo um dos mais importantes artigos, e invocado apenas uma vez, após os atentados do 11 de Setembro em Nova Iorque e Washington.

Os objectivos da Aliança eram, nesta altura, bastante claros. Actuar através de um sistema de defesa colectiva, com a exigência da verificação de um consenso para legitimar a acção, com o intuito de travar potenciais ou reais intenções soviéticas de ataques armados contra a Europa Ocidental. Desta forma, posicionaram-se forças, o mais a Leste possível, precisamente, para conter de forma o mais imediata possível, as forças soviéticas. Em conformidade com estes mesmos preceitos, aprovou-se em Lisboa em 1952, objectivos ambiciosos no reforço dos meios terrestres, navais e aéreos.

A NATO está sediada em Bruxelas e conta com 28 Estados-membros, entre os quais os 12 fundadores, como a Bélgica, o Canadá, a Dinamarca, os EUA, a França, a Islândia, a Itália, Luxemburgo, a Noruega, a Holanda, Portugal e o Reino Unido.

Contudo, apesar das intenções de um maior reforço militar, preferencialmente europeu, verificou-se que a grande defesa da Europa era protagonizada pelos EUA, através do seu potencial nuclear, dissuadindo quaisquer intenções de ataques armados, designando-se inclusive de doutrina da *Mutually Assured Destruction* (MAD).

Todavia, o mundo não é estático, vive em permanente mutação. Neste sentido, a Aliança iria sentir a necessidade de se adaptar a uma nova realidade, sem contudo alterar o seu Tratado fundador.

Após a queda do muro de Berlim, a implosão da URSS e respectiva extinção do Pacto de Varsóvia, deixou de fazer sentido falar-se num mundo bipolar.

Assim, depressa surgiram questões sobre a razão de ser da NATO. Se a ameaça soviética havia terminado, o que sustentaria a continuidade da Aliança Atlântica?

O contexto de segurança no qual a NATO havia sido criada modificou-se, e os anteriores adversários da Aliança depressa rejeitaram qualquer tipo de hostilidade ideológica com o Ocidente, e reuniram esforços por se democratizarem. A divisão política da Europa, que foi o mote da Guerra Fria, foi superada.

No resto da Europa, a Alemanha reunificou-se e as Comunidade Europeias prosseguiram no processo de integração. Neste sentido, a NATO entendeu ser fundamental proceder-se a uma revisão estratégica, aproveitando um possível maior envolvimento europeu no reforço do papel e responsabilidades na segurança da Aliança.

Como resposta a todos os questionamentos decorrentes desta mudança do *status quo*, no qual a NATO foi criada, constatou-se que, na realidade, apesar da antiga ameaça, tida como principal preocupação da Aliança, ter desaparecido, havia uma grande dose de incertezas quanto ao futuro e aos novos riscos que esta mudança iria representar.

Neste sentido, com a formulação de um novo conceito estratégico em 1991, a NATO comprometeu-se a salvaguardar a segurança, soberania e integridade territorial aos seus Estados-membros, promovendo o diálogo e a cooperação, sempre com o ideal da defesa colectiva.

Da mesma forma que iriam continuar os seus esforços no sentido do controlo do armamento, reforçando a estabilidade mundial, e encaminhar politicamente as antigas repúblicas soviéticas, na construção de uma identidade europeia de segurança, evitando precisamente que viessem a constituir uma ameaça.

Tal como seria de esperar, ao longo desta década de 90, a NATO assistiu a um longo processo de sucessivos alargamentos que viriam a culminar com uma nova necessidade de adaptação estratégica da NATO.

A década de 1990 é, para muitos considerada a época de ouro no processo de integração económica, que evoluía e aprofundava-se com sucesso. Neste campo, a NATO tinha um papel central, de servir de elo de ligação nas relações entre toda a região euro-atlântica, no sentido de uma maior cooperação e compreensão mútua, servindo os interesses de cada um dos lados do Atlântico. Contudo, a NATO sentiu o dever de actuar no conflito balcânico,

evitando uma possível guerra europeia, e pondo fim ao imenso sofrimento humano a que se assistia. Esta representa, ainda, no seio da NATO, uma questão de alguma sensibilidade, devido à falta de um consenso quanto às intenções e actuação da NATO.

Por outro lado ainda, nesta década apareceram novos riscos para a paz euro-atlântica e para sua estabilidade, como a opressão, os conflitos étnicos, as dificuldades económicas, o colapso da ordem política e a proliferação de armas de destruição em massa.

Nesta altura, a NATO reforçava a sua existência, garantindo a salvaguarda dos interesses comuns de segurança num ambiente em permanente mudança, mantendo a defesa colectiva e reforçando os laços transatlânticos, de forma a fomentar um maior envolvimento europeu na partilha de responsabilidades, e adequar-se da melhor forma para a preparação da adesão de novos Estados-membros, bem como no reforço político e militar para garantir o sucesso das suas missões.

A este propósito destaca-se a Parceria para a Paz, de longe a iniciativa com melhores resultados no seio da NATO, com um papel essencial na estabilidade e segurança europeia. Por outro lado, o Conselho NATO-Rússia, criado em Maio de 2002, pretende a aproximação da Rússia à Aliança, com o objectivo da criação de uma zona de confiança, de interesse para ambos os lados, e envolver a Rússia nas actividades da NATO, de modo a não se sentir ameaçada com o alargamento das fronteiras da NATO a Leste.

A NATO mantém uma cooperação estreita com outras organizações, como a ONU, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e a União Europeia.

Quanto ao seu funcionamento, a NATO é uma organização intergovernamental, uma aliança político-militar, com órgãos de ambas as índoles. As decisões são tomadas por consenso, conservando assim os Estados-membros a sua soberania.

O órgão decisor da NATO é o Conselho do Atlântico Norte (CAN) que reúne os representantes dos 28 Estados-membros ao nível dos Embaixadores, Ministros e Chefes de Estado e Governo.

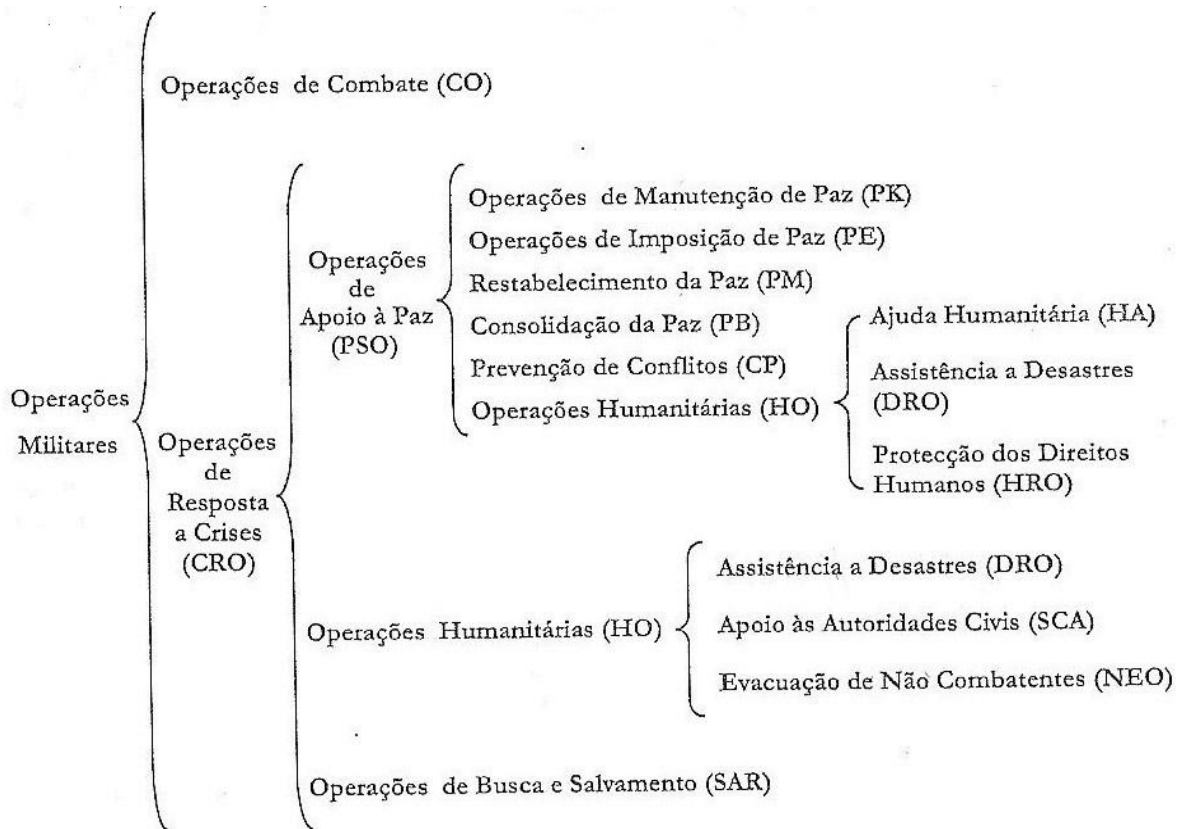
Quanto à estrutura militar da Aliança Atlântica, esta constitui um sistema de planificação, de organização e de comando de forças, permitindo organizar em comum a planificação e formação de exercícios e do posicionamento operacional, sob os comandos estratégicos da NATO. (NOGUEIRA:2005, 118,119)

O Comité Militar (CM) é o órgão de autoridade máxima no interior da NATO, porém está submetido ao poder político estatal do CAN.

Por último, quanto à tipologia das Operações Militares da NATO (figura nº2), esta utiliza como referência uma tipologia que articula as operações militares em duas grandes áreas: As Operações de Combate (CO) e as Operações de Resposta a Crises (CRO).

FIGURA N.º 2

Tipologia das Operações Militares na NATO



Fonte: NOGUEIRA, 2005: 119

2. OS DESAFIOS DA NATO

“A política de um Estado é a sua Geografia”

Napoleão Bonaparte

O início do século XXI foi marcado pelos atentados do 11 de Setembro de 2001 em solo norte-americano. A impenetrabilidade das fronteiras dos EUA foi contrariada, assistindo-se a cenários de horror, há muito varridos da nossa memória. A assimetria destes confrontos, tal como aconteceu, mais tarde, em Madrid e Londres, revelou a incapacidade dos Estados, primeiros actores de Relações Internacionais, responderem e combaterem a este tipo de desafio global, protagonizado por redes de associação terrorista, visando alvos frágeis e indefesos por entre as populações.

Este foi o mote para o desencadeamento de uma série de acontecimentos, principalmente no seio da NATO. Foi invocado pela primeira vez o artigo 5º do Tratado de 1949, iniciando-se, a partir desta altura, um árduo combate ao Terrorismo Internacional e todas as ameaças, efectivas ou potenciais, para a segurança dos Estados-membros.

Passou-se a defender as fronteiras da Aliança bem longe das reais fronteiras geográficas, perto dos geradores de insegurança e instabilidade. As fronteiras da segurança e defesa dos Estados passaram a ser, então, entendidas como as zonas onde os interesses vitais dos Estados-membros estão a ser postos em causa.

É neste sentido que, inicialmente pela mão dos EUA, se irá dar início à primeira missão *out-of-area* da NATO, ao aceitar o desafio do Afeganistão. Este último simbolizava a luta global contra o terrorismo, visto constituir um local de extrema importância para redes terroristas, o narcotráfico e o extremismo islâmico. Estes representavam o objectivo das missões da ISAF (*International Security Assistance Force*), liderada pela NATO.

O Afeganistão revelou-se um desafio de importância significativa para a Aliança Atlântica, pois punha em cheque a sua capacidade de resposta e a transformação para um mundo pós-Guerra Fria, e de conflitos marcadamente assimétricos.

A realidade mundial era outra, vivendo-se num mundo, segundo palavras do antigo CEMGFA Valença Pinto, “globalizado e interdependente, muito marcado por sofisticados e muito intensos fluxos comunicacionais e humanos e também pelo constante escrutínio da opinião pública. Um mundo que, no plano da percepção, é mais pequeno e mais unificado do que alguma vez foi” (PINTO, 2010: 3).

De encontro a este novo ambiente estratégico, bem diferente do contexto da reformulação do conceito estratégico da Aliança em 1999, procedeu-se, precisamente na Cimeira de Lisboa em 2010, a uma revisão e formulação de um Novo Conceito Estratégico.

Um tempo pós-Guerra Fria e pós-11 de Setembro, Madrid e Londres. Um tempo que contém processos como o Iraque e o Afeganistão e Estados falhados como a Somália. Um tempo de profunda crise económico-financeira, a par com a emergência de novos poderes como a Rússia, a China, o Brasil e a Índia.

Tratava-se, acima de tudo, de legitimar e integrar as missões *out-of-area*, possibilitando a actuação da NATO em qualquer zona do globo onde fosse posta em causa a concretização dos seus objectivos.

Neste âmbito, tentou-se estabelecer uma conclusão para a questão “Afeganistão”, agendando-se uma retirada de tropas, suscitando, assim, uma série de novas questões carregadas de preocupação. Este anúncio de retirada progressivo poderá ter o efeito perverso nos talibãs de se retirarem para o Paquistão, constituindo este, cada vez mais, uma preocupação crescente na resolução de questões relacionadas com o terrorismo, precisamente por servir de abrigo aos mesmos. Bastaria, portanto, estas organizações terroristas permanecerem inactivas, ou com um grau reduzido de actividade, até à retirada das tropas aliadas do Afeganistão, para então regressarem, já sem opositores no seu território.

O contexto internacional passou a ser dominado por ameaças como o radicalismo e o terrorismo transnacional, as ciberameaças, a proliferação de armas de destruição em massa, o crime organizado, o tráfico de pessoas, armas e drogas, a segurança energética e ambiental, as migrações, a escassez de recursos e as pandemias. É de encontro a esta nova realidade que se reformulou o então novo conceito estratégico.

Porém, a percepção das ameaças não é entendida da mesma forma por todos os Estados-membros da Aliança Atlântica. Muitos não as entendem como ameaças comuns aos seus interesses vitais e que exijam resposta conjunta, não só a nível governamental, mas acima de tudo, ao nível dos cidadãos.

Para além do aparecimento destas novas ameaças, há ainda a ter em linha de conta, em primeiro lugar, o aparecimento de potências até então mergulhadas na sua “fraqueza estratégica” (SANTOS, 2009: 174), como é o caso da China e da Índia, e por outro lado, potências como o Brasil num âmbito global, e a Venezuela, Nigéria, República da África do Sul, a Turquia, o Irão, a título de exemplo, como potências de relevo regional. Há contudo outro grupo de Estados, os *failed stats* ou em vias de se tornarem assim, e associações, que são o seio das convulsões e movimentos religiosos fundamentalistas, sustentando e fornecendo meios para estas redes e fontes de insegurança, exportando-as até aos quatro cantos do Mundo.

Em segundo lugar, a crescente interdependência criada pela globalização, fazendo com que, nem mesmo países como os EUA, consigam dar resposta a todas as suas necessidades, precisando da colaboração de terceiros. Neste sentido, os Estados vêm-se obrigados a entenderem-se, a promover o diálogo de forma a, em fórum, discutirem quais as melhores soluções a seguir, privilegiando, assim, o multilateralismo. O Conselho de Segurança já não é capaz de resolver todas estas questões que interferem nos interesses dos Estados, sendo cada vez mais recorrente o recurso a G2, G8, G20, dependendo da problemática em cima da mesa.

Por último, a questão da relação com a Rússia. Esta será sempre a eterna preocupação da Aliança Atlântica. Apesar de se ter assistido a uma época em que esta permaneceu longe dos focos do sistema internacional, devido à ruptura económica, resultante do esforço no período de Guerra Fria levando à sua implosão, a verdade é que a Rússia nunca deixou de ser uma potência nuclear a ter em conta, e com recursos militares com capacidade para causar danos bastante preocupantes. Desta forma, a NATO, após os atentados do 11 de Setembro, percebeu a importância estratégica de ter a Rússia por perto, estabelecendo uma política de diálogo e entendimento, através do Conselho NATO-Rússia.

Foi importante não deixar que a Rússia se sentisse ameaçada com o alargamento da NATO até bem perto das suas fronteiras, bem como, foi, igualmente importante, o apoio no combate global ao terrorismo e demais anomalias para a segurança internacional.

O desafio, actualmente, está em perceber qual irá ser a posição da Rússia no futuro. Visto que se encontra a recuperar economicamente, e continua com grande força militar. A questão dos antimísseis parece ter tido consideráveis desenvolvimentos após a Cimeira de Chicago. Contudo, os objectivos da Rússia são seculares, e passam pelo acesso aos mares quentes. Para além disso, parece clara a intenção da Rússia deter de influência nos seus antigos Estados satélite, e demonstrar reacções, em algumas situações violentas, quando o aparelho governativo dos mesmos passa a ser de influência pró-ocidental. O desprezo com que a Rússia trata as suas ex-repúblicas, bem como os comportamentos mais hostis, veja-se o atentado cibernáutico à Estónia do qual foi acusada, a crise na Geórgia, e sucessivos desentendimentos com estes mesmo Estados, como o embargo às importações de carne da Polónia, motivam uma maior preocupação por parte da Aliança Atlântica.

A finalidade da Rússia passa por separar, o mais possível, os EUA da Europa, e resolver possíveis diferendos a seu favor. Não se pode esquecer que a vitória dos EUA na Guerra Fria provocou um estado profundo de crise no interior da Rússia, passando por sérias dificuldades. Isto, com certeza, não foi esquecido pelos russos. A criação em 2001 da Organização de Cooperação de Xangai foi, precisamente, uma tentativa de combater a aproximação dos EUA à Ásia Central.

Para os europeus, a visão da Rússia agrava-se devido à preocupação da dependência energética. O privilegiado abastecimento de gás oriundo da Rússia sempre foi usado como trunfo russo e até então servia para os europeus. Todavia, os últimos comportamentos russos, atrás descritos, têm revelado efeitos perversos. Em primeiro lugar, estes diferendos só têm aproximado mais as duas margens do Atlântico, e em segundo lugar, já levou os europeus a procurar alternativas energéticas em África, que ainda constitui uma rica fonte de recursos naturais, já para não falar nos antigos laços históricos entre os dois continentes.

Estas serão algumas das razões pelas quais a NATO deverá manter a Rússia próxima, o suficiente, para controlar possíveis movimentos de carácter ofensivo, sem contudo se revelar ameaçadora para a própria Rússia, mantendo-a a par e envolvendo-a no procedimento decisional de questões estratégicas.

2.1. NATO – UE

“(…) os europeus já começaram a perceber, e sobretudo a sentir que a democracia, a prosperidade e a ausência de conflitos militares internos não são sinónimo de segurança, nem de estabilidade. Mantêm-se vulneráveis em relação ao exterior, ainda que de formas diferentes das que se verificavam durante a Guerra Fria. Já não têm pela frente a possibilidade de um conflito global em larga escala entre duas potências. Mas estão confrontados com uma proliferação de conflitos, regionais ou locais, de pequenas dimensões, cujos efeitos raramente se confinam à sua área de ocorrência” (RODRIGUES, 2006: 1,2).³

A União Europeia afirmou-se, sem dúvida, como um dos mais importantes actores de Relações Internacionais. Não só ao agregar Estados de peso internacional, mas também pelo poder económico e relevância internacional do seu conjunto.

Não interessa, para o propósito deste estudo, abordar-se todo o processo de integração europeia, importa sim referir que todo este processo sempre teve o cunho económico. Porém, ao fim de aproximadamente 40 anos de sucessos no aprofundamento da integração, muitos se começaram a questionar se não se deveria alargar as competências da UE até à delicada área da Segurança e Defesa.

Sempre foi um assunto, de certa forma, descurado pela UE, uma vez que esta era assegurada pela NATO, diga-se EUA, sem o perigo de se cair no exagero. Na verdade, desde o início da criação da Aliança Atlântica que a responsabilidade de participação nesta Organização pesou mais para o lado norte-americano, quer militarmente, pela superioridade militar, quer economicamente. Esta questão nem sempre preocupou o lado americano, apesar das inúmeras recomendações, ao longo dos anos, para uma maior participação dos europeus na NATO, com mais forças e mais investimento.

Os EUA não pretendiam que os Estados europeus se tornassem independentes neste sector, devido ao receio de, verificando-se esta independência ou saída da esfera de influência norte-americana, pudessem cair no domínio influenciador russo ou viessem mesmo a constituir-se um sério rival.

³ “*The term regional security no longer carries any real meaning in a world where instability far from nations’ borders can disrupt national and international economic, social and political systems*” (Extracto de um document Americano distribuído a todos os membros da NATO em Janeiro de 2006, tendo em vista a Cimeira de Riga)

Do lado europeu, apesar da existência da NATO, sentiu-se a necessidade de, pelo menos, estabelecer objectivos e políticas nesta área, pois, apesar das garantias norte-americanas, generalizou-se o sentimento de uma maior descolagem face ao apoio norte-americano protagonizado pela NATO, após a intervenção no Kosovo. Apesar da participação nesta Aliança, o facto de sempre se ter tido como ideal último uma União Política, uma UE a uma só voz, torna necessário o desenvolvimento de capacidades de intervenção que não comprometam a estabilidade e segurança regionais.

É então, através do acordo franco-britânico de Saint-Malo, em 1998, que se constituem as bases para a que viria a ser conhecida como Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), consagrada no Tratado de Nice, em 2000.

A PESD, desde o início, seguiu o “método dos pequenos passos”, tratando-se de um processo longo, mas com significativos pequenos avanços e prudentes, devido à delicadeza do assunto, de difícil consenso no interior da UE, onde reina a pluralidade de pensamentos.

Estes passos foram dados em diversos planos: das capacidades, operacional e doutrinário. Resumidamente, no plano das capacidades, pretende-se de uma forma geral, dotar a UE de uma melhor capacidade de resposta, apostando em forças de resposta rápida para missões militares de manutenção de paz, de imposição de paz e gestão de crises, apostando-se na formação dos chamados *Battle Groups*. Estes simbolizam um maior empenhamento da UE na minimização de lacunas estratégicas existentes nas áreas da protecção de forças, na capacidade de projecção (transporte) e na melhoria das *intelligence*.

No plano operacional, pretende-se continuar uma séria articulação com a NATO. Para isso, através dos Acordos de *Berlin Plus*, estabelecem as suas missões, inicialmente com a coordenação da NATO, em seguida de uma forma autónoma. Conquistando assim, uma maior autonomia no solucionamento de desafios para a sua segurança e estabilidade.

Por último, no plano doutrinário, apresentou-se, em 2003, a Estratégia de Segurança Europeia (ESE) definindo as principais ameaças à segurança europeia. “Este foi um documento inédito na construção europeia, já que definiu uma doutrina estratégica e uma visão conjunta para a acção externa” (SEVERIANO, 2010) Era, precisamente este, o ponto que tanto atrasava, de certa forma, o avançar na aplicabilidade da PESD na realidade, para além do papel das intenções. Em 2008, o Conselho Europeu avaliou a implementação desta

estratégia, avançando com uma proposta para a sua actualização para a próxima década, no que toca a questões externas, constituindo-se, assim, a nova ESE.

Todavia, ao longo deste processo, existiam ecos diferentes, assistindo-se, por um lado, às visões atlanticistas, defensoras do atlântico, achando que o que se fez já é mais do que o necessário. E, por outro lado, às visões continentais, defensoras de um exército europeu, achando, portanto, que ainda estamos muito aquém do que é necessário. De qualquer forma, perante a iminência e imprevisibilidade das ameaças actuais, esta discussão de visões não faz sentido, devendo os decisores políticos orientarem as medidas de que mais se precisa, de forma a combater esses desafios futuros.

Com o Tratado de Lisboa, assistiu-se a algumas alterações. Tal como refere António Martins da Cruz, no “projecto do Tratado Constitucional, a PESD evolui para Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), considerada parte integrante da PESC (Política Externa de Segurança e Defesa), e que inclui a definição progressiva de uma política de defesa comum da UE que conduzirá a uma defesa comum quando assim for decidido pelo Conselho Europeu. A nova PCSD trata das chamadas “missões de Petersberg”, mas alarga o seu âmbito a missões de estabilização no final do conflito, à luta contra o terrorismo, incluindo acções em países terceiros” (CRUZ, 2005: 257).

Com o Tratado de Lisboa, é dado um importante passo na consecução dos objectivos e valores europeus. Isto porque, este “mundo tão inseguro e incerto em que vivemos precisa de uma União Europeia forte e unida, em torno de grandes valores, que saiba para onde vai; e que fale sem ambiguidade, a uma única voz; que não receie proclamar os seus valores sempre que seja necessário fazê-lo” (SOARES, 2007: 30).

Parece, portanto, claro o esforço que a UE terá de desenvolver no sentido de dar a esta área um papel prioritário e, ao mesmo tempo, promover as adaptações necessárias ao seu pleno funcionamento, nos diversos planos. Seja numa maior articulação interpilares ou mesmo uma maior cooperação no interior da União, no sector externo, seja a constante actualização da ESE, incluindo-se, aqui a importante relação com a Rússia, a emergência de potências como a Índia, China e o Brasil, os efeitos perversos da globalização, bem como questões ligadas à segurança energética, alimentar e cada vez mais, a cibernauta. Seja, por último, definir as regras e as formas de actuação no plano doutrinário, bem como, de uma forma geral, a necessidade da UE ter um papel para lá das suas fronteiras, tendo de

zelar pela estabilidade de territórios vizinhos, nomeadamente, em África e no Mediterrâneo, não podendo deixar esse papel exclusivamente à Aliança Atlântica.

É consensual e claro que não se pode falar em segurança e defesa sem se falar em NATO e UE, pois estes são as principais garantias dessa ordem multilateral. É igualmente claro, para muitos autores e especialistas, que a relação entre as duas organizações seja de uma complementaridade e divisão de tarefas, ao contrário da rivalidade ou até mesmo duplicação de tarefas.

É nestas bases que se deve assentar a relação entre a Aliança Atlântica e a UE. Neste sentido, os Acordos de *Berlin Plus* pretendem exactamente evitar duplicações, estabelecendo uma parceria estratégica entre ambos, implementando, de certa forma, o espírito que no futuro se deve concretizar, o de comunhão de intenções, e promoção da segurança e estabilidade regional de forma cooperativa e complementar.

Por outro lado, a forte capacidade militar da NATO e instrumentos diplomáticos, económicos e sociais muito limitados, aliados aos poderosos instrumentos diplomáticos, políticos económicos e sociais da UE, com o, apesar do crescimento limitado, poder militar, revelam fazer ainda mais sentido uma maior aproximação e aprofundamento desta relação entre organizações.

Os europeus parecem estar a dar os primeiros sinais da necessidade da UE dispor de instrumentos de segurança e defesa para intervir em situações imediatas que ponham em causa os interesses da zona. Do lado americano, também estes reconhecem, hoje, a necessidade da UE dispor desses mesmos instrumentos, num quadro de cooperação com a NATO.

Citando Nuno Severiano Teixeira, “o futuro da Europa como actor internacional exige que a UE assuma as suas responsabilidades. Sem deixar de ser uma potência económica, sem deixar de ser uma potência civil, mas sem deixar também a dimensão militar” (TEIXEIRA, 2010).

No início tudo parecia ser uma utopia, porém, hoje sabemos que ultrapassamos o patamar da utopia, chegando ao da necessidade, em prol da segurança e estabilidade europeia. É nesse sentido que deve caminhar a PCSD.

Todavia, não invalidando de forma alguma o que atrás foi dito, existem os contras com um peso muito significativo que importa aqui brevemente abordar.

O cenário da crise económica e financeira teve um impacto tremendo na sociedade europeia, estando o lado americano ainda também a pagar a sua factura, embora de forma mais atenuada do que do lado europeu.

Se até aqui, para os cidadãos, num estado aparente de paz na sua região, punham em causa o investimento no sector da defesa, assistindo-se a uma crescente diminuição nos orçamentos da defesa, agora, em tempos de crise, torna-se ainda mais complicado.

E há, ainda, outra agravante. Os EUA, como já se referiu, desde cedo alertaram o lado europeu da Aliança, para o devido equilíbrio da partilha de responsabilidades na sua participação. Os europeus gozaram durante anos de uma protecção militar por excelência, com contributos mínimos, cabendo os encargos para os norte-americanos. É bem verdade que para além da crise, justificar um aumento de participação na Aliança se revela um enorme desafio. Isto porque Washington decidiu redirecionar as suas atenções para a Ásia e o Pacífico, através da *Sustaining vs Global Leadership: Priorities for the 21st Defence*, decretando assim, uma menor participação na Europa.

Desta forma, a partir de então, cabe a si mesmos (europeus) a responsabilidade de actuarem em campos estratégicos. Tenha-se a Líbia como um forte exemplo para se compreender o que se está a passar nesta relação. O actual Secretário-Geral da NATO, Anders Fogh Rasmussen considera que a Líbia mostrou que Washington não estará sempre disponível para liderar, no que toca à protecção do poder europeu. Pelo contrário, os EUA irão exigir que os europeus assumam as suas responsabilidades na preservação da estabilidade e segurança da sua periferia. Por outro lado, se os europeus continuarem com os cortes orçamentais na defesa, a capacidade da Europa deter de uma força que promova e garanta a estabilidade na sua vizinhança irá rapidamente desaparecer. Este rumo, irá fazer com que os EUA se afastem da Europa (RASMUSSEN, 2011).

Perante este cenário de crise, de reduções nos orçamentos da defesa em ambos os lados do atlântico, como não comprometer a segurança e defesa regional?

A resposta proposta por Rasmussem passa pelo fortalecimento da defesa Europeia, pelo melhoramento da relação transatlântica na partilha de responsabilidades, gerando

eficiência, e pelo envolvimento com potências emergentes com desafios comuns. Por último, destaca o forte empenhamento na implementação da *Smart Defence* de forma a materializar essa resposta.

2.2. SMART DEFENCE

A iniciativa *Smart Defence* (SD), levada a cabo pela NATO, reflecte a necessidade de combater uma época de crise e sérias dificuldades económicas impostas em grande parte nos seus Estados-membros. A redução nos orçamentos de Defesa, implicada nos planos globais de austeridade, é mais um entrave às necessidades operativas da Aliança Atlântica que, para além de se manterem, podem mesmo vir a aumentar.

Desta forma, e numa tentativa de não deixar a segurança e defesa dos seus membros comprometida, a *Smart Defence* “consiste no desenvolvimento de soluções multinacionais para a obtenção de economias de escala e utilização dos recursos aliados de um modo mais eficiente, compartilhando recursos, priorizando projectos, e evitando duplicação” (JORGE, 2012).

Tal como se tem vindo a referir, os americanos exigem um maior esforço europeu na aliança, e por seu turno, os europeus têm a necessidade de reforçar a sua PCSD, sendo o grande obstáculo a este maior envolvimento a crise económica e financeira.

Assim se apresenta a iniciativa *Smart Defence*, implicando divisão de esforços e dividindo os possíveis acréscimos de custos no que toca à defesa e manutenção da segurança. O que pode parecer muito para um só Estado, dividido por todos pode-se tornar um fardo mais fácil de carregar, e até mesmo, em último plano, de justificar perante os cidadãos.

Contudo, para tudo isto se concretizar, tem de existir um grande suporte e vontade política, uma vez que, ao aplicar-se esta iniciativa haverá um elevado grau de dependência entre os Estados no que toca à sua própria defesa, implicando a existência de confiança entre os aliados, e em última instância, uma certa perda de soberania.

A *Smart Defence* propõe cooperações em várias áreas, cabendo aos países que são especializados em determinadas áreas a protecção dos restantes, esperando que nas outras

áreas os aliados o protejam, deixando assim de produzir essas capacidades no interior do seu país, podendo redirecionar investimentos.

Claro que é nesta questão que está a sensibilidade do problema. A confiança que terá de existir, e o acordo e consenso político, uma vez que cada Estado estará dependente de outros para a sua própria protecção, revela-se um enorme desafio.

Gera-se, assim, uma espécie de rede de defesa, onde cada um por si só não consegue garantir a sua própria protecção, constituindo este o ponto de discórdia ou desconfiança. Mas, ao mesmo tempo, se a cooperação funcionar, se cada Estado cumprir o seu papel nesta iniciativa, com vontade política para o desenvolvimento das suas capacidades em conjunto com os restantes aliados, e para se disponibilizar e comprometer-se no emprego dessas capacidades para protecção destes, a segurança e defesa de cada um dos aliados encontra-se garantida.

Para isso é necessário um estudo para avaliar as capacidades de cada Estado, analisando as áreas onde se deverá especializar, servindo a NATO de mediadora neste processo, aproveitando igualmente as já existentes cooperações entre alguns Estados.

Embora com certeza não se saiba ainda pormenores concretos sobre o tipo de especializações ou capacidades que cada Estado irá desenvolver, existem fortes probabilidades de, por exemplo, Portugal ficar responsável pelo programa de *e-learning*, a Alemanha ter a seu cargo a projecção e gestão de patrulha marítima, a Estónia ficar com a segurança cibernética, já a Dinamarca orientar um programa de gestão logísticas de munições.

Tudo isto são questões ainda em discussão, onde se esperava um maior desenvolvimento na Cimeira de Chicago devido ao seu carácter urgente, e não um modesto compromisso de objectivos para 2020. Contudo, a par do Afeganistão e da nova estratégia dos EUA que já se referiu muito brevemente, foram assuntos praticamente postos de parte. Coube à defesa antimíssil um maior foco, sendo oportuno então citar Alexandre Reis Rodrigues, a propósito desta mesma cimeira, “será que a defesa antimíssil é a prioridade mais elevada para a Europa?” (RODRIGUES, 2012).

Para além da possível falta de entendimento na aplicação desta iniciativa, e da sua ausência da discussão pública do *status quo* da Aliança Atlântica, como foi o caso de Chicago, a

Smart Defence não chega para resolver a situação actual de crise e recorrente declínio do reforço militar ou até mesmo manutenção, podendo apenas dar um importante contributo, mas não sendo uma solução em si.

Deveria, por isso, existir um maior esforço político, pois a situação é urgente, e a *Smart Defence*, apesar de tudo, poderia ser a rampa de lançamento para o início da resolução de um problema grave. O não comprometimento da segurança e defesa regionais, deveria ser uma prioridade a par de questões sociais, pois vidas estão em risco igualmente.

A mudança na estratégia dos EUA veio ainda agravar mais a situação europeia que, para além de ter vindo a reduzir os seus orçamentos de Defesa e participação na NATO, vê-se agora com uma menor protecção norte-americana, que há muitos anos se vinha a adivinhar.

Os EUA não desejam o fim da Aliança, e Obama já o afirmou várias vezes, contudo, é pertinente questionar-se quem ficaria mais prejudicado com o seu fim, se os americanos, a potência militar mundial, sem opositor significativo, ou os europeus que há anos se vêm a esquecer das suas forças armadas?

2.3. QUE CAMINHO SEGUIR?

Esta será das questões mais importantes a responder na actual ordem internacional. Estar-se-á perante o início de uma nova ordem? Talvez seja prematuro dizê-lo. Contudo, apesar das crises ocorrerem ciclicamente, esta mais recente parece ser de solução bem menos óbvia do que se poderia imaginar.

“Estamos a navegar actualmente em águas económicas desconhecidas. As consequências económicas futuras, extremamente incertas deixam os decisores políticos, incluindo da defesa, num dilema” (BRADDON, 2009).

Como se terá feito notar ao longo deste estudo, e se pode comprovar na realidade, os alvos preferenciais nos cortes orçamentais recaem sobre a defesa. Para além disso, “no material de defesa, a inflação tende a ser maior do que a taxa normal de inflação, o que faz com que o sector da defesa pareça menos consciente relativamente a custos do que outros sectores que talvez sejam mais merecedores dos cortes orçamentais” (BRADDON, 2009).

Segundo, Derek Braddon, a NATO depara-se, neste momento, com três grandes desafios. Em primeiro lugar, os países que se encontram fora da Aliança Atlântica, como é o caso da China e da Índia, que têm vindo a aumentar, de forma considerável, os seus gastos com a defesa.⁴

Em segundo lugar, a revolução em assuntos militares (RMA), dizendo respeito à aquisição e domínio de tecnologia de ponta nas áreas da informação e comunicações. Este instrumento revela-se bastante dispendioso, podendo vir a ser alvo de cortes em orçamentos, pondo em causa, conseqüentemente, a vantagem da NATO nesta área. E esta questão remete-nos a outro dilema delicado, no que respeita ao já existente Fosso da NATO, que apesar dos esforços da Aliança para eliminar as diferenças da qualidade e disponibilidade militar entre EUA e Europa, com a futura redução de orçamentos, esta situação pode vir a ser agravada.

Por último, apesar da época de Guerra Fria já ter sido ultrapassada, e dos objectivos da NATO na contenção à inexistente ameaça soviética, a verdade é que, refeitos e repensados os conceitos estratégicos, e mudadas no papel as directrizes orientadoras da política da NATO, grande parte das forças militares está equipada e treinada ainda para cenários de guerra convencional. Assim, torna-se necessário um reajustamento estratégico, passando pela orçamentação, o que se revela crítico na ausência de recursos financeiros.

Claro que, quando se coloca a questão “que caminho seguir?”, perante as circunstâncias, e num momento em que tudo ainda está em permanente mutação, não se sabendo ao certo onde esta crise nos irá levar, é pouco coerente dar-se uma resposta simples, e concreta. O que resta fazer é mesmo o traçar de cenários, reais e potenciais, e projectar algumas medidas de ajustamento, mais no sentido da própria discussão no fórum internacional, para aí sim, no âmbito das decisões políticas se solucionarem os problemas. Aqui, remete-se, simplesmente, para o campo pedagógico, sem, contudo, se cair em demagogia.

Seguindo esta lógica, tal como se referiu no capítulo anterior, a globalização é um fenómeno com uma importância tremenda em toda esta problemática. A este propósito convém ressaltar que se está a considerar a era da informação e revolução tecnológica, pois há quem considere que a globalização sempre acompanhou a espécie humana ao longo dos tempos.

⁴ Em 2016 prevê-se um aumento de 32% de gastos militares na Ásia. (BRADDON, 2009)

Segundo a visão de Almeida Santos, que aqui parece oportuno citar, à globalização é, por vezes, atribuída a responsabilidade de todo o mal que acontece, como se fosse uma entidade ou sujeito “susceptível de culpa e responsabilidade, e não de uma evolução civilizacional tão incontrolável como a sucessão das estações do ano” (SANTOS, 2010: 46).

Por outro lado, nem todos os sectores passaram pelo processo da globalização. Impediu-se a globalização política, social, fiscal e militar. Desta forma, a economia global, sem ter instrumentos reguladores globalizado, foi aplicada de forma livre e desregulada, com fortes consequências.

No que toca à matéria militar, a sua organização actual neste mundo “semi globalizado é uma irracionalidade. Tantos exércitos, quantas nações para quê? Para que quando é preciso apagar um fogo algures, alguns dos diferentes exércitos mundiais contribuam com um pequeno corpo de bombeiros? A própria União Europeia precisará mesmo de vinte e sete exércitos?” (SANTOS, 2010: 47).

É esta reflexão que vai de encontro à iniciativa *Smart Defence*, confirmando, assim, que esse poderá ser o caminho a seguir, se bem que de forma mais profunda e concreta. É necessário o compromisso político. Sem vontade política, tudo se resumirá ao mero plano das ideias ou intenções.

Outro dos entraves adjacentes à problemática da redução dos gastos nos orçamentos da defesa, prende-se em grande parte à incompreensão dos cidadãos de, com a agravante da crise, se manter - já nem se fala em aumentar gastos – nessas proporções. Parece haver, erradamente, na população uma ideia remota de ameaças, não havendo o entendimento de que para se estar seguro em Madrid, Londres ou Lisboa tem que se combater no Afeganistão. O facto de se defenderem as fronteiras de segurança e defesa da Aliança tão longe de “casa”, leva a um afastamento e menor envolvimento, ou até incompreensão com as missões levadas a cargo. Vulgarizando-se as acções de protesto contra o suposto esbanjamento de recursos, e uma luta por interesses singulares.

É, por isso, imperativo educarem-se as populações, no sentido de as aproximar mais dos interesses nacionais, de entender por quem, e porque se combate. Os fundos advêm dos cidadãos, logo é necessária uma maior preocupação na justificação do seu emprego.

Esta ideia de educar militarmente as populações deveria, numa segunda fase, começar a ser feita nas escolas que, devido às sucessivas alterações no regime de recrutamento para as Forças Armadas (no caso português), se foram afastando do sentido de defesa da Pátria, das Forças Armadas. No fundo, esqueceu-se o lema “a Pátria honrai que a Pátria vos contempla”⁵.

Uma maior aproximação das camadas jovens na percepção real do mundo e das ameaças e desafios com que se debate é essencial em todo este processo, para não se caminhar a passos largos para o comprometimento da defesa dos Estados.

É necessário educar, ou talvez reeducar. O uso das armas é frequentemente posto em causa pela sociedade moderna, e, por vezes, a real utilidade das Forças Armadas.

Embora esta temática seja alvo de uma maior reflexão no capítulo seguinte, importa referir ainda alguns aspectos partilhados pelo General Peter van Uhm, Chefe de Defesa da Holanda, por ocasião da conferência TEDxAmsterdam. Este defende o uso da arma como um importante instrumento de paz e estabilidade.⁶

Este facto é comprovado nos Estados constitucionais, onde o uso legítimo da força, sendo o governo eleito democraticamente. Isto porque, em primeiro lugar este uso legítimo de força serve como uma garantia, tirando o incentivo a uma corrida ao armamento por parte de grupos potencialmente hostis. Em segundo lugar, o não uso de força acaba por ser mais lucrativo do que apelar à guerra. A guerra já não é a melhor opção.

Deixou de fazer sentido dois Estados Desenvolvidos envolverem-se em conflitos armados, pois as consequências do mesmo iriam ser mais prejudiciais para ambos.

Tudo isto comprova a diminuição da violência, estatisticamente, mas ao mesmo tempo reforçar o alerta para os Estados falhados. Nestes, o uso da força não é legítimo, nem controlado democraticamente, tornando-se mais fácil os detentores de simples armas, causarem o caos e estabelecerem-se redes e associações com fins criminosos.

⁵ Divisa da Marinha portuguesa, adoptada por portaria no dia 20 de Março de 1863 (www.marinha.pt).

⁶ Intervenção disponível online em http://www.ted.com/talks/lang/pt/peter_van_uhm_why_i_chose_a_gun.html

É esta importância de estabelecimento de Estados constitucionais, Estados de Direito Internacional, que é necessário transmitir em missões como o Afeganistão, através da formação de forças policiais, juízes, funcionários públicos, etc.

O fim último não é a imortalidade do uso da força, ou da arma, mas antes caminhar-se no sentido de não ser mais necessária a presença das Forças Armadas.

“That is why I took up the gun. Not to shoot, not to kill, not to destroy, but to stop those who would do evil, to protect the vulnerable, to defend democratic values, to stand up for the freedom we have to talk about, how we can make the world a better place” (UHM, 2011).

3. OS DESAFIOS PARA A MARINHA PORTUGUESA

“O Mar por vocação. O País por horizonte e porto de abrigo.”

Miguel Torga

3.1. ESTRUTURA DAS FORÇAS ARMADAS E DA MARINHA

A estrutura das Forças Armadas, está definida no artigo 5º da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA). Esta compreende o Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) que se divide nos três ramos das Forças Armadas. – Marinha, Exército e Força Aérea – o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) e os Chefes de Estado-Maior (CEM) de cada ramo, encontrando-se previstas as suas competências e modos de designação, na Lei de Defesa Nacional das Forças Armadas (LDNFA).

No que respeita, então, à hierarquia no interior das Forças Armadas., a posição mais elevada é ocupada pelo CEMGFA, sendo o Chefe militar e igualmente o principal conselheiro militar do Ministro da Defesa Nacional.

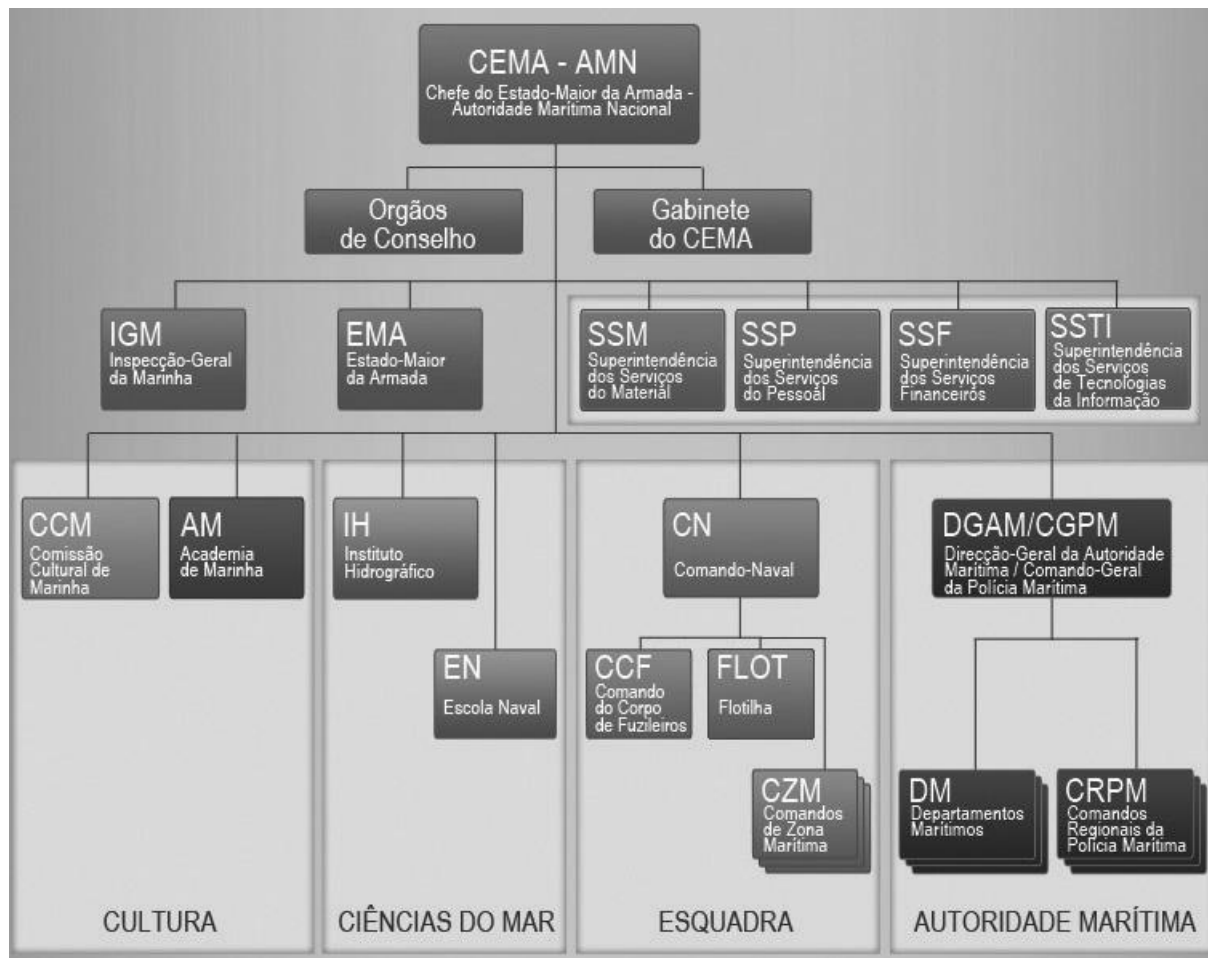
O CEMGFA, em tempos de paz, exerce o chamado Comando Operacional das Forças Armadas., tendo como subordinados os comandantes CEM e operacionais. Em tempos de guerra, o CEMGFA, sob a autoridade do Presidente da República e do Governo, exerce o “Comando completo” das Forças Armadas., directamente ou através de comandantes adjuntos. Já quanto aos aspectos administrativos e logísticos, actua através dos CEM (PIRES, 2007).

Actualmente, o posto de CEMGFA é ocupado pelo General Luís Evangelista Esteves de Araújo, e os respectivos CEM, são ocupados pelo Almirante José Carlos Torrado Saldanha Lopes (CEMA – Marinha), pelo General Artur Neves Pina Monteiro (CEME – Exército) e pelo General José António de Magalhães Araújo Pinheiro (CEMFA – Força Aérea).

Quanto ao caso particular da Marinha, o esquema seguinte (figura nº3) mostra de forma clara a estrutura deste ramo das Forças Armadas, indo de encontro a um melhor entendimento das questões abordadas ao longo deste capítulo.

FIGURA N.º 3

Estrutura orgânica da Marinha portuguesa



Fonte: *CADERNOS NAVAIS*. Julho-Setembro 2010, nº34, p.85

3.2. A ARMADA PORTUGUESA

Situado no extremo do Sudoeste da Europa, Portugal tem nas suas costas a importante passagem das rotas marítimas do Mediterrâneo, desde a Antiguidade e, a partir da Modernidade, as rotas do Atlântico Sul.

Desde a sua origem, este Estado sentiu a pressão das suas fronteiras terrestres, sendo como que empurrado para a opção do mar que, apesar dos perigos que este representava, era a única possibilidade de contacto com o exterior.

“Pelo mar chegavam os reforços das Cruzadas para as conquistas territoriais; pelo mar se recebiam e expediam mercadorias; no mar se obtinha parte importante dos alimentos.”¹⁰

Foi esta opção atlântica que permitiu a Portugal, resistir às forças dos movimentos de unidade peninsular.

Assim, a 1ª Marinha do Mundo, a portuguesa, foi “criada com a nacionalidade”, tendo “uma história que se confunde com a história da Nação, podendo dizer-se que é uma História de Portugal vista do mar”⁷.

Será em 1147, na conquista de Lisboa que, pela primeira vez, se fazem referências ao comandante das galés portuguesas. Contudo, será no século XIII que a Marinha Portuguesa irá ter um maior envolvimento na condução da política de Portugal, ao participar em tomadas de povoações do litoral (Alcácer do Sal, Silves e Faro), em lutas contra os castelhanos na Galiza e Andaluzia e em lutas contra os muçulmanos, em prol do Cristianismo, integrando frotas cristãs.

Foram cinco séculos nos quais a grande directriz foi a conquista do território, dedicando-se Portugal, posteriormente, quase exclusivamente ao sector marítimo, desenvolvendo os seus recursos e conhecimentos.

No seguimento desse novo posicionamento português, no reinado de D.Dinis, este contracta um dirigente para a Marinha, o genovês Manuel Pessanha, que tinha como missão defender os territórios portugueses contra incursões de piratas mouros. Nesse sentido, em 1321 ataca os portos muçulmanos no Norte de África, com sucesso, e saqueia Salé em 1321.

É neste século, que Portugal se torna a única potência marítima capaz de explorar com sucesso o Atlântico, aproveitando um período de guerras no interior da Europa, com disputas de poder. Neste sentido, a Marinha portuguesa vai partir para a exploração de toda a costa africana, bem como a tão desejada Índia, no século seguinte.

Apesar do relevo histórico e marcante deste período, importa apenas fazer brevíssimas referências no sentido de se perceber a origem da nossa actual Armada.

Os Descobrimentos foram, sem dúvida alguma, o período áureo da Marinha portuguesa. O domínio das técnicas de navegação, os instrumentos e recursos disponíveis, e a conquista e

⁷ Disponível em: www.marinha.pt

domínio de territórios estratégicos, tornaram Portugal, nesta altura, como um dos donos do Mundo - recorde-se o Tratado de Tordesilhas.

De relevância, importa referir a Escola de Sagres. Embora a sua existência ou não, tenha sido intensamente debatida no âmbito historiográfico, não existem provas suficientes e consistentes que sustentem a existência desta escola de partilha de informações nas áreas científicas como a geografia, astronomia e cartografia, comandada pelo Infante D.Henrique. (ALBUQUERQUE, 1971: 716, 717).

O século XVI é dominado pelo desenvolvimento da construção naval, artilhando-se as caravelas, e iniciando-se a utilização das naus. Como se referiu, o excelente domínio das técnicas de navegação e experiência dos navegadores portugueses, aliada a uma forte determinação na defesa dos interesses nacionais, permitiram uma melhor navegação, chegando-se às águas do Índico e ao Oriente.

“Apesar da perda da independência em 1580 e do envolvimento da Marinha Portuguesa em conflitos que originaram elevadas perdas de navios, como a Invencível Armada, ela mantém uma intervenção activa especialmente na luta contra os corsários”¹⁰.

Todavia, Portugal, com uma dimensão populacional reduzida, e com tantos inimigos, diga-se de Espanha, mas tornando-se estes igualmente nossos – ingleses, franceses, holandeses – levou, aos poucos, ao desmembramento do Império.

Portugal continuou, contudo, a dominar os seus vértices – costa continental, Madeira e Açores – constituindo assim o seu Poder Naval, através da livre circulação de navios de comércio nacionais e aliados. Estes aspectos plasam aquilo a que se considera a Estratégia Naval Portuguesa dos séculos XVI a XIX. É neste contexto que se formaram as Esquadras do Oceano e do Estreito, no combate à pirataria. Antevendo-se já aqui, de onde provém a larga experiência na contenção à pirataria, que se verifica na actualidade.

A decadência do Poder Naval, iniciado em meados do século XVI, manteve-se por razões diversas até ao segundo quartel do século XVIII.

De uma forma geral, toda a história da evolução da Marinha portuguesa é marcada por fortes períodos de decadência e esquecimento. Em algumas circunstâncias por culpa das quase *inintermitentes* dificuldades económicas ou, por outro lado, por falta, mais do que vontade política, falta de visão estratégica.

A renovação da Marinha, no reinado de D.João V (século XVII), veio reforçar a construção naval nos estaleiros da Metrópole do Brasil e da Índia. E após mais um abrandamento no desenvolvimento da Marinha, esta ressurgiu no século XVIII, pela mão persistente de Martinho de Melo. É, igualmente, neste período que se cria a Academia Real da Marinha, até 1837, passando a chamar-se Escola Politécnica e, posteriormente, veio dar lugar à Faculdade de Ciências de Lisboa.

O final do século XIX é marcado pela tentativa da evolução da Armada. Esta, após as invasões napoleónicas e um longo período de crise interna política, social e económica, com a guerra civil, não acompanhou a Revolução Industrial e consequente evolução naval a que se assistiu, principalmente, no teatro europeu.

Além deste enorme atraso tecnológico, mais de 50% dos navios necessitavam de grandes reparações.

Neste sentido, reforçou-se então a Armada, de forma modesta, através da aquisição de pequenos navios para o serviço e fiscalização (exemplo do vapor Fulminante), navios torpedeiros e a aquisição das chamadas novas armas (metralhadoras, canhões de tiro rápido e as espingardas de repetição). A par desta evolução, inicia-se a construção de pequenos navios mistos para serviço no Ultramar, tendo em vista o processo de ocupação efectiva do litoral africano.

É, precisamente, este período que marca o auge da renovação da Armada, dispondo Portugal de 68 navios de pequena dimensão, destinados a atracar nos portos ultramarinos. É, também, nesta altura que se recebem os primeiros navios com casco de aço, mais leves e baratos, adaptados aos climas tropicais, permitindo o salto tecnológico da Armada.

O início do século XX foi de encontro à tentativa de evolução da Marinha, com a investigação do Mar e Oceanografia, as primeiras experiências e utilização da telegrafia sem fios (TSF) e a aquisição do primeiro submarino português.

Mais uma vez, existem vários projectos de renovação da Armada, mas ficam no esquecimento.

Portugal viria, ainda, a participar na I Guerra Mundial, em missões de fiscalização e patrulha de águas nacionais que se tornariam um pesado sacrifício, inclusive com a perda

de vidas humanas. No fim do conflito, as novas aquisições pouco mais acrescentaram, devido às respectivas perdas materiais advindas da guerra.

É então que, após os grandes ensinamentos que a I Guerra Mundial constituiu, que se irá proceder a uma profunda reorganização da Marinha.

Resultantes desta mesma reorganização são as seguintes criações:

- Esquadilha de submersíveis;
- Aviação Naval e de Contratorpedeiros;
- Instalação da Escola de Mecânica em Vila Franca de Xira;
- Início da construção – com as indemnizações da Alemanha – do Alfeite: corpo de Marinheiros, Base Naval, Arsenal do Alfeite e Escola Naval.

Apesar da declarada neutralidade na II Guerra Mundial, era necessário garantir a soberania nos territórios nacionais onde, visivelmente, os nossos recursos não conseguiam responder com total eficácia devido à imensidão e dispersão territorial portuguesa.

A entrada para a Organização do Tratado do Atlântico Norte, como membro fundador em 1949, veio permitir a Portugal um aperfeiçoamento técnico para ir de encontro às missões desta nova aliança.

Porém, Portugal tem vindo a responder a essas mesmas necessidades com algum atraso, no que toca a recursos.

As sucessivas dificuldades económicas têm adiado a “concretização de um plano de reapetrechamento naval que a idade da maioria dos navios da esquadra recomenda.”⁸

Por fim, de encontro à presente realidade económica como se abordará mais à frente, a Marinha tem efectuado cortes nos gastos com o pessoal, concentrando os organismos em terra (Direcção do Serviço de Pessoal nas Instalações de Alcântara) e o encerramento das instalações de Vila Franca de Xira.

⁸ Disponível em: www.marinha.pt

3.3. AS AMEAÇAS E OS DESAFIOS

“ Num país marítimo e costeiro, como Portugal, com uma das mais elevadas taxas de maritimidade da Europa, apenas existirá estabilidade social e económica desde que seja garantida a Segurança do Estado, e especificamente das populações, aspecto que assume grande prioridade pública quando é já conhecido que algumas das novas ameaças nascem, precisamente, dos espaços marítimos e das actividades que naqueles se desenvolvem” (ALVES, 2007: 41).

Portugal possui a maior Zona Económica Exclusiva da União Europeia, e a 11ª maior área mundial de águas jurisdicionais (mar territorial e ZEE – Zona Económica Exclusiva), à frente da Índia e da China, correspondendo esta jurisdição aos espaços onde circula mais de 50% de todo o comércio marítimo externo da Europa. Este espaço marítimo corresponde a dezoito vezes o seu território terrestre.⁹ (quadro nº1)

QUADRO N.º 1

Áreas do território e dos espaços marítimos de Portugal (km²)

	Território	Águas Interiores	Mar Territorial	ZEE	Áreas SAR
Continente	88 600	6510	16 476	287 715	572 438
Madeira	833	825	10 823	442 316	
Açores	2331	6083	23 660	926 149	5 220 302
Total	91 764	13 419	50 960	1 656 181	5 792 740

Fonte: *Cadernos Navais*, Julho-Setembro 2010, nº34, p.50

Para além destes factos, há que ter em conta ainda que 70% da população portuguesa vive e/ou trabalha a menos de 60 Km da linha da costa, com uma acentuada intensidade demográfica nas grandes regiões de Lisboa e do Porto, as quais perfazem, ambas, mais de 40% de toda a população portuguesa. (ALVES, 2007: 45)

⁹ Considerando os quase mil km² do domínio público marítimo.

3.3.1. EXPRESSÕES POLÍTICA, ECONÓMICA, SECURITÁRIA E SÓCIO-CULTURAL

Para melhor análise da Estratégia Naval Portuguesa é comum falar-se em quatro expressões: a política, a económica, a securitária e a sócio-cultural. Abrangendo-se, assim, de forma sistemática, todos os aspectos nos quais a Marinha portuguesa tem responsabilidade, ou deveria ter.

A vastidão dos espaços marítimos nacionais atrás referida, a par das indefinições relativas às ameaças e desafios, característicos do presente século, exige uma “Marinha capaz de assegurar a defesa militar de Portugal, contribuindo, dessa forma, para garantir a soberania do Estado, a independência nacional e a integridade territorial”¹⁰.

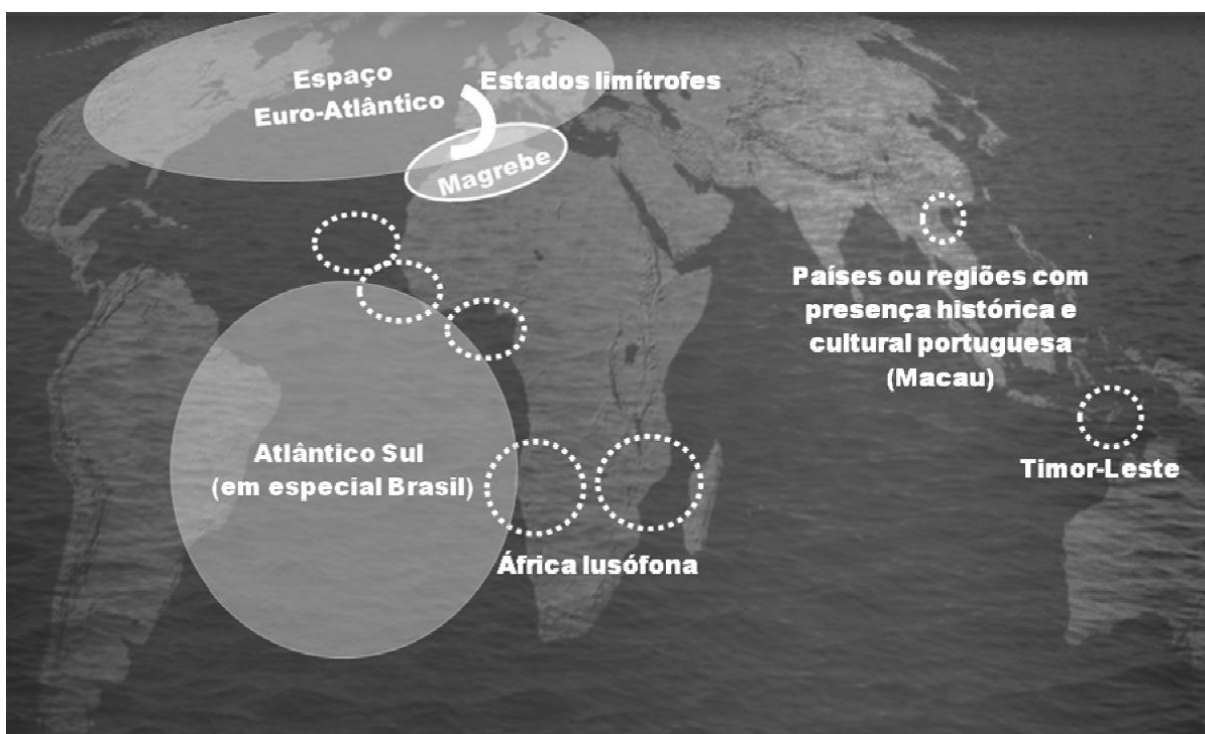
A defesa militar simboliza, pois, a expressão política, dizendo respeito, principalmente, à protecção do Espaço Estratégico de Interesse Nacional (EEIN) Permanente, correspondendo ao território, ao espaço de circulação entre o continente e o arquipélago e aos arquipélagos dos Açores e Madeira, bem como aos espaços aéreos e marítimos sob soberania e jurisdição nacional.

Todavia, os interesses nacionais não se ficam por aqui, podendo-se ainda falar do EEIN Conjuntural, correspondendo a áreas como o espaço euro-atlântico, os Estados limítrofes, o Magrebe, o Atlântico sul (Brasil), a África lusófona e Timor-Leste, países de forte presença da comunidade portuguesa, Macau (ligações históricas e culturais) e os países de origem dos imigrantes em Portugal, tal como a figura nº4 demonstra.

¹⁰ *CADERNOS NAVAIS*. Comissão Cultural da Marinha e GERE. Lisboa. Julho-Setembro 2010, nº34, p.51

FIGURA N.º 4

Áreas mais importantes do Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural



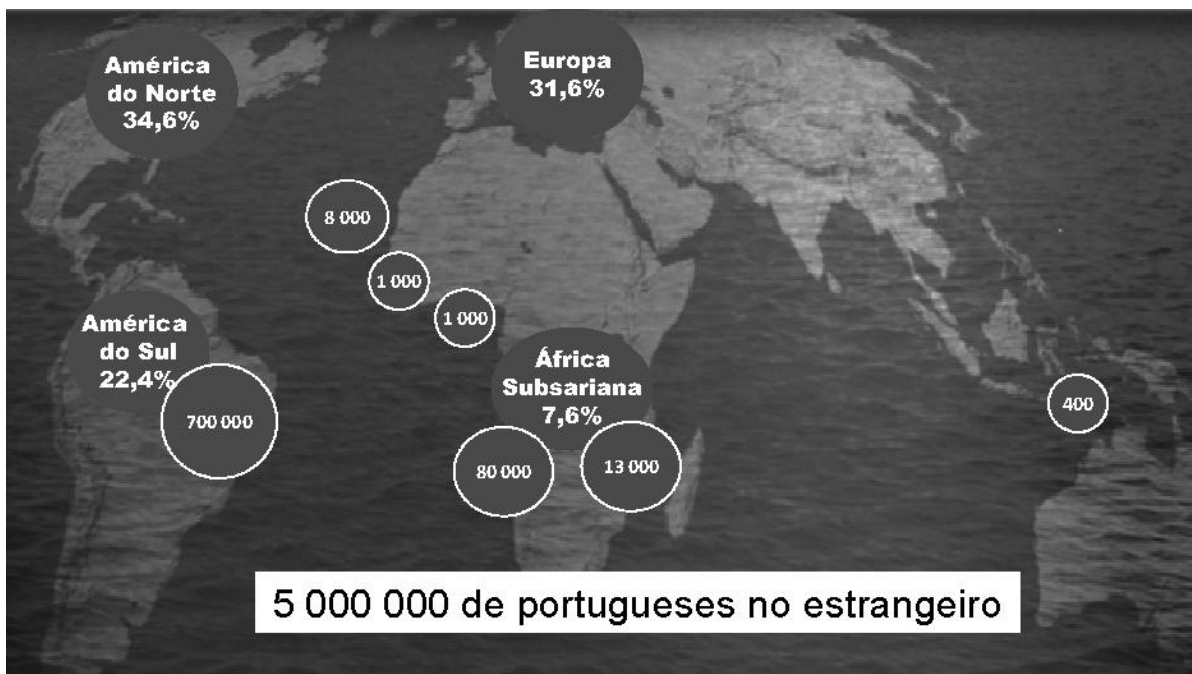
Fonte: *CADERNOS NAVAIS*, Julho-Setembro, nº34, p.52

Facilmente, a partir daqui, se percebe o forte empenho que Portugal, através da Marinha, deve levar a cabo no seio da NATO, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), ONU, OSCE, UE e EUROMARFOR.¹¹ Há uma forte necessidade de apoiar a sua política externa nestas organizações, assumindo os seus compromissos, precisamente pela comunidade portuguesa no mundo representar 5 milhões de pessoas, para as quais Portugal tem de estar apto, prontamente, a dar uma resposta em caso de necessidade de evacuação de cidadãos nacionais, a longas distâncias.

¹¹ Força Marítima Europeia, constituída pela Espanha, França, Itália e Portugal, no sentido da construção da Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD).

FIGURA N.º 5

População portuguesa e de origem portuguesa residente no estrangeiro (número e percentagem)



Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros (DGACCP), Maio 2006

Por outro lado, no que toca à investigação científica, a Marinha portuguesa, empenhou-se na Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) entregue em Maio de 2009, no âmbito da ONU, passando-se dos actuais cerca de 1,8 milhões de km² para mais de 3 milhões de km², ou seja, 39 vezes o território nacional e mais de 82% da área terrestre dos 27 Estados Membros da U

FIGURA N.º 6

Limites previsíveis para a plataforma continental portuguesa, conforme processo de alargamento submetido por Portugal à ONU em Maio 2009



Fonte: *Cadernos Navais*, Julho-Setembro 2010, nº34, p. 54

Com as reorganizações nas Instituições responsáveis por este projecto, houve algumas alterações, porém, o que se sabe é que até 2016, altura em que a ONU irá redigir um parecer sobre a vontade portuguesa de ampliação da plataforma continental, Portugal deverá munir esforços para a realização de um bom projecto que lhe valha a aprovação. É, sem dúvida, um projecto muito audacioso, mas com enormes benefícios para Portugal, não só ao nível do prestígio e projecção nacional.

Por último, e ainda no foro científico, de referir que, nos últimos anos, têm vindo a aumentar os pedidos externos de cruzeiros de investigação científica. É a tal questão de se não exploram, deixem os outros explorar. De certa forma, Portugal está a ser ultrapassado no seu próprio território, e não deveria prescindir de desenvolver uma actividade de investigação científica, tendo em vista o aproveitamento sustentado dos recursos dos oceanos.

No âmbito da expressão económica, a globalização teve contornos bastante mutantes no mundo actual, em todos os níveis. No que toca ao mar económico, este fenómeno representou o livre tráfego, sendo 90% deste, feito por via marítima. E, por outro lado, a

facilidade de comunicação, onde 95% do tráfego ciberespacial inter-continental é transportado por cabos submarinos de comunicações.¹²

Desta forma, se consegue evidenciar a importância do mar no mundo económico, e da necessidade de estar-se atento aos seus perigos.

Para Portugal, existem quatro agregados de actividades económicas mais relevantes para o nosso *hypercluster* da economia do mar:

- Turismo – a procura da zona costeira portuguesa, gerando a maior riqueza do país (11% do Produto Interno Bruto - PIB) e é responsável por 10% de emprego.¹³
- Portos e transportes marítimos – numa realidade na qual 60% das nossas exportações e 70% das importações são feitas pelo mar, com a agravante da vontade da UE em reduzir o transporte rodoviário no seu interior, impulsionando o transporte marítimo, esta actividade ganha um peso bastante importante para Portugal. Já para não se mencionar a expansão e alargamento do Canal do Panamá, e a maior durabilidade de navegação no Ártico (degelo).¹⁴
- Pesca, aquicultura e indústria do pescado – representa 90 000 empregados, de forma directa e indirecta. E corresponde à 4ª maior frota de pesca da UE, embora no plano das capacidades desce para 5º lugar. Ainda de referir as intenções e objectivos do actual Governo Constitucional, que pretende quintuplicar a produção de aquicultura até 2013.¹⁵
- Construção e reparação naval – apesar do enorme decréscimo deste sector, a partir da década de 70, Portugal não pode descurar este sector estratégico, do qual pode beneficiar pela posição estratégica que ocupa, junto a importantes rotas comerciais (reparação naval). De qualquer forma, a regeneração deste sector é bastante difícil, só podendo ser combatida com apoios do Estado e encomendas de novos navios.

Perante todos estes aspectos, este “potencial de crescimento da economia do mar reforça a necessidade do País fomentar a economia marítima, papel em que a Marinha pode

¹² *CADERNOS NAVAIS*. Comissão Cultural da Marinha e GERE. Lisboa. Julho-Setembro 2010, nº34, p.55

¹³ *CADERNOS NAVAIS*. Comissão Cultural da Marinha e GERE. Lisboa. Julho-Setembro 2010, nº34, p. 56

¹⁴ *CADERNOS NAVAIS*. Comissão Cultural da Marinha e GERE. Lisboa. Julho-Setembro 2010, nº34, pp. 58, 59

¹⁵ *CADERNOS NAVAIS*. Comissão Cultural da Marinha e GERE. Lisboa. Julho-Setembro 2010, nº34, pp. 62, 64

desempenhar uma função relevante ao garantir a segurança essencial ao turismo náutico, ao transporte marítimo e à actividade piscatória, ao ajudar e dinamizar a construção e a reparação naval, ao formar gente particularmente qualificada em aspectos relacionados com o mar e ao apoiar projectos relativos à exploração dos recursos do mar e seu aproveitamento energético”¹⁶.

FIGURA N.º 7

Importância do mar para Portugal

Efeitos directos:	2% do PIB 75 000 empregos
Efeitos totais:	5 a 6% do PIB 185 000 empregos
Proiecção para 2025:	Efeitos directos: 4 a 5 % do PIB Efeitos totais: 10 a 12 % do PIB

Fonte: SaeR , *O Hypercluster da Economia do Mar*. 2009

O “facto da água cobrir cerca de 71% da superfície do globo, ocupando uma área de cerca de 139 milhões de milhas quadradas (361 milhões de km²), tornam impossível que qualquer nação ou organização supranacional sejam capazes de, *per se*, garantir a lei e a ordem no mar”¹⁹. Estamos, portanto, perante a expressão securitária.

Os geradores de instabilidade não se resumem mais aos Estados, aparecendo em cena, sem vínculo estatal, organizações e associações.

Para uma melhor sistematização e fácil análise, podem dividir-se as ameaças em dois âmbitos: protecção e segurança. No que respeita às ameaças no âmbito da protecção está-se a referir a ameaças em que, normalmente, se ultrapassam as fronteiras.

Neste âmbito, pode-se falar em criminalidade transnacional (tráfego de pessoas, drogas e objectos preciosos, etc) e fundamentalismos religiosos, que suportam as associações terroristas e motivam a proliferação de armas.

¹⁶ *CADERNOS NAVAIS*. Comissão Cultural da Marinha e GERE. Lisboa. Julho-Setembro 2010, nº34, p. 66

A posição litoral de Portugal apresenta-se, pois, como uma porta de acesso para a Europa, no que respeita ao tráfego de pessoas, de imigração ilegal, de estupefacientes, bem como objectos de valor.

As ADM são, como se referiu, um assunto que inquieta a Comunidade Internacional, pois o perigo do fácil acesso por parte dos chamados actores não Estatais pode levar ao perigoso uso destas armas, inclusive por organizações terroristas. O mar representa pois, a via de comunicação onde estas situações podem decorrer.

Por sua vez, no que respeita às ameaças no âmbito da segurança, consideram-se a exploração ilegal de recursos e poluição do mar, bem como as catástrofes naturais.

Portugal desempenha um importante papel em operações de Busca e Salvamento, e, a propósito da já referida EMEPC, deve ser o adágio no que toca ao controlo de exploração ilegal de recursos, a par do combate à poluição do mar.

Importa ainda mencionar, as indispensáveis intervenções portuguesas a propósito de desastres e derramamentos de petróleo na costa. A este propósito, após a classificação em 2004, a par da Bélgica, França, Irlanda, Reino Unido e Espanha, de Portugal como Zona Marítima Particularmente Sensível, definiram-se, no ano seguinte de 2005, novos Esquemas de Separação de Tráfego, estabelecendo-se um corredor mais afastado da costa para matérias perigosas, e um mais próximo para os restantes navios¹⁷.

O tráfego marítimo tem ainda a particularidade, com o acréscimo de importância trazido pela globalização, de representar uma ameaça com efeitos nefastos, caso este seja controlado por actores com motivações perigosas em pontos fulcrais, como o Canal do Suez, o Canal do Panamá, o Estreito de Malaca ou o de Gibraltar, etc.

Porém, também em alto mar existem ameaças preocupantes, como é o caso da Pirataria. A segurança não se cinge mais às meras fronteiras formais do Estado, estendendo-se ao espaço estratégico considerado de interesse nacional. Assim, o fenómeno da Pirataria que tem vindo a aumentar no Golfo da Guiné, constitui uma forte preocupação para Portugal. Neste âmbito, destaque para o papel da Organização Marítima Internacional e, neste sentido, a aprovação de uma série de medidas, sendo de relevar o conhecimento situacional

¹⁷ Sobre o tema consultar : <http://eur-lex.europa.eu>

marítimo (*Maritime Situational Awareness*)¹⁸, uma ferramenta disponível para apoiar as missões navais, no que toca a um maior grau de informação, contribuindo para uma atempada tomada de decisão. Estas missões podem ser de várias índoles: Operações do Tipo Vigilância e Reconhecimento, Operações de Defesa junto à Costa, Operações de Interdição, Apoio a Operações Conjuntas e de Cooperação, Operações de apoio a catástrofes, Operações Humanitárias, Operações de Controlo do Mar, Protecção de Navegação e Projecção da Força.

Pode resumir-se, então, esta ideia na seguinte concepção: “só conseguiremos detectar o que é ilícito se conhecermos profundamente todas as actividades que se desenvolvem lícita e rotineiramente nos espaços marítimos”¹⁹.

Difícilmente se conseguirá manter a ordem pública em terra, se não se controlar as actividades criminosas no mar, onde se limita a soberania dos Estados. Desta forma, para Portugal, o desafio é aumentar a sua capacidade de intervenção no mar, porém, sem aumento dos custos. Para isso, terá de proceder a uma intensa coordenação de operações e capacidades entre os diferentes órgãos governamentais, de forma a “vigiar, fiscalizar e policiar os espaços marítimos de interesse nacional, a uma distância cada vez maior do litoral”²².

Finalmente, na expressão sócio-cultural, “apenas” se pretende dar ênfase, ou melhor, não deixar cair no esquecimento, toda a histórica ligação entre Portugal e o mar. Tudo o que hoje somos o devemos ao mar. Sempre foi a porta, o passaporte para a salvação em tempos de crise. Ora em busca de novas riquezas, ora como forma de escapar e contrabalançar o desequilíbrio continental existente com a vizinha Espanha.

A verdade é que o mar foi a ponte de cultura que Portugal estabeleceu com os 4 cantos do Mundo, dando a conhecer os nossos costumes, tradições, modos de vida, em suma, dando a conhecer a costa lusitana de Camões.

Os ensinamentos foram muitos, na arte de navegar, de encarar os desafios do mar, ou simplesmente o ensinamento de jamais desistir na intempérie, e lutar por descobrir o que

¹⁸ “*Maritime Situational Awareness: counter piracy through knowledge. A team at NATO’s Allied Command Transformation has been using technology and analytical tools to narrow down the number of ships that require inspection from a boarding team. But Maritime Situational Awareness is not limited to piracy. It also addresses the issue of smuggling, the movement of weapons mass.*” Disponível em www.nato.int

¹⁹ *CADERNOS NAVAIS*. Comissão Cultural da Marinha e GERE. Lisboa. Julho-Setembro 2010, nº34, pp. 70, 71

ainda não foi descoberto. Assim, apesar do que se afirmou ser tão pouco perante a grandiosidade do que se quer transmitir, coloca-se a este Portugal, e em particular à Marinha portuguesa, o desafio de não deixar esquecer este passado, e dedicar-se, através dos seus órgãos competentes, à investigação, ao ensino e à cultura, promovendo a pesquisa e a difusão dos conhecimentos relativos às ciências e artes do mar.

Por último, fora do contexto das expressões e num plano mais global, a já referida, a propósito das novas ameaças, opinião pública. Esta aparece cada vez mais com preocupações relacionadas com o desenvolvimento económico e social. Não se coloca aqui em questão a importância das mesmas, todavia, efectivamente, os cidadãos desligaram-se da segurança externa e defesa militar, talvez por serem “muitas vezes jogadas longe, muito longe das vistas, em zonas distantes, às quais nada nos liga” (PIRES, 2007).

Claro que, com o que atrás foi referido, não se esgotam as ameaças com as quais a Marinha portuguesa se depara. Harlan Ullman faz afirmações elucidativas a respeito de mais uma realidade: “ a guerra mudou profundamente. De facto, não vamos ver guerras de Exércitos contra Exércitos ou Marinhas contra Marinhas, pois o facto a ter em conta é que os nossos principais adversários, quer sejam a Al-Qaeda, as mudanças climáticas, o ambiente, o uso de recursos marítimos, o terrorismo, a pirataria, a protecção quanto à globalização, estes adversários não possuem um único navio, um único avião ou um único carro de combate” (ULLMAN, 2007: 23). No entanto não deixam de ser ameaças bem presentes, para as quais as Forças Armadas necessitam estar aptas a dar resposta, pois é o seu papel assegurar a Segurança e a Defesa militar dos seus cidadãos.

Neste sentido, são vários os desafios que se colocam à Armada portuguesa. Logo à partida no âmbito dos seus compromissos permanentes, nos quais contribui com meios, seja a nível nacional para a Força de Reacção Imediata Nacional (FRI), quer seja a nível internacional para a Força de Reacção Rápida da NATO (NRF).

O facto de continuar a existir uma convergência na continuidade de cumprir com estes compromissos é de extrema importância. Se, por um lado, a FRI garante não só a Segurança do território nacional, mas também os espaços estratégicos para o interesse nacional português, veja-se o caso recente da Guiné-Bissau, por outro lado, a participação na NRF garante todas as restantes ameaças globais. No caso da segurança marítima, a crescente preocupação com esta implica um forte conhecimento no mar e, apesar de este aspecto estar bem desenvolvido em Portugal, é necessária a cooperação Internacional

(meios e recursos) e a partilha de informação para prevenir e combater de forma eficaz. De nada vale o conhecimento em si, quando não se tem ao dispor os instrumentos, os meios para combater.

Desta forma, torna-se necessária a existência de uma “Marinha pronta, treinada, cooperante e empenhada na vigilância e controlo do espaço Marítimo” (MATOS, 2007: 59). E não só. É necessária também a articulação entre os três ramos da Forças Armadas. ao invés de disputas no que toca a áreas de influência, construindo-se, assim, um sistema organizado e coerente, e não um mero aglomerado de meios.

Importa referir ainda, neste sentido, o importante contributo da vasta experiência em África, com relevo especial para a área marítima. Foram longos anos de guerra, longe de “casa” de onde se retiraram muitas lições.

Outro dos desafios que a Marinha portuguesa enfrenta, e que apresenta-se com um peso muito significativo, é o papel da educação. E com isto quer dizer-se algo muito simples e que parece esquecido pelas autoridades políticas competentes, ou seja, o facto de se ter vindo a descurar, desde sempre, a formação cívica e a educação da juventude no que toca a Política de Defesa e o papel das Forças Armadas, a sua necessidade, as suas missões, os seus objectivos. Não existe uma cultura de segurança e defesa simplesmente. Como se poderia exigir de repente que entendam o porquê de continuar a utilizar recursos económicos nas Forças Armadas?

Em suma, e citando António Figueiredo Lopes: “a política de defesa tem de ser, pelo contrário, o resultado de uma visão nacional que corresponda a um conjunto de opções, princípios, objectivos e prioridades coerente com a estratégica global do Estado” (apud, RODRIGUES, 2009: 25).

Assim, sim os cidadãos se identificariam e entenderiam mais facilmente os propósitos e a estratégia para a Segurança e Defesa Nacional, não se verificando o que hoje acontece, onde a maioria da população não entende os gastos militares e chega mesmo a interrogar-se para que precisamos das Forças Armadas?

O papel político, como se afirmou é importante, porém por si só não basta. Também a Instituição Militar tem de se aproximar da sociedade e convencê-los a reconhecerem a sua necessidade, e que é possível adoptar um modelo sustentável, economizando recursos sem deixar comprometida a segurança. Isto porque a “sociedade contemporânea está a

apresentar a tendência para analisar todos os problemas sob um ponto de vista económico-financeiro” (PRAZERES, 2012).

Caso não haja este esforço militar, é muito provável que este assunto continue a ser posto de lado pelo poder político, como um assunto para se tratar em caso de emergência ou enquanto não houver problemas de maior.

“Enquanto a sociedade civil questionar, e enquanto não houver um inimigo suficientemente feio para suscitar ódios, passará esta por inculta por aparentar não saber dar resposta para a problemática da justificação da existência das Forças Armadas” (PRAZERES, 2012).

Só mesmo quando a sociedade civil perceber realmente o porquê da existência e necessidade das Forças Armadas. é que então se poderá fazer pressão sobre o eleitorado para o poder político, aí sim, ter uma actuação mais atenta à Instituição militar, e não se verificar o actual desinteresse também levado a cabo pela comunicação social.

Por último, o papel que Portugal desempenha enquanto membro da CPLP, já referido, bem como para a segurança do Atlântico Sul.

Na altura em que a NATO foi formada, não existiam grandes preocupações relativas à segurança a sul do Atlântico, todavia a situação, actualmente, é bem diferente, assistindo-se à emergência de novas potências, como o Brasil. Em palavras de Adriano Moreira, “ o Atlântico Sul está polvilhado de soberanias e cinco são de língua portuguesa” (MOREIRA, 2008: 57). Ora este aspecto, numa conjuntura futura, mas próxima, pode vir a revelar-se de enorme importância para Portugal, e igualmente para a Marinha Portuguesa, pois está-se a falar do Atlântico, do Mar.

Sendo Portugal um dos membros fundadores da NATO, gozando de uma história marítima de feitos inegáveis a par de acções diplomáticas de prestígio, na possível criação de um sistema de segurança no Sul do Atlântico, Portugal pode servir de elo de ligação entre as duas organizações, a NATO e a possível SATO (South Atlantic Treaty Organization). A influência que detém sobre os membros da CPLP, bem como a relação de proximidade histórica com o Brasil, irão conferir a Portugal um papel de destaque e importância no seio da NATO. Essa poderá ser uma oportunidade estratégica para Portugal, a qual poderá, igualmente, representar mais-valias, se assim for bem planeado. Resta esperar-se que as entidades competentes estejam atentas!

3.3.2. UMA MARINHA EQUILIBRADA, OPTIMIZADA E DE DUPLO USO – *SMART DEFENCE* DOMÉSTICO

Todas as potencialidades, atrás descritas, que o mar pode representar, só serão possíveis se Portugal apostar numa Marinha capaz de cumprir, eficazmente, com as suas funções estratégicas, na defesa militar e apoio à política externa, na segurança e autoridade do Estado e no desenvolvimento económico, científico e cultural.

No que toca à defesa militar e apoio à política externa, esta diz respeito, sobretudo, às Organizações Internacionais, nas quais Portugal está vinculado (NATO, ONU, OSCE e UE). Desta forma, esta função baseia-se no uso efectivo ou potencial de força naval tendo em vista a salvaguarda da soberania e independência nacionais, garantir a paz, a estabilidade e a segurança internacional.

Já a segurança e autoridade do Estado, é uma função desempenhada, fundamentalmente, no quadro da jurisdição sobre os espaços marítimos nacionais, seja na salvaguarda de vidas humanas, vigilância, fiscalização ou policiamento do mar.

Por último, o desenvolvimento económico, científico e cultural, refere-se ao fomento económico através da investigação científica e cultural, no que toca à exploração sustentável de recursos marítimos.

O século XXI trouxe consigo vários desafios para o capítulo da Segurança e Defesa dos Estados transatlânticos. Desde as novas ameaças, a mudança no sistema internacional até à crise económica e financeira. Tudo mudou à volta dos Estados, sendo estes obrigados, igualmente, a adaptarem-se a uma nova realidade.

Anteriormente enumerou-se - parte deles - as ameaças e desafios com que o norte do Atlântico se debate hoje. Cabendo, agora, abordar-se um dos desafios mais comprometedores e preocupantes - a restrição económica que obriga a severos cortes nos orçamentos da defesa.

A União Europeia atravessa, tal como já foi abordado, um período difícil, ao qual Portugal não escapa. Antes pelo contrário, a costa lusitana encontra-se neste momento com duros planos de austeridade, precisamente, para pagar empréstimos, entre os quais ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Desta forma, como manter a segurança e defesa garantida? Como manter a Marinha a funcionar como garante de paz e estabilidade territorial?

O desafio revela-se de um grau elevado de dificuldade, porém, alguns passos têm vindo a ser dados no sentido de superar as dificuldades.

Ao longo dos últimos anos, a Marinha portuguesa tem procedido a cortes de gastos com o pessoal, e inclusive centralizou e encerrou serviços. Entre 1993 e 2008, reduziu-se, praticamente para metade, o número de efectivos – de 80000 para 40000 – facto desconhecido pela maioria da população. (RODRIGUES, 2010)

A conjuntura nunca foi auspiciosa para a Marinha, ou para os restantes ramos das Forças Armadas. Aliás, se se analisar a posição ocupada pela Defesa Nacional nos programas de Governo, nota-se que, na última viragem de século, à excepção do governo de Durão Barroso e Santana Lopes (XV e XVI Governos Constitucionais), esta foi como que empurrada para o último capítulo de objectivos.²⁰

Uma vez mais, frisa-se a ideia que é uma altura de preocupações sociais, todavia, o completo esquecimento e descurar de preocupações bem reais, que chegam sem pré-aviso não pode ser tolerado. Note-se que a realidade do tempo de guerra fria, na qual as ameaças eram previsíveis, e de certa forma calculadas no tempo, foi já ultrapassado, cabendo agora estar em permanente alerta, assegurando minimamente as condições de segurança e bem-estar da população. Isto sim, é um factor que não se poderá cometer o erro de descurar, ou tirar da linha de prioridades, qualquer que seja a conjuntura económica e social.

Assim, chega-se à necessidade de “Transformação” da Marinha. Partindo do pressuposto de grande parte do orçamento da Marinha, como se referiu, se canalizar para os gastos com o pessoal, correspondendo actualmente a 60%. Do restante, 20% encaminha-se para operação e manutenção e os outros 20% para o investimento. Esta é a conjuntura real, que ainda se encontra distante dos desejáveis 50% de gastos com o pessoal, 25% para operação e manutenção e 25% para investimento.²¹

Contudo, entidades militares já chamaram a atenção para estes cortes com o pessoal, uma vez que pode gerar sérias carências no interior da Marinha, pois continua a ser necessário um número mínimo de militares para assegurar o bom funcionamento e cumprimento das funções da Marinha.

²⁰ Disponível em: www.portugal.gov.pt

²¹ *CADERNOS NAVAIS*. Comissão Cultural da Marinha, GERE. Lisboa. Julho-Setembro 2010, nº34, p.78

Desta forma, elaboraram-se três paradigmas, precisamente para se desenvolver a “Transformação” necessária para a Armada portuguesa, os quais se irão abordar sumariamente, para apenas se perceber de que forma está a Marinha a actuar perante este desafio da crise económica e financeira e os consequentes cortes orçamentais.

O primeiro paradigma, o genético, diz respeito a uma Marinha equilibrada. Este modelo corresponde uma negação à Marinha especializada, pois é necessário, para esta Marinha em causa, ter valências de uma forma ampla, e não apenas numa só área. Estabeleceu-se ser melhor ter uma Marinha pronta a dar resposta a um maior número de diferentes missões, do que estar especializada num só tipo de missões. E esta questão prende-se, precisamente, com a nossa falta de recursos, e um certo atraso tecnológico até. Para se dar uma resposta especializada é necessário ter instrumentos e recursos de ponta para essa área, no entanto, para a resposta equilibrada basta ter um amplo leque de recursos, diversificados, mas, todavia, não necessitam ser de tecnologia de ponta, o que obrigaria a maiores gastos no investimento.

O segundo paradigma é estrutural, correspondendo a uma Marinha otimizada.. Aqui faz-se uma reflexão interna sobre a realidade actual da Marinha, no seio dos seus militares. Este modelo foca-se na existência de recursos humanos capazes, motivados e dedicados que possibilitarão um melhor e eficaz funcionamento desta instituição militar. Estabeleceu-se, por último, a necessidade de uma adaptação estrutural às necessidades ditadas pela missão, recordando, igualmente, a imperatividade da consolidação de uma cultura organizacional que se baseie em valores como a Honra, Honestidade, Coragem, Integridade e Lealdade.

Este paradigma tem como objectivo um equilíbrio ideal entre os órgãos mais directamente empenhados no cumprimento das funções e tarefas da Marinha e os sistemas funcionais, ou seja, entre o campo operacional e o administrativo.

Por último, o paradigma operacional, que estabelece uma Marinha de duplo uso. Desta forma, desenvolveu-se um modelo “que visa uma actuação integrada e complementar destinada a garantir uma judiciosa utilização dos recursos existentes e a criar sinergias de emprego, pelo facto de partilhar a formação, a organização, o treino, o material, as infra-estruturas, a doutrina, a liderança e o pessoal, e de tirar partido da vocação marítima, da competência técnica e científica, de disciplina e do sentido de serviço e acção.” Esta solução obedece ao “princípio da economia de meios e potenciação de actuação”

(CARAJABILLE, 2007: 31), fazendo-se um balanço entre as missões de aplicação expedicionária, ou seja, dedicadas à defesa militar e apoio à política externa, e as missões de aplicação jurisdicional, ou seja, de segurança e autoridade do Estado.

Neste sentido, pode-se falar de uma espécie de *Smart Defence* doméstica, pois a aplicação destes modelos ou paradigmas, evita a duplicação de recursos, o que faz com que se aumente a eficácia de actuação, uma vez que possui, de igual forma, um comando unificado. Por outro lado, o planeamento de actuações faz-se de forma mais homogénea, optimizando as respostas e soluções de forma o mais equilibrada possível.

Estes conceitos não devem ser encarados, pelas palavras de Victor Carajabille, “como uma noção radical ou de exclusão, mas antes integradora. (...) A segurança, como valor mais alto, impõe um esforço de cooperação e de solidariedade institucional que a todos enobrece e que o País espera” (CARAJABILLE, 2007: 34).

Na aplicação destes paradigmas, o contributo da experiência e conhecimento do mar desempenha um papel importantíssimo, sustentando a Autoridade Marítima.

As questões que se colocam, após análise de todos estes pressupostos, de necessidades e de esforços levados a cabo pela Marinha portuguesa, é se efectivamente se tem feito tudo o que seria possível em termos de uma *Smart Defence* doméstica e de *pool and sharing* dos recursos militares nacionais, e se realmente é vital, tal como os ecos militares apregoam, uma revitalização e modernização da Armada, a par das Forças Armadas.

As condições nunca foram as mais favoráveis em termos de recursos e instrumentos de actuação. Resta saber-se se chega esta mudança de paradigma, numa lógica de rentabilizar e utilizar de forma eficaz os meios já existentes, ou se por outro lado, para o não comprometimento das necessidades vitais do Estado, é necessária uma modernização e aquisição de novos recursos.

Este problema é generalizado, encontrando-se o espaço euro-atlântico, igualmente, com este dilema, caindo sobre os Estados um clima de fragilidade face às imprevisíveis ameaças, não se conseguindo identificar um inimigo material para levar a sociedade, num contexto de austeridade, a combater e contribuir para esse combate.

O que resta mesmo é o debate. Um debate para o qual contribuirão as gerações, no caso português, pós guerra colonial, que vivem numa realidade de conceitos de gestão de crises,

com uma mentalidade mais liberal de segurança e defesa, trazida pela NATO, no seu longo processo de evolução. A grande questão a esclarecer neste debate será a escolha entre o combater, pronto para contribuir para a paz ou o fazer a paz, pronto para combater.

3.4. A NATO E A MARINHA PORTUGUESA

A entrada de Portugal para a NATO como membro fundador, mais do que prestígio nacional, introduziu no país e nas Forças Armadas. mudanças profundas, que contribuíram para a construção do que Portugal é hoje, no campo da Segurança e Defesa.

A participação nesta Aliança proporcionou a Portugal, em concreto à Marinha portuguesa, um longo caminho de aprendizagem que se transportou para revisões de conceitos operacionais, e paradigmas de funcionamento. Como já se teve oportunidade de referir, a NATO foi a principal causadora da mudança de pensamento das novas mentes militares liberais, que não sentem mais a guerra como um instrumento na luta pelo poder, mas antes um veículo para a construção de um mundo melhor e em paz, onde todos beneficiam.

Para além dos aspectos doutrinários e operacionais, a NATO contribuiu, também, de uma forma logística, permitindo a Portugal que acompanhasse a evolução tecnológica mundial no sector naval. Se, actualmente, a Marinha se encontra com um atraso tecnológico face às grandes potências, seria, seriamente, mais acentuado o abismo caso não pertencêssemos à Aliança Atlântica.

Apesar de, historicamente, a relação entre a NATO e Portugal não tenha sido sempre próxima, a Marinha mostrou-se sempre empenhada na participação de exercícios internacionais com sucesso. Destaque para a STANAVFORLANT, a qual garantiu uma ascensão no interior da NATO, dando uma maior credibilidade às forças navais portuguesas. Foi inclusive através de navios deste exercício, que se deu início, por ocasião do segundo comando português desta força, à operação *ACTIVE ENDEAVOUR*, quando se invocou, pela primeira vez, o artigo 5º do Tratado da Aliança.

Hoje, o período que se vive na NATO é de preocupação crescente de segurança. Surgiram novas visões e conceitos, como o *Comprehensive Approach*, seguindo a lógica da construção de paz e aprofundamento da cooperação interagência. Como já se referiu no capítulo referente à Aliança, a mudança das ameaças obrigou a um ajustamento e transformação das forças a esta nova realidade.

“A NATO já não é apenas um seguro defensivo mas uma parceria de produtores de segurança (onde quer que seja) e sem fronteiras geográficas” (GOMES, 2010: 16).

Em 2011, definiu-se a *Alliance Maritime Strategy*, na qual se identificam as principais funções da NATO neste campo: a dissuasão e defesa colectiva, gestão de crises, segurança cooperativa, através de parcerias, diálogo e cooperação, e segurança marítima.²² Pretende-se, pois, fazer face, assim, às novas ameaças e riscos no mar.

Já no interior de Portugal, destaque para o desenvolvimento nos Conceitos Estratégicos de Defesa Nacional em Janeiro de 2003, o Conceito Estratégico Militar em Janeiro de 2004, as Missões Específicas das Forças Armadas em Outubro de 2004, o Sistema de Forças Nacional em 2004/05 e o Dispositivo de Forças em 2007.

Entre outras participações, a Marinha portuguesa esteve presente no exercício Conjunto e Combinado, ALLIED 05, no comando do U.S.S. *Mount Whitney*, no qual o Joint Command Lisbon foi certificado como Comando de nível operacional capaz de empregar a NRF (NATO Response Force) quando necessário.

Participou-se, igualmente, no exercício Steadfast Jaguar em Cabo Verde e pela costa Africana, com a fragata Álvares Cabral, numa tentativa de projectar Lisboa para o sul do Atlântico.

Recentemente, entre outras missões ligadas a esta área, a Marinha portuguesa esteve envolvida na Operação *Ocean Shield*, ao serviço da Força Naval Permanente da NATO – *Standing NATO Maritime Group One* (SNMG1) no combate à Pirataria no Corno de África. De referir, a propósito do combate à Pirataria, Portugal tem desempenhado com muito sucesso este tipo de missões nos últimos anos.

Quanto aos fuzileiros, continuam a integrar forças da NATO, nomeadamente no Afeganistão, contudo o papel atribuído a estes ainda está muito aquém das suas potencialidades.

Posto isto, face às novas perturbações no sistema internacional, a NATO tem apostado em jogar a segurança e defesa dos seus Estados Membros, bem distante das suas fronteiras, vendo-se obrigada, face à conjuntura actual, de reforçar o seu papel político na Europa,

²² Disponível em: www.nato.int

com vista a um maior apoio financeiro e logístico, e na cooperação com organizações como a UE.

No que toca a Portugal, neste contexto, os desafios que se colocam prendem-se com o sul, nomeadamente ao Magrebe, aos países da CPLP, e a África no geral. É no chamado Oceano Moreno que Portugal faz a diferença, fruto da sua vasta experiência em solo africano. Para além disso, temos fortes dependências nesta zona, importando 60% de Gás e 40% de Petróleo da Nigéria. (GOMES, 2010: 18)

Desta forma, a estreita relação existente entre Marinha portuguesa e NATO, pode ser aproveitada em ambos os sentidos. Portugal precisa da NATO como garante da sua segurança e defesa que, como se analisou, estende os seus interesses nacionais para zonas bem distantes do seu território. De igual forma, a Marinha, devido aos seus inúmeros contributos, tem-se mostrado útil ao serviço da Aliança, sendo benéfico para Portugal manter esta utilidade e disponibilidade para estar ao seu serviço. Contudo, para isso é preciso ter os recursos suficientes e capazes de satisfazer as necessidades actuais para se construir uma estratégia de afirmação de Portugal no Mundo.

“Ter uma Marinha é caro, mas é muito mais caro não a ter num País que tem no mar a sua marca identitária e dele depende no jogo político, económico e estratégico” (GOMES, 2010: 18).

CONCLUSÃO

A NATO é o principal pilar de segurança regional. Embora aqui surja o debate sobre o seu amplo papel internacional, a verdade é que esta Aliança não deve ser, nem pretende ser um “polícia do mundo”, sendo sim uma Organização regional com responsabilidades internacionais na defesa da estabilidade e interesses estratégicos dos seus Estados-membros, circunscrita, por força do seu Tratado constitutivo, ao Atlântico Norte.

O mundo mudou, uma vez mais, assistindo-se, no início do presente século, a um desencadeamento de acontecimentos marcantes no capítulo da segurança dos Estados.

Estas novas ameaças e desafios, daqui resultantes, tiveram um profundo impacto na Organização e operacionalidade da NATO. Foi invocado pela primeira vez na história da Aliança Atlântica, o artigo 5º do tratado de Washington, e deu-se início, também neste período, às missões *out of area*. De repente, os vestígios de uma Organização dos tempos de Guerra Fria, preparada para ameaças convencionais, concretas e previsíveis, foram desaparecendo, transformando-se e reorientando-se antes para o combate a ameaças assimétricas, muito menos previsíveis, sem exércitos, movidas por fundamentalismos religiosos, entre outras ameaças, algumas trazidas pela era da informação.

Para além destes factores que têm marcado o debate no interior da NATO, a actual crise económica e financeira, veio aprofundar este debate, temendo-se, de certa forma, que com cortes orçamentais sucessivos, a segurança fique comprometida.

Foi neste contexto que se desenvolveu este trabalho, precisamente para responder à grande questão que se coloca em torno do futuro da NATO, perante a actual conjuntura.

É certo que a NATO já ultrapassou várias crises, ao longo dos seus mais de 60 anos de existência. Contudo, é igualmente verdade que essas crises referiam-se ao foro militar e ideológico da Aliança. A questão agora é económica, estando-se a pisar território desconhecido quanto a previsíveis consequências futuras, com a agravante no sector da defesa, com um maior retraimento.

Neste sentido, a relação NATO-UE vive dias difíceis. Se até então se discutia se esta era caracterizada por complementaridade ou competitividade, agora parece bastante claro que esta relação tem de se basear num ideal de complementaridade. Isto porque há uma maior exigência por parte dos EUA quanto a um maior envolvimento europeu na Aliança que,

aliás, sempre foi descurado. E, por outro lado, a crise e os cortes severos na defesa, uma área mais fácil no que toca a justificação e compreensão dos cidadãos, obrigam a uma maior cooperação no seio da NATO e mesmo entre as duas organizações, de forma a garantir a paz e estabilidade na região a norte do Atlântico. Para isso, a UE foi obrigada a dar os primeiros passos na iniciativa de resolução de questões que afectem o interesse nacional europeu, como acontece no conflito da Líbia.

É de encontro a uma maior eficácia e redução dos custos que se desenvolveu, em Chicago, a iniciativa da *Smart Defence*, precisamente para evitar duplicações e equilibrar orçamentos da defesa, no sentido de continuar a garantir os requisitos mínimos da segurança e bem-estar.

Assim, é importante que, para que todos estes pressupostos funcionem, no interior de cada Estado-membro também se proceda a adaptações, como é o caso de Portugal.

A Marinha simboliza um forte exemplo de como Portugal pode continuar a estar presente e com relevância na NATO, num cenário de forte austeridade, tendo, por isso, também que proceder a uma *Smart Defence* doméstica no sentido de garantir o cumprimento das suas funções, a par dos seus compromissos internacionais.

Deste modo, parece clara a vontade da Marinha portuguesa continuar a fazer *jus* aos seus antepassados de glória, uma vez que já começaram a ser dados os primeiros passos na concretização de um ajustamento à nova realidade social e económica do País e da UE.

Em primeiro lugar, os inúmeros debates efectuados de forma a contribuir para a definição do modelo a seguir, após uma profunda análise do *status quo*, e das debilidades e necessidades da Marinha portuguesa. Em segundo lugar, o contínuo empenho nas missões da NATO a par do reforço e aprofundamento do seu envolvimento na investigação científica de que a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental é exemplo.

A importância do Mar na economia de Portugal está latente nas funções da Marinha, constituindo os paradigmas de “Transformação” da Marinha portuguesa o garante da sua actividade. Desta forma, os desafios que aqui se colocam tocam na construção de uma Marinha equilibrada, combatendo-se o esbanjamento orçamental, de uma Marinha otimizada, com a formação de pessoal competente e de valores com vista a uma melhor

eficiência, e uma Marinha de duplo uso, capaz de responder às necessidades do Estado de forma económica.

Como se destacou, ao longo deste trabalho, a opinião pública configura um forte desafio aos Estados. Numa altura em que o mar constitui, duplamente, uma séria fonte de riqueza e de perigos à segurança, importa educar as populações sobre isso mesmo, começando-se nas escolas, onde há ausência total do ensino sobre a defesa nacional ou até mesmo o porquê da existência das Forças Armadas. Só com a introdução destas questões no ensino se compreenderão e apoiarão iniciativas, no sentido de melhor se responderem aos desafios que se colocam à NATO e a Portugal.

De uma forma geral, neste momento, o Homem parece “ler” o mundo, sobretudo sob um ponto de vista económico. Importa, pois, não esquecer e descuidar todas as outras necessidades, neste caso, relativas à segurança e defesa. O Atlântico Norte deixou de ser a única região do globo com fortes preocupações no sector da defesa, destacando-se as intenções chinesas e indianas no seu forte reforço militar, a par de uma futura Organização a sul do Atlântico, liderada pelo Brasil, de forças de segurança. São possibilidades e factos que devem ser encarados seriamente pela NATO, pois podem representar uma boa oportunidade na partilha de responsabilidades no combate às ameaças à segurança internacional.

Apesar da indefinição do futuro, a continuidade da NATO é algo indiscutível quanto à sua necessidade, porém os passos dados parecem ainda ser insuficientes para garantir uma continuidade que não ponha em causa a segurança dos seus membros. É necessário, mais do que nunca, de um esforço conjunto e continuado dos dois lados do Atlântico, não só na definição do caminho a seguir, mas, sobretudo, na sua aplicação. Os esforços de medidas de combate à crise estão no papel, resta desenvolvê-los e aplicá-los. As ameaças estão aí, e não se podem, simplesmente, deixar no monte de coisas a resolver em caso de emergência. O tempo é escasso e urge!

Quanto a Portugal, apesar do conturbado momento que atravessa, tem na Marinha, um instrumento ao seu dispor, no que toca a alimentar o seu prestígio nacional, garantindo, assim, apoios em caso de necessidade, em matéria de Defesa. Recordem-se os dispersos Espaços Estratégicos de Interesse Nacional Conjuntural.

Mas este ramo das Forças Armadas revela-se, também, como um meio para garantir o bom funcionamento de fontes de riqueza nacionais, como o turismo, o comércio marítimo, a aquicultura e pescas, entre outras, e abrindo, igualmente, as portas à inovação e investigação científica e tecnológica, marcas de um país desenvolvido e de prosperidade económica.

Fazendo jus à sua vocação atlântica, uma vez mais, Portugal tem de se voltar para o mar de frente, e não de costas, como tem acontecido nas últimas décadas.

Não tendo o eco que a importância do assunto merecia, este trabalho constitui apenas um contributo para o debate e reflexão para a necessidade de uma NATO cooperante equitativamente, na medida do possível, dos dois lados do Atlântico, a par de, em Portugal, não se continuar no esquecimento das Forças Armadas, neste caso da Marinha, que tanto enobrece o nosso passado inovador, e que ainda tem uma forte palavra a dizer no que toca à segurança internacional. Apesar da profunda crise que os portugueses têm enfrentado, é fundamental ter em conta os aspectos referidos ao longo deste trabalho. Não se trata de gastar mais, mas sim, gastar melhor! Resta exigir-se que se faça isso mesmo.

Assim, ainda fica muito por responder, levantando-se mais questões, como até que ponto a UE consegue garantir a actuação em espaços estratégicos de interesse nacional? De que forma a China e a Índia se vão posicionar na área da segurança internacional? Neste âmbito parece que o assumir dos encargos e papel dos EUA constitui um fardo que a China não deseja ocupar. E ainda a questão sobre o desenvolvimento da Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental no âmbito da ONU, na qual Portugal pode vir a gozar de um importante estatuto.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Fontes Impressas

Lei Orgânica Nº1-A/2009 de 7 de Julho. *Diário da República nº 129/09 – I Série A*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Lei Nº31-A/2009 de 7 de Julho. *Diário da República nº 129 I Série A*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

PORTUGAL. *Programas dos Governos Constitucionais (1976-2009)*.

BIBLIOGRAFIA

Monografias

ALMEIDA, Eugénio Ferreira. 1989. *A Marinha no desenvolvimento do Ultramar e na divulgação de língua portuguesa*. Lisboa: Academia da Marinha.

AMARAL, Diogo Freitas. 1999. *História das ideias políticas*. Coimbra: Almedina.

ARON, Raymond. 1986. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Edições Universidade Brasília.

BONIFACE, Pascal. 2003. *Guerras do Amanhã*. Lisboa: Editorial Inquérito.

BOUTHOU, Gaston. 1984. *Tratado de Polemologia*. Madrid: Ediciones Ejercito.

CAETANO, Marcello. 1996. *Manual de ciência política e direito constitucional*. Coimbra: Almedina.

COUTO, Abel Cabral. 1988. *Elementos de Estratégia*. Pedrouços: IAEM.

- DIESING, Paul, SNYDER, Glenn. 1978. *Conflict Among Nations: Bargaining Decision Making and System Struction International Crises*. Princeton: University Press.
- FERNANDES, António Horta. 2004. *Pensar a Estratégia. Do Político-Militar ao Empresarial*. Lisboa: Sílabo.
- FREUND, Julien. 1965. *L'Essencie du Politique*. Paris: Sirey
- FUKUYAMA, Francis. 2011. *O fim da história e o último homem*. Lisboa: Gradiva.
- HELD, David, MCGREW, Anthony. 1999. *Global Transformations: Politics, Economics and Culture*. Stanford: Stanford University Press.
- HENRIQUES, Mendo Castro, et al. 2000. *Educação para a cidadania*. Lisboa: Plátano Editora.
- IESM, Instituto de Estudos Superiores Militares. 2007. *Elementos de análise geopolítica e geoestratégia*. Lisboa: IESM.
- LEITÃO, António Sousa. 2008. *História da Marinha Portuguesa*. Lisboa: Academia da Marinha.
- MOREIRA, Adriano. 1999. *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.
- MOREIRA, Adriano. 2004. *A Europa em formação: a crise do Atlântico*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- MOREIRA, Adriano. 2006. *Ciência Política*. Coimbra: Edições Almedina.
- NEVES, João Pires. 2007. *As Forças Armadas e a Defesa Nacional: da política e dos fins às estratégias e aos meios (um contributo)*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- NOGUEIRA, José Manuel Freire (coord.). 2005. *Pensar a Segurança e Defesa*. Instituto de Defesa Nacional: Edições Cosmos.
- NYE, Joseph. 2002. *Compreender os conflitos internacionais. Uma introdução à Teoria e à História*. Lisboa: Gradiva.
- PEREIRA, Carlos Santos. 2001. *Os novos muros da Europa: a expansão da NATO e as oportunidades perdidas do pós-guerra fria*. Lisboa: Cotovia.

- PEREIRA, José António. 2010. *Marinha Portuguesa: nove séculos de história*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- RODRIGUES, Alexandre Reis, et al. 2009. *Forças Armadas – Uma visão para Portugal*. Loures: Diário de Bordo.
- SACCHETTI, António Emílio. 1985. *A NATO e o Atlântico Sul*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- SANTOS, Laurindo Henrique. 1947. *A Marinha de Guerra Portuguesa*. Porto: Rotary Club do Porto.
- SANTOS, Loureiro. 1987. *Incursões no domínio da Estratégia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SANTOS, Loureiro. 2009. *As guerras que já aí estão e as que nos esperam se os políticos não mudarem*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- SANTOS, Nuno Valdez. 1991. *Apontamentos para a história da marinha portuguesa*. Lisboa: Academia da Marinha.
- SENA, Camilo. 1926. *Marinha de Guerra Portuguesa: Apontamentos para a sua história*. Lisboa: Tipografia da Empresa Diário de Notícias.
- SOUSA, Fernando de (dir.). 2008. *Dicionário de Relações Internacionais*. 2ª ed. Porto: CEPESE/ Edições Afrontamento.
- TELO, António José. 1996. *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. Lisboa: Edições Cosmos.
- TENREIRO, Henrique dos Santos. 1968. *Valorização da Marinha de Guerra Portuguesa*. Lisboa: Companhia Editora Nacional.
- TZU, Sun. 1993. *A arte da guerra*. Mem Martins: Europa-América.

Contribuições em Monografias

PINTO, Luís Valença. 2010. O novo conceito estratégico da Aliança Atlântica. in *debater a Cimeira de Lisboa e os futuros desafios estratégicos da NATO*. Lisboa: Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica.

SOUSA, Fernando; AMORIM, Paulo. 2011. A NATO e o Afeganistão in O Afeganistão. Amadora: Programa D. Afonso Henriques / Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Artigos em atlas, dicionários e enciclopédias

ALBUQUERQUE, Luís de. 1971. - Escola de Sagres. In SERRÃO, Joel (dir). *Dicionário de História de Portugal*. Vol. III. Lisboa: Iniciativas Editoriais, pp.716-717.

CRUZ, António Martins. 2005. - Política Europeia de Segurança e Defesa – PESD. In COELHO, Carlos (Coord.), *Dicionário de Termos Europeus*. Lisboa: Alêtheia Editores, p. 257.

Artigos de publicações em série

ALVES, Medeiros. 2007. Autoridade do Estado no Mar. *Cadernos Navais*, nº22. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.

BESSA, António Marques, GRAÇA, Pedro Borges (coord). 2008. Uma visão estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico. *Cadernos Navais*, nº24. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.

CÂNDIDO, António Manuel de Coelho. 2011. Espaços Marítimos sob soberania ou jurisdição nacional. Um modelo para potenciar o exercício da autoridade do Estado no mar. *Cadernos Navais*, nº39. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.

CARAJABILLE, Victor. 2007. A Marinha de duplo uso: o caso português. *Cadernos Navais*, nº22. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.

DUARTE, António Rebelo. 2008. A Europa da Segurança e Defesa. *Cadernos Navais*, nº25. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.

- DUARTE, Paulo, FERNANDES, Horta. 1999. Da Hostilidade à construção da Paz. Para uma revisão crítica de alguns conceitos estratégicos. *Nação e Defesa* nº91. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- GOMES, Melo. 2010. A Marinha e a sua participação nas missões da NATO. *Cadernos Navais*, nº 32. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- GROVE, Eric. 2007. O vasto papel das Marinhas- uma perspectiva doutrinária. *Cadernos Navais*, nº22. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- LOPES, Ernâni, et tal. 2005. Opções estratégicas de Portugal no novo contacto Mundial. *Cadernos Navais*, nº 14. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- MATOS, Vargas. 2007. As operações navais num quadro alargado de segurança. *Cadernos Navais*, nº22. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- MOREIRA, Adriano, et al. 2009. Reflexões sobre o mar. *Cadernos Navais*, nº 29. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- RIBEIRO, António Silva. 2008. Formulação da Estratégia Naval portuguesa. Modelo e processo. *Cadernos Navais*, nº 27. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- RIBEIRO, António Silva, et tal. 2010. Estratégia Naval portuguesa. O processo, o contexto e o conteúdo. *Cadernos Navais*, nº34. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- RODRIGUES, Alexandre Reis. 2006. A NATO e a Política Europeia de Segurança e Defesa. Em colisão ou em convergência? *Cadernos Navais*, nº18. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- SANTOS, António Almeida. 2010. A NATO, que futuro? *Paralelo*, nº5, Outono/Inverno, p. 46-47.
- SOARES, Mário. 2007. O futuro da Europa. *O Mundo em Português*, Ano VIII, n.º 64, p. 30.
- ULLMAN, Harlan. 2007. O poder marítimo e naval no século XXI – diplomacia pública e preventiva, e a projecção do poder e de influência em terra. *Cadernos Navais*, nº 22. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.

Artigos de publicações em série electrónicas

ALMEIDA, João Marques. Ásia ou Atlântico? *Diário Económico*. [em linha] 23 de Maio de 2011. [referência de Junho de 2012] Disponível na Internet em <http://economico.sapo.pt/noticias/asia-ou-atlantico_118723.html>

BRADDON, Derek. O que nos reserva o futuro? A defesa, os orçamentos e a crise financeira. *Revista NATO – A crise financeira: qual o custo para a segurança?* [em linha] 2009. [referência de Junho de 2012] Disponível na Internet em <<http://www.nato.int/docu/review/2009/FinancialCrisis/Defence-Budget-Financial-Crisis/PT/index.htm>>

ESCORREGA, Luís Falcão. Das “novas crises”: breves contributos para a sua clarificação conceptual. *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. [em linha] 16 de Fevereiro de 2010. [referência de Junho de 2012] Disponível na Internet em <http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=765>

GALRITO, José Afonso. O Duplo Uso e a Cooperação nos Espaços Marítimos. *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. [em linha] 18 de Junho de 2012. [referência de Junho de 2012] Disponível na Internet em <http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=939>

JORGE, Pedro Santos. Reflexão sobre o sucesso da iniciativa “Smart Defence”. *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. [em linha] 20 de Março de 2012. [referência de Junho de 2012] Disponível na Internet em <http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=928>

JORGE, Pedro Santos. As relações OTAN-Federação Russa. *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. [em linha] 20 de Maio de 2012. [referência de Junho de 2012] Disponível na Internet em <http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=934>

NARCISO, Raimundo. Portugal e a NATO. *Revista Janus*. [em linha] 1998. [referência de Março de 2012] Disponível na Internet em <http://janusonline.pt/dossiers/dossiers_1998fa_3_2_b.html>

NEVES, João Pires. A despesa com as Forças Armadas e a linguagem dos números. *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. [em linha] 28 de Março de 2012. [referência de Abril de 2012]

2012] Disponível na Internet em <http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=924>

POP, Adrien. A OTAN e a União Europeia: cooperação e segurança. *Notícias da NATO*. [em linha] 2007. [referência de Abril de 2012] Disponível na Internet em <<http://www.nato.int/docu/review/2007/issue2/portuguese/art6.html>>

PRAZERES, Jorge Sêro M. Forças Armadas portuguesas em debate. Um processo pedagógico. *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. [em linha] 14 de Junho de 2012. [referência de Junho de 2012] Disponível na Internet em <http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=938>

PRAZERES, Jorge Sêro M. Forças Armadas e a sua razão de ser. Um processo pedagógico. *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. [em linha] 21 de Junho de 2012. [referência de Junho de 2012]. Disponível na Internet em <http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=940>

RASMUSSEN, Anders Fogh. NATO after Lybia. *Foreign Affairs*. [em linha] Julho /Agosto de 2011 [referência de Maio de 2012]. Disponível na Internet em <<http://www.foreignaffairs.com/articles/67915/anders-fogh-rasmussen/nato-after-libya>>

RIBEIRO, José Manuel Félix. A UE, a NATO e as “zonas de turbulência” no leste e sudeste europeu. *Revista Janus*. [em linha] 2001. [referência de Abril de 2012] Disponível na Internet em <http://janusonline.pt/conjuntura/conj_2001_1_1_6_a.html>

RODRIGUES, Alexandre Reis. ONU. Uma Estratégia de Mudança. *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. [em linha] 22 de Dezembro de 2004 [referência de Março de 2012]. Disponível na Internet em <http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=65>

RODRIGUES, Alexandre Reis. A Cimeira de Bucareste e o “Alargamento” da NATO. *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. [em linha] 9 de Abril de 2008. [referência de Março de 2012] Disponível na Internet em <http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=585>

RODRIGUES, Alexandre Reis. Forças Armadas – Uma estratégia de mudança. *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. [em linha] 15 de Maio de 2010. [referência de Março de

2012] Disponível na Internet em
<http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=791>

RODRIGUES, Alexandre Reis. Como sairá a Coreia do Norte da humilhação por que passou? *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. [em linha] 15 de Abril de 2012. [referência de Abril de 2012] Disponível na Internet em
<http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=927>

RODRIGUES, Alexandre Reis. A postura nuclear da NATO. Da Cimeira de Lisboa para Chicago. *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. [em linha] 28 de Abril de 2012. [referência de Abril de 2012] Disponível na Internet em
<http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=929>

RODRIGUES, Alexandre Reis. A Cimeira de Chicago e o relacionamento Transatlântico. *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. [em linha] 5 de Maio de 2012. [referência de Maio de 2012] Disponível na Internet em
<http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=930>

RODRIGUES, Alexandre Reis. “Smart Defence” na Cimeira de Chicago. *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. [em linha] 14 de Maio de 2012. [referência de Maio de 2012] Disponível na Internet em
<http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=931>

RODRIGUES, Alexandre Reis. As declarações finais da Cimeira de Chicago. *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. [em linha] 23 de Maio de 2012. [referência de Maio de 2012] Disponível na Internet em
<http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=935>

SACCHETTI, António Emílio. A posição de Portugal no mundo e os seus reflexos nas Forças Armadas. *Revista Janus*. [em linha] 1998. [referência de Março de 2012] Disponível na Internet em <http://janusonline.pt/1998fa/1998fa_2_5.html>

SANTO, Gabriel Augusto do Espírito. 2011. A Aliança Atlântica e a Europa em Tempos de Austeridade. *Revista Militar*, 2515/2516. [em linha] 29 de Maio de 2011. [referência de Junho de 2012] Disponível na Internet em
<<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=665>>

TEIXEIRA, Nuno Sveriano. A defesa europeia depois do Tratado de Lisboa. *Relações Internacionais*. [em linha] 2010. [referência de Junho de 2012] Disponível na Internet em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992010000100004&script=sci_arttext>

TELO, António José. A política militar portuguesa no século XX. *Revista Janus*. [em linha] 1998. [referência de Abril de 2012] Disponível na Internet em <http://janusonline.pt/1998fa/1998fa_2_1.html>

TOMÉ, Luís Leitão. Portugal na Identidade Europeia de Segurança e Defesa. *Revista Janus*. [em linha] 1998. [referência de Março de 2012] Disponível na Internet em <http://janusonline.pt/1998fa/1998fa_3_5.html>

TOMÉ, Luís. A omnipresença militar norte-americana e a nova NATO. *Revista Janus*. [em linha] 2004. [referência de Abril de 2012] Disponível na Internet em <http://janusonline.pt/2004/2004_1_1_8.html>

TOMÉ, Luís. Relações NATO-UE e divergências transatlânticas. *Revista Janus*. [em linha] 2005. [referência de Abril de 2012] Disponível na Internet em <http://janusonline.pt/2005/2005_1_1_8.html>

TOMÉ, Luís. A NATO no Afeganistão e no Iraque. *Revista Janus*. [em linha] 2005. [referência de Abril de 2012] Disponível na Internet em <http://janusonline.pt/2005/2005_1_1_9.html>

VAZ, Maria do Rosário. Conceito estratégico de defesa nacional, lei da programação militar. *Revista Janus*. [em linha] 1998. [referência de Abril de 2012] Disponível na Internet em <http://janusonline.pt/conjuntura/conj_1998fa_2_7_c.html>

VEGAR, José. Vigilância e defesa do território. *Revista Janus*. [em linha] 1998. [referência de Abril de 2012] Disponível na Internet em <http://janusonline.pt/1998fa/1998fa_2_12.html>

Filmes ou documentários

UHM, Peter van. Porque escolho a arma. In Conferência TEDxAmsterdam. [Registo vídeo]. 2011. [referência de Julho de 2012]. Disponível na Internet em <http://www.ted.com/talks/lang/pt/peter_van_uhm_why_i_chose_a_gun.html>